

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

PAULA CABRERA CLARO

***NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL: A COBERTURA
JORNALÍSTICA DA PANDEMIA DE COVID-19 PELA PERSPECTIVA
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL***

**PONTA GROSSA
2022**

PAULA CABRERA CLARO

***NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL: A COBERTURA
JORNALÍSTICA DA PANDEMIA DE COVID-19 PELA PERSPECTIVA
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de
Ponta Grossa para obtenção do título de Mestre em
Jornalismo

Orientadora: Profa. Dra. Paula Melani Rocha
Coorientador: Prof. Dr. Muriel Emídio Pessoa do Amaral

**PONTA GROSSA
2022**

C613 Claro, Paula Cabrera
Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real: a cobertura jornalística da pandemia de Covid-19 pela perspectiva decolonial e interseccional / Paula Cabrera Claro. Ponta Grossa, 2022.

146 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Melani Rocha.

Coorientador: Prof. Dr. Muriel Emídio Pessoa do Amaral.

1. Produção jornalística - processos. 2. Perspectiva decolonial. 3. Estudos interseccionais. 4. Jornalismo independente - iniciativas. I. Rocha, Paula Melani. II. Amaral, Muriel Emídio Pessoa do. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. IV.T.

CDD: 070.4

PAULA CABRERA CLARO

**NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL: A COBERTURA
JORNALÍSTICA DA PANDEMIA DE COVID-19 PELA PERSPECTIVA
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Jornalismo da
Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do título de Mestre em Jornalismo.

Ponta Grossa, 24 de novembro de 2022.



Profa. Dra. Paula Melani Rocha - Orientadora
Doutora em Ciências Sociais (UFSCar)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
gov.br MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL
Data: 07/02/2024 09:12:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Muriel Emídio Pessoa do Amaral – Coorientador
Doutor em Comunicação Midiática (Unesp)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
gov.br HEBE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA
Data: 07/02/2024 19:29:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
gov.br ARIANE CARLA PEREIRA FERNANDES
Data: 08/02/2024 13:31:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ariane Carla Pereira
Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Universidade Estadual do Centro-Oeste

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Paula Cabrera Claro, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real: a cobertura jornalística da pandemia de Covid-19 pela perspectiva decolonial e interseccional”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 24 de novembro de 2022.

Paula Cabrera Claro

Paula Cabrera Claro

RA: 3100120008018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio e amor incondicional que transcende as distâncias. À minha mãe, Liziara, por ser minha maior incentivadora, exemplo e sempre acreditar em mim. Aos meus avós, por todo o cuidado e carinho. Ao Emerson, meu amor, pela dedicação diária que tornou possível a conclusão dessa etapa.

À minha orientadora, Paula Melani Rocha, e ao meu coorientador, Muriel Amaral, pelo acolhimento, pelas conversas virtuais entre orientações que acrescentaram leveza ao processo de escrita, por ensinarem e orientarem com afeto.

Agradeço às professoras que aceitaram compor a banca examinadora desse trabalho. À Hebe Gonçalves, pela generosidade ao compartilhar apontamentos na etapa de qualificação que agregaram à pesquisa. À Ariane Pereira, pelo olhar cuidadoso e por ser responsável pelos meus primeiros passos na pesquisa científica. Por abrir essa e outras portas na minha trajetória profissional.

A todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, por não medirem esforços para adaptarem as aulas ao ensino remoto. À professora Graziela Bianchi pelas contribuições na banca de qualificação. À professora Karina Woitowicz, pelas inquietações despertadas nos encontros do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero.

Aos queridos colegas de mestrado. Agradeço a convivência que, apesar de virtual, tornou o processo de pós-graduação menos solitário.

Por fim, agradeço à Capes, pela bolsa que permitiu minha dedicação à pesquisa e o privilégio de manter o isolamento nos períodos mais críticos da pandemia.

“Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias”

Françoise Vergès

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado busca investigar como iniciativas de jornalismo independente, que se adequam à definição de *arranjos econômicos alternativos aos grandes conglomerados de mídia* (FIGARO, 2018), cobriram a pandemia da Covid-19 no Brasil e as desigualdades de gênero, raça, classe, etnia e território no recorte temporal de 2020 e 2021. Partimos do entendimento de que a disseminação do vírus pelo país acentuou vulnerabilidades preexistentes nas periferias, em comunidades indígenas e para mulheres negras e de classes mais baixas. Nosso percurso metodológico nos leva a duas iniciativas jornalísticas: Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real. Ambas foram fundadas por mulheres jornalistas e produziram reportagens especiais sobre a Covid-19. Elas também carregam em seu cerne a defesa dos direitos humanos e o vínculo com o território em que se encontram. Por defenderem, respectivamente em suas linhas editoriais, mulheres negras e periféricas e os povos originários da Amazônia, acredita-se que elas carregam potenciais decoloniais em suas práticas jornalísticas. São essas questões que norteiam o objetivo central da pesquisa: investigar como Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real cobriram a pandemia de Covid-19 atravessada pelas desigualdades interseccionais (gênero, raça, classe, etnia e território) e, aliado a isso, avaliar se há práticas decoloniais em seus produtos jornalísticos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada na perspectiva decolonial e interseccional. Nossa análise revela que ambas apreendem os marcadores interseccionais em suas reportagens, na formulação das pautas e na escolha das fontes. Também foi possível evidenciar elementos das organizações que convergem com a decolonialidade: na proximidade com as fontes, na abertura para uma polissemia e polifonia de vozes, na prioridade dada às fontes locais e aos dados de instituições que consideram as populações retratadas.

Palavras-chave: Processos de Produção Jornalística; Perspectiva Decolonial; Estudos Interseccionais; Iniciativas de Jornalismo Independente.

ABSTRACT

This research investigates how independent journalism initiatives, which are economic arrangements alternative to media conglomerates (FIGARO, 2018), covered the Covid-19 pandemic in Brazil and inequalities of gender, race, class, ethnicity, and territory in the time frame of 2020 and 2021. We start from the understanding that the spread of the virus across the country has accentuated pre-existing vulnerabilities in the peripheries, indigenous communities, and poor and black women. Our methodological approach leads us to two journalistic initiatives: *Nós, mulheres da periferia*, and *Amazônia Real*. Both were founded by women journalists and produced special reports about Covid-19. They also had human rights as a core value and defended the bond with their territory. Its publishing lines include themes linked with, respectively, black women and native peoples of Amazônia. For these reasons, they are believed to have decolonial potential in their journalistic practices. These are the questions that guided the central objective of the research: to investigate how *Nós, mulheres da periferia*, and *Amazônia Real* covered the Covid-19 pandemic crossed by intersectional inequalities (gender, race, class, ethnicity, and territory) and, allied to this, evaluate the presence of decolonial practices in their journalistic products. It is qualitative research anchored in the decolonial and intersectional perspective. Our analysis reveals that both apprehend intersectional markers in their reports, the journalistic agenda, and the choice of sources. It was also possible to highlight elements of organizations that converge with decoloniality: in proximity to the sources, in the openness to polysemy and polyphony of voices, and for prioritizing local sources and data from institutions that consider the populations portrayed.

Keywords: Journalistic Production Process; Decolonial Perspective; Intersectional Studies; Independent Journalism Initiatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casos da Covid-19 no Amazonas, de março de 2020 a março de 2021.....	48
Figura 2 - Óbitos por Covid-19 no Amazonas, de março de 2020 a março de 2021.....	49
Figura 3 - Mapa de calor sobre a Mortalidade por Covid-19 em São Paulo.....	55
Figura 4 - Mapa de calor sobre a Imunização com duas doses em São Paulo.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Iniciativas de jornalismo que se enquadram nas delimitações de pesquisa.....	19
Quadro 2 - Pesquisas com perspectiva decolonial e produções jornalísticas como objeto de estudo.....	26
Quadro 3 - Termos de busca utilizados em referência às categorias de análise e número de reportagens que aparecem em cada busca.....	28
Quadro 4 - Reportagens do Nós, mulheres da periferia que compõem o corpus de análise.....	32
Quadro 5 - Reportagens do Amazônia Real que compõem o corpus de análise.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 METODOLOGIA.....	17
1.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO.....	17
1.1.1. Amazônia Real.....	20
1.1.2. Nós, mulheres da periferia.....	22
1.2. ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	23
1.3. APRESENTAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE.....	27
1.4. UMA ABORDAGEM DECOLONIAL E INTERSECCIONAL DE ANÁLISE....	33
2 CONTEXTUAL: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19.....	37
2.1. COVID-19 NO BRASIL: MARCADORES SOCIAIS E VULNERABILIDADES PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	39
2.1.1. Estado do Amazonas: interseccionalidade sobre a realidade pandêmica e população indígena.....	45
2.1.2. São Paulo: as periferias no enfrentamento à Covid-19.....	51
3 CONCEITUAL: PERSPECTIVAS NORTEADORAS.....	58
3.1. EM DEFESA DE UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL.....	58
3.2. JORNALISMO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	64
3.2.1. O Jornalismo pela perspectiva ocidental	65
3.2.2. Potenciais decoloniais no Jornalismo.....	74
3.3. TERRITÓRIOS IDENTITÁRIOS E GEOGRÁFICOS NO JORNALISMO.....	81
3.4. INTERSECCIONALIDADE: OS CRUZAMENTOS DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA, CLASSE E TERRITÓRIO.....	87
4 ANÁLISE: NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A COVID-19.....	95
4.1. AS REPORTAGENS ANALISADAS.....	96
4.2. POTENCIAIS DECOLONIAIS EM NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL.....	102

4.2.1. O jornalismo de memória napandemia.....	102
4.2.2. A questão territorial	105
4.2.3. A subjetividade e a dialogia no jornalismo.....	109
4.4. AS PAUTAS JORNALÍSTICAS E OS MARCADORES SOCIAIS: A INTERSECCIONALIDADE NOS SITES.....	114
4.4.1. Trabalho.....	114
4.4.2. Maternidade.....	118
4.4.3. Educação.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A - REPORTAGENS DO NÓS, MDP QUE APARECEM EM BUSCAS DE, NO MÍNIMO, QUATRO MARCADORES.....	144
APÊNDICE B – REPORTAGENS DA AMAZÔNIA REAL QUE APARECEM EM BUSCAS DE, NO MÍNIMO, QUATRO MARCADORES.....	146

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Mestrado inicia e se desenvolve durante a pandemia da Covid-19. A mais intensa crise sanitária do século XXI, como denominou a Organização Mundial da Saúde (OMS), alterou drasticamente o convívio social, as formas de trabalho, as relações, a ciência e, mais que tudo isso, deixou incontáveis famílias em luto. O mundo parou, mas não para todos e todas. Apesar da doença não apresentar seletividade contagiosa, nem todos tiveram acesso às mesmas condições de prevenção e combate ao vírus, como a possibilidade de isolamento, a manutenção da renda e segurança alimentar (ESTRELA et al, 2020; BARROSO; GAMA, 2020; MATTA et al, 2021). Essas iniquidades foram agravantes da propagação do vírus no território brasileiro, especialmente para populações periféricas, comunidades indígenas, mães solo e outros grupos populacionais em situação de vulnerabilidade.

Em meio às incertezas, políticas públicas inadequadas de combate ao vírus e negacionismo científico, o jornalismo foi um aliado importante. Segundo pesquisa do Datafolha (2020), a busca por produtos jornalísticos aumentou nos primeiros meses da pandemia, resgatando, de certa forma, a tão discutida credibilidade jornalística. No entanto, assim como toda pauta de grande alcance, a pandemia ganhou diferentes narrativas a depender do meio de comunicação em que foi noticiada. N'O Globo, por exemplo, ela foi construída, primeiramente, como um episódio traumático, com apelo emocional ao testemunho de anônimos e famosos e ênfase ao número de casos confirmados e óbitos diários (LERNER; CARDOSO; CLÉBICAR, 2021). Essa narrativa, segundo os autores, acompanhou os primeiros meses da cobertura noticiosa da pandemia, período em que os casos estavam vinculados às classes mais altas, que se infectaram em viagens internacionais (ESTRELA et al, 2020). Quando o perfil das mortes muda, ao chegar em outros territórios - como periferias e comunidades indígenas -, o jornal passa a discutir a flexibilização da quarentena, acompanhando as pautas de noticiários internacionais (LERNER; CARDOSO; CLÉBICAR, 2021).

Frente a esse cenário, nossa primeira intenção de pesquisa se insere na tentativa de evidenciar iniciativas jornalísticas que propuseram outras narrativas sobre a pandemia e seus diferentes impactos. Segundo Barroso e Gama (2020), períodos de crise, sejam elas humanitárias, econômicas ou sanitárias, costumam ter mulheres - sobretudo negras e periféricas - como aquelas que sentem mais rápido e por mais tempo seus efeitos, pois estão mais suscetíveis à redução de renda e insegurança alimentar, além de serem maioria em

famílias monoparentais e em ocupações informais (IBGE, 2020). Ou seja, são elas a base da pirâmide social. Por isso, acreditamos que elas também deveriam estar no centro da cobertura jornalística sobre a pandemia no país.

Na busca por organizações jornalísticas que se opõem publicamente às desigualdades de gênero, raça, etnia, classe e/ou território, encontramos a definição de Figaro (2018) para *arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia*, que remete a coletivos e/ou grupos de jornalistas organizados em novos modelos de trabalho e dedicados a um jornalismo engajado com pautas sociais e direitos humanos. Uma exploração inicial por essas organizações jornalísticas, que tiveram um crescimento expressivo a partir de 2010 (FIGARO, 2018), mostrou que grande parte delas produziram conteúdos especiais sobre a pandemia, por exemplo, o Boletim Curva das Periferias¹ e o monitoramento Um Vírus e Duas Guerras², ambas coberturas feitas em conjunto por iniciativas de jornalismo independente. Por se tratar de uma pesquisa de Mestrado, a ser desenvolvida em tempo hábil, nosso objeto empírico de pesquisa consiste em duas organizações que se enquadram na definição de Figaro (2018) e que foram criadas por mulheres jornalistas. São elas: **Nós, mulheres da periferia³** e **Amazônia Real⁴**.

Para além da preocupação com a cobertura jornalística sobre a pandemia feita por esses arranjos, elencamos, como um segundo movimento de pesquisa, o questionamento sobre a potencialidade dessas organizações produzirem um jornalismo decolonial. Utilizamos essa denominação para conceituar práticas jornalísticas que não se ancoram em valores racionalistas, como a objetividade, neutralidade e imparcialidade (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019), mas buscam exercitar a alteridade, a dialogia, a polifonia e polissemia (MEDINA, 2011; 2014). Ou seja, fogem da lógica colonial na qual o Jornalismo foi amplamente teorizado e profissionalizado na epistemologia moderna euro-estadunidense (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019; TORRICO, 2018).

Alguns indícios nos levam a crer que as organizações que compõem nosso objeto de estudo carregam aspectos decoloniais. Em suas linhas editoriais, o Nós, mulheres da periferia defende a busca por repercutir a história de mulheres negras e periféricas e evidencia o compromisso com uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal. Já no Amazônia Real, priorizam temas relacionados a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e migrantes. A

¹ Boletim desenvolvido no ano de 2021 pelas organizações jornalísticas Nós, mulheres da periferia e Alma Preta

² Projeto colaborativo realizado por um consórcio de veículos independentes, composto pela Amazônia Real, Agência EcoNordeste, Revista AzMina, #Colabora, Portal Catarinas, Marco Zero Conteúdo e Ponte Jornalismo.

³ Nós, Mulheres da Periferia [site]. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

⁴ Amazônia Real [site]. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/>

defesa dos direitos humanos, da equidade, diversidade e combate às diferentes formas de violência também compõem sua missão editorial. A defesa pública dessas bandeiras pode abrir margem para objeções acerca do caráter profissional do jornalismo praticado por ambas, ainda assim, defendemos que isso não as faz “menos jornalísticas”. Pelo contrário, como diz Abramo (2016), é desejável que o/a jornalista seja não-neutro, não-imparcial e não-isento diante das injustiças e desigualdades sociais.

Assim, dentro desses dois movimentos, essa pesquisa pretende contribuir para os estudos sobre o jornalismo independente e não-hegemônico, além de investigar a cobertura jornalística de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real sobre as desigualdades de gênero, raça, etnia, classe e território durante a pandemia. Essa investigação parte de proximidades entre os estudos do jornalismo, do pensamento decolonial e da interseccionalidade, três vertentes que se encontram de modo preponderante em pesquisas de Veiga da Silva e Moraes (2019; 2021), Moraes (2019) e Rovida (2018; 2019), mas também dialogam com Medina (2011; 2014; 2020), Silva (2010; 2015) e Torrico (2019). A triangulação dessas perspectivas teórico-metodológicas se justifica pois cada uma delas traz elementos importantes para responder às inquietações de pesquisa.

O pensamento decolonial se refere à perspectiva epistemológica do trabalho. Ele guia nosso olhar, nossa posição perante a pesquisa científica, aos referenciais bibliográficos e nossas concepções de mundo. Parte-se do entendimento de que a colonialidade ainda opera nas sociedades, ciências e no próprio jornalismo. A vertente decolonial propõe uma ruptura com essa construção. A interseccionalidade guia nossas categorias de análise - gênero, raça, etnia, classe e território - e o nosso olhar para os produtos jornalísticos e sujeitos/as referenciados/as nas notícias. Já o jornalismo corresponde aos nossos objetos de estudos e corpus de análise, como também abarca a discussão conceitual. Com isso, elencamos como **objetivo geral** da pesquisa:

- Investigar como as organizações jornalísticas Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real cobriram a pandemia de Covid-19 atravessada pelas desigualdades de gênero, raça, classe, etnia e território e, aliado a isso, avaliar se há práticas decoloniais em suas produções jornalísticas.

Já os **objetivos específicos**, são os seguintes:

- Refletir sobre as possibilidades de um jornalismo decolonial, ou seja, um jornalismo

descentrado da lógica convencional, que se aproxima das práticas empresariais e liberais;

- Analisar e qualificar como e quais mulheres são referenciadas nos textos jornalísticos de Nós, MDP e Amazônia Real produzidos sobre e no contexto da pandemia de Covid-19;
- Investigar se os sites jornalísticos delimitados atuam com uma prática jornalística dialógica, com polifonia e polissemia de vozes (MEDINA, 2014) e como essa produção jornalística dialoga com o seu território e com a interseccionalidade.

Após a introdução, a dissertação se divide em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é metodológico. Ele concentra o percurso que seguimos para chegar até as duas organizações jornalísticas estudadas. Além das delimitações utilizadas para definição do corpus empírico, buscamos explicar o por quê de nossas escolhas teórico-conceituais e a metodologia de pesquisa que embasa nosso olhar para os produtos jornalísticos.

O segundo capítulo se refere à dimensão contextual da pesquisa. Buscamos contextualizar a pandemia pelo olhar interseccional. Os impactos da Covid-19 não foram os mesmos para todas as pessoas e regiões brasileiras. Em dois estados que foram epicentros nacionais e que se encontram as redações das iniciativas jornalísticas aqui estudadas (São Paulo e Amazonas), as populações periféricas e indígenas enfrentaram outras vulnerabilidades para além do risco de infecção do vírus. Neste capítulo, trazemos estatísticas, levantamentos e pesquisas (sobre o contexto anterior e durante pandemia nas regiões) que corroboram para o entendimento das assimetrias no combate ao vírus.

O terceiro capítulo concentra a dimensão conceitual da dissertação, as teorias que fundamentam o olhar para os produtos jornalísticos em consonância com o alcance dos objetivos elencados e percurso metodológico. O capítulo inicia com uma revisão teórica da epistemologia decolonial, que propõe uma ruptura com os referenciais teóricos hegemônicos e com a produção científica enraizada na herança positivista, ocidental. É pelo viés decolonial que, na sequência, conceituamos Jornalismo, Território e Interseccionalidade.

O quarto capítulo é a análise da cobertura jornalística das organizações durante a pandemia. Analisamos em nosso corpus de análise, que é composto por oito reportagens (quatro de cada site), como as pautas jornalísticas que mais aparecem no contexto da Covid-19 convergem com os marcadores sociais de gênero, raça, etnia, classe e território.

Com base na metodologia e no arcabouço conceitual construídos nos capítulos anteriores, investigamos se há práticas decoloniais nos materiais de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real.

1. METODOLOGIA

A construção do conhecimento científico depende da delimitação de métodos, técnicas e teorias que dialoguem com o objeto e objetivos de pesquisa. Essas escolhas permitem que a pesquisa seja desenvolvida sem perder a cientificidade, o que não pressupõe que ela seja neutra. Pelo contrário, “[...] não existe postura neutra, mesmo nos métodos que assim creem ser, pois toda variável e tipo de abordagem implicam escolhas que advêm de concepções de mundo” (PERUZZO, 2018, p. 29). Neste capítulo, serão apresentadas as escolhas teórico-metodológicas que conduzem e fundamentam a presente pesquisa de mestrado.

O objetivo central desta pesquisa consiste em investigar como as iniciativas de jornalismo digital Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real cobriram a pandemia de Covid-19 atravessada pelas desigualdades de gênero, raça, classe, etnia e território. Aliado a isso, queremos avaliar se há práticas decoloniais em suas produções jornalísticas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada na perspectiva decolonial e interseccional. Apresentaremos, neste capítulo, a metodologia do trabalho estruturada nos seguintes tópicos: Delimitação do objeto empírico; Escolhas teórico-metodológicas; Apresentação do corpus de análise; Uma abordagem decolonial e interseccional de análise.

1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

Uma das primeiras delimitações desta pesquisa foi a decisão por estudar organizações jornalísticas que se enquadrem na definição proposta por Figaro (2018) de *arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia*. Esse conceito abarca iniciativas de jornalismo criadas no contexto digital, que tiveram um aumento expressivo no Brasil a partir de 2010. Ele se refere a micro e pequenas empresas, coletivos de jornalistas ou outros grupos trabalhadores/as da comunicação que, frente à crise do modelo da empresa jornalística tradicional e a reestruturação dos processos produtivos, se organizam de forma criativa. Assim, o crescimento desses arranjos está relacionado às formas de sobrevivência na profissão, como “alternativa para a realização profissional e cidadã que os grandes conglomerados de mídia não podem oferecer” (FIGARO, 2018, p. 17).

A lucratividade do negócio não é o objetivo principal desses arranjos, eles “são movidos pela necessidade e pelo sonho de fazer um bom trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018, p. 28). Apesar disso, seus ideais da profissão enfrentam a precarização das condições de trabalho, uma vez que muitos/as desses/as profissionais têm que se preocupar em buscar

outras fontes de renda (FIGARO, 2018). A horizontalidade na organização de trabalho também é uma característica presente.

Nossa segunda delimitação se refere a iniciativas jornalísticas criadas por mulheres jornalistas, nativas digitais e que se autodenominam independentes. Isso merece destaque pois o conceito de independência no jornalismo carrega diferentes conotações. Pode ser utilizado em referência às lógicas comerciais dos grupos de comunicação, aos partidos políticos ou a lideranças governamentais ou à sustentabilidade do modelo de negócio (RIBAS, 2017). Na verdade, a independência nas organizações jornalísticas pode estar ligada a um ou outro fator, mas o/a jornalista atua em meio a diversas tensões: dependência das fontes, dos financiadores, dos anúncios publicitários (RIBAS, 2017). Uma das maneiras de observar o grau de independência, segundo Ribas (2017), é olhar para a escolha das fontes e para os critérios de noticiabilidade utilizados pelo jornalismo.

Segundo relatório do SembraMedia (2017), iniciativas de jornalismo digital na América Latina apresentaram número recorde de mulheres jornalistas nas equipes executivas e de gestão. Dos 100 nativos digitais analisados no relatório, 62% têm ao menos uma mulher dentre os/as fundadores/as. Uma terceira delimitação se refere ao escopo editorial das organizações jornalísticas: optou-se por aquelas que abordam direitos humanos e a intersecção com gênero, raça, etnia, classe e/ou território (com pelo menos um desses marcadores) em sua linha editorial e que produziram reportagens e conteúdos especiais sobre a Covid-19.

Consultas no Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública⁵, em estudos do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP)⁶, em relatórios do SembraMedia⁷ e na lista de membros da Associação de Jornalismo Digital (AJor)⁸ nos auxiliaram na procura por essas iniciativas. Oito organizações jornalísticas correspondem às delimitações (Quadro 1).

⁵ Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

⁶ As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/as-relacoes-de-comunicacao-e-as-condicoes-de-producao-no-trabalho-de-jornalistas-em-arranjos-economicos-alternativos-as-corporacoes-de-midia/

⁷ Ponto de Inflexão impacto, ameaças e sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americano. Disponível em: <http://data.sebramediga.org/wp-content/uploads/2017/09/ponto-de-inflexao-sebramedia-port-7-20.pdf>

⁸ Associação de Jornalismo Digital (AJor). Disponível em: <https://ajor.org.br/lista-associad>

Quadro 1 - Iniciativas de jornalismo que se enquadram nas delimitações de pesquisa

Iniciativa jornalística	Ano de criação	Local	Mencionada em quais pesquisas/levantamentos
Agência Pública	2011	São Paulo/SP	SembraMedia, CPCT, Mapa APública (responsável pelo Mapa), faz parte da AJor
Amazônia Real	2013	Manaus/AM	SembraMedia, Mapa APública, faz parte da AJor
AzMina	2015	São Paulo/SP	SembraMedia, CPCT, Mapa APública, faz parte da AJor
Catarinas	2016	Florianópolis/SC	Mapa APública, faz parte da AJor
Gênero e Número	2016	Rio de Janeiro/RJ	SembraMedia, CPCT, Mapa APública, faz parte da AJor
Nós, mulheres da periferia	2014	São Paulo/SP	Mapa APública, CPCT, faz parte da AJor
Revista Afirmativa	2014	Cachoeira/BA	Mapa APública, faz parte da AJor
ÉNois Jornalismo	2014	São Paulo/SP	Mapa APública, faz parte da AJor

Fonte: Elaborado pela Autora

Iniciativas não-jornalísticas ou blogs que aparecem no Mapa da Agência Pública foram desconsideradas nesta seleção, por exemplo, Cientista que virou mãe, Blogueira Negras, Lado M, Mulher no Cinema e Mães de Peito. Sites sem atualização recente também foram excluídos: Las abuelitas (última publicação em 2017), Revista Geni e Frida Diria (ambos sem atualização desde 2016). Por último, desconsideramos as iniciativas não governamentais Think Olga e Geledés, por não autointitularem seu trabalho como jornalístico, bem como não trazerem o jornalismo como missão ou linha editorial.

Entre as oito iniciativas jornalísticas que se enquadram nas delimitações da pesquisa, optamos por estudar somente duas, a fim de dar conta de suas particularidades. Essa escolha se dá pela localidade de suas redações e os diferentes impactos da Covid-19 nas regiões brasileiras. Sendo um país de dimensões continentais, a pandemia causou vulnerabilidades e problemas específicos em cada um dos estados, bem como em localidades próximas geograficamente, mais distantes socialmente (centros e periferias).

O estado de São Paulo foi considerado a ‘porta de entrada’ do vírus Sars-CoV-2 no país, tornando-se epicentro nacional nos primeiros meses de pandemia em 2020. Já o estado do Amazonas, posteriormente, atingiu as maiores taxas de letalidade e mortalidade do país,

sendo a capital Manaus palco do colapso do sistema de saúde pública em janeiro de 2021.

Com isso, **Amazônia Real e Nós, mulheres da periferia constituem nosso objeto empírico de análise**. Apesar de três das iniciativas delimitadas durante a seleção estarem localizadas em São Paulo/SP, a opção por Nós, mulheres da periferia (Nós, MDP⁹) se dá pelo foco em cobrir exclusivamente comunidades periféricas. Na sequência, falaremos sobre ambas organizações jornalísticas com base em informações coletadas nos respectivos sites.

1.1.1. Amazônia Real

Amazônia Real é uma agência de jornalismo independente criada em outubro de 2013 pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, em Manaus, capital do estado do Amazonas. Sua missão editorial enfatiza a prática de um jornalismo ético e investigativo, “pautado nas questões da Amazônia e de seu povo” (AMAZÔNIA REAL, 2021). A “democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos” também são defendidas como princípios editoriais (AMAZÔNIA REAL, 2021).

A iniciativa jornalística surgiu a partir de percepções das fundadoras sobre o pouco interesse da grande imprensa brasileira nas questões da Amazônia, “principalmente quando o assunto eram povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, defensores ambientais, mulheres, crianças e adolescentes, migrantes, entre outros” (AMAZÔNIA REAL, 2021a). Em 2014, criaram uma rede de jornalistas para ampliar a cobertura de comunidades tradicionais em outros estados. Por meio de bolsas de reportagens e fotografia, jornalistas de Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão e Tocantins se aliaram à Amazônia Real (AMAZÔNIA REAL, 2021a).

Atualmente, a iniciativa conta com 58 colaboradores, sendo 31 mulheres e 27 homens. “Em relação a diversidade racial, integram a equipe pessoas: amarelo (1); negras (9); indígenas (14); pardas (14) e brancas (20)” (AMAZÔNIA REAL, 2021b). A defesa por uma diversidade de vozes, em que comunidades tradicionais sejam “protagonistas de suas próprias narrativas, sem necessidade ou interferência de mediadores” (AMAZÔNIA REAL, 2021b) é expressa publicamente no site.

Além da produção de reportagens próprias, a agência tem parcerias com outras organizações jornalísticas independentes para a republicação de conteúdo e produção de

⁹ A fim de facilitar a leitura do texto, em alguns momentos vamos abreviar ‘Nós, mulheres da periferia’ para Nós, MDP.

reportagens colaborativas. Agência Pública, Mídia Ninja, AzMina, Eco Nordeste e #Colabora são alguns desses parceiros. O projeto colaborativo mais recente em que Amazônia Real contribuiu foi o Um vírus e duas guerras¹⁰, com foco no monitoramento de casos de violência contra a mulher durante a pandemia (AMAZÔNIA REAL, 2021c).

O site é dividido em seis editorias: Meio ambiente; Povos indígenas; Questão agrária; Política; Economia e Negócios; Cultura. Com objetivo de cumprir com a sua política de Transparência e Melhores Práticas no Jornalismo, todas as matérias da Amazônia Real indicam o tipo de texto jornalístico em que tal conteúdo se insere, podendo ser: 1) Reportagem noticiosa, “baseada em fatos, sejam observados ou verificados diretamente pelo repórter, ou reportados e verificados por fontes capacitadas [...] não incorporam a opinião do autor” (AMAZÔNIA REAL, 2021d). 2) Reportagem investigativa, que “tem origem em uma denúncia ou em um fato apurado com exclusividade pela própria equipe de jornalistas da agência” (AMAZÔNIA REAL, 2021d); 3) Opinião, que “expressa as ideias do autor do texto” (AMAZÔNIA REAL, 2021d) e não reflete necessariamente a posição editorial da organização; E por último, 4) resenha, “uma avaliação ou crítica de um serviço, produto, ou conteúdo criativo, como arte, literatura ou performance” (AMAZÔNIA REAL, 2021d).

A sustentabilidade do modelo de negócio da Amazônia Real consiste em três vias: “doações de leitores, parcerias com instituições filantrópicas e parcerias com empresas privadas, desde que estas possuam responsabilidade socioambiental com a Floresta Amazônica” (AMAZÔNIA REAL, 2021e). Entre as principais organizações financiadoras, podemos destacar a Fundação Ford, Repórteres sem Fronteiras e Open Society Foundations. Seja para coberturas jornalísticas pontuais ou em parcerias a longo prazo, a agência afirma não aceitar “recursos de pessoas físicas/jurídicas envolvidas com crime ambiental, trabalho escravo e violação dos direitos humanos, violência contra crianças e adolescentes e contra a mulher” (AMAZÔNIA REAL, 2021e). No site, também consta informações sobre a média mensal de usuários. Em junho de 2021, foram 127.587 acessos. A maior parte dos/as leitores/as (90%) estão no Brasil, nos municípios de “Manaus, São Paulo, seguido de Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Belém e Fortaleza” (AMAZÔNIA REAL, 2021f). O site também contabiliza acessos em mais de 180 países (AMAZÔNIA REAL, 2021f).

¹⁰ Também participaram do projeto Agência EcoNordeste, Revista AzMina, #Colabora, Portal Catarinas, Marco Zero Conteúdo e Ponte Jornalismo. O projeto foi objeto de estudo do artigo ““Um vírus e duas guerras”: por uma cobertura jornalística feminista e decolonial” (AMARAL; ROCHA; CLARO, 2021)

1.1.2. Nós, mulheres da periferia

Nós, mulheres da periferia é uma organização jornalística que surgiu da necessidade de mulheres negras e periféricas registrarem “histórias que não encontravam em lugar nenhum” (NÓS..., 2021). Foi criada em 2014 pelas jornalistas Bianca Pedrina, Jéssica Moreira, Lívia Lima, Mayara Penina, Regiany Silva e Semayat Oliveira (NÓS..., 2021a), no município de São Paulo/SP, com o objetivo de “ser uma organização feita por mulheres focada em produzir o melhor conteúdo para mulheres” (NÓS..., 2021). O compromisso com a democratização do debate público e com o fazer jornalístico guiado pela “ética, confiabilidade e independência” (NÓS..., 2021) também compõem a linha editorial da empresa.

Anterior às atividades como empresa jornalística, parte das fundadoras do Nós, mulheres da periferia publicaram um artigo na seção Tendências/Debates da Folha de São Paulo, em março de 2012. “Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino” (ARTIGO PUBLICADO..., 2014), assim inicia o artigo que, ao longo do texto, expõe as dificuldades de acesso ao ensino superior e mercado de trabalho e ressalta a potência de mulheres periféricas. Com o título de “Nós, mulheres da periferia”, a ampla repercussão do artigo fez as autoras perceberem que “o vazio de representatividade não era sentido apenas por elas” (NÓS..., 2021). A partir da publicação, iniciou o processo de pesquisa e consolidação do coletivo “com o intuito de contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas, dialogando com a tríplice raça, classe e território, tendo a periferia de São Paulo como contexto” (NÓS..., 2021).

Atualmente, a equipe gestora é composta por sete mulheres e há quatro colaboradoras, todas exclusivamente periféricas e majoritariamente negras (NÓS..., 2021). O site é dividido em quatro editorias: Análise; Comportamento; Contexto; Histórias. Há, também, uma aba intitulada Stories, com conteúdos curtos e interativos, e a aba Manifesto, na qual a organização jornalística defende o seu entendimento de “periferia”. Elas subvertem a lógica da periferia como um local à margem da cidade. Ao assumirem a centralidade, enfatizam a potencialidade de enfrentamento, resistência e consciência das mulheres periféricas.

Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular (NÓS..., 2021b)

A sustentabilidade do Nós, MDP advém da assinatura de leitoras e leitores e de parcerias com fundações ou empresas que compactuam com os princípios da organização (NÓS..., 2021). Em 2020, receberam financiamento do Repórter Sem Fronteiras, Open Society Foundations, Programa de Apoio COVID-19 a Veículos de Notícias na América Latina (projeto do Facebook e do Centro Internacional para Jornalistas), ONG Artigo-19, entre outras parcerias que fortaleceram a produção jornalística durante a pandemia (NÓS..., 2020).

1.2 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Retomamos, aqui, nossos objetivos específicos de pesquisa para justificar as escolhas teórico-metodológicas. O primeiro consiste em refletir sobre as possibilidades de um jornalismo decolonial, ou seja, um jornalismo descentrado da lógica convencional, que se aproxima das práticas empresariais e liberais. O segundo objetivo concentra-se em analisar e qualificar como e quais mulheres são referenciadas nos textos jornalísticos de Nós, MDP e Amazônia Real produzidos sobre e no contexto da pandemia de Covid-19. Em seguida, buscamos investigar se os sites jornalísticos delimitados atuam com uma prática jornalística dialógica, com polifonia e polissemia de vozes (MEDINA, 2014) e como essa produção jornalística dialoga com o seu território e a interseccionalidade.

Importante pontuar que esta é uma pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2002, p. 133), uma análise qualitativa depende de fatores como “a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação”. Esse tipo de análise não presume fórmulas ou receitas predefinidas e, também, não se refere somente à etapa final do processo de pesquisa. Ela compreende todo o processo de coleta e observação dos dados (GIL, 2008). Sobre a pesquisa qualitativa, o autor também destaca que, apesar dos procedimentos estatísticos serem úteis, nem sempre será a melhor escolha, como no caso de pesquisas de campo, estudos de caso e pesquisas participantes.

Entre as etapas da análise qualitativa, Gil (2008) cita a categorização dos dados, que subdivide-os “em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo” (GIL, 2008, p. 176). Estas categorias derivam dos próprios dados, ou seja, elas não são estanques durante o processo de análise. Nesta pesquisa, foi através do embasamento teórico-metodológico que concebemos as categorias utilizadas: Gênero, Raça, Classe, Etnia e Território. Assim como pontua Gil (2008), os dados (que aqui são textos jornalísticos) também nos conduziram a estas categorias, visto que, a questão do território foi incluída após

constatarmos a importância dessa dimensão para falarmos sobre a Covid-19 nas regiões em que se situam ambas redações.

Outra etapa importante é a interpretação dos dados, que é feita concomitante à coleta. (GIL, 2008) É através da interpretação que o (a) pesquisador (a) busca um sentido para os dados analisados. A ideia é “ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo [...]. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas” (GIL, 2008, p. 178). Além disso, o autor ressalta que não há uma única maneira de fazer a análise qualitativa, ela é flexível, embora, como toda pesquisa científica, ela requer um arcabouço metodológico sólido.

Segundo Peruzzo (2018), ter consciência da dimensão epistemológica da pesquisa científica é de grande valia para a consolidação dos estudos da comunicação, que tendem a não focar, muitas vezes, nas metodologias utilizadas. Segundo a autora, a matriz epistêmica indica a concepção de ciência e de mundo da qual o/a pesquisador/a parte. Representa o sistema de pensamento que norteia a fundamentação teórica e a escolha dos métodos; é a “tomada de posição que antecede a pesquisa” (PERUZZO, 2018, p. 29). O termo epistemologia, para Peruzzo, não é sinônimo de teoria, mas indica as “bases do caminho a trilhar no processo de geração do conhecimento científico” (PERUZZO, 2018, p. 29). É por isso que destacamos três referenciais teórico-metodológicos que nos acompanham em toda a pesquisa: os estudos interseccionais, decoloniais e do jornalismo. A triangulação entre eles se faz necessária para atingir os objetivos traçados.

Em relação aos estudos do jornalismo, que correspondem à natureza do objeto empírico e do corpus de análise (textos jornalísticos), partimos da crença de que o jornalismo deve ser uma prática polifônica, polissêmica e dialógica (MEDINA, 2014). Utilizamos, também, o conceito de arranjos alternativos às grandes corporações de mídia, defendido por Roseli Figaro (2018), o de jornalismo das periferias, de Mara Rovida (2019) e nas discussões acerca da objetividade jornalística (ABRAMO, 2016; MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019). A epistemologia decolonial acompanha estas reflexões, visto que, buscamos uma conceituação de jornalismo que permita pensar para além das definições estanques do pensamento ocidental.

Falamos em interseccionalidade e decolonialidade nesta pesquisa a fim de perceber as desigualdades de gênero, raça, classe, etnia e território, a partir de uma perspectiva que não seja colonizadora e universal. A materialização da junção de ambas perspectivas é visível

nos estudos de feministas decoloniais, a exemplo de Lugones (2014; 2020). Ao optarmos pelos feminismos decoloniais como referencial teórico, buscamos refletir sobre a presença das mulheres negras, indígenas, brancas, pobres, de diferentes estratos sociais e territórios nas notícias dos sites analisados a partir do reconhecimento que suas experiências não são homogêneas. O feminismo decolonial se opõe ao feminismo civilizatório e traz à luz “as contribuições das mulheres indígenas, das mulheres negras, das mulheres colonizadas, dos feminismos antirracistas e anticoloniais” (VERGÈS, 2020, p. 86).

Trazemos, também, a conceituação da interseccionalidade a partir de Crenshaw (2002) e Akotirene (2019). O termo, cunhado por Crenshaw, “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 14) ao reconhecer a sobreposição e cruzamento das opressões “de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”, sobretudo para mulheres negras (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Buscamos, nesta pesquisa, priorizar referenciais teóricos de autoras e autores não-hegemônicos/as. Para abordar a construção do pensamento decolonial, trazemos Quijano (2005), Ballestrin (2013), entre outros/as. Como nosso recorte de pesquisa corresponde ao Brasil e suas diferenças territoriais, utilizamos Milton Santos (2007) e Doren Massey (2000; 2004; 2005) para a compreensão do espaço social e Tiaraju D’Andrea (2020) para abordar os conceitos de periferia e sujeitas e sujeitos periféricos.

As aproximações entre os estudos do jornalismo e os estudos feministas e/ou de gênero constituem um campo em constante crescimento nas pesquisas acadêmicas (ALMEIDA, 2018). Já o diálogo entre jornalismo e o pensamento decolonial é um movimento mais recente. A título de ilustração, uma breve busca¹¹ na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelos termos “jornalismo” e “decolonial” apresentou dez resultados. Destes, quatro não fazem referência ao jornalismo ou a notícias no título e resumo. Os outros seis constituem o Quadro 2 (página seguinte).

¹¹ A pesquisa pelos termos na BDTD foi realizada em outubro de 2020, entre os dias 7 e 10.

Quadro 2 - Pesquisas com perspectiva decolonial e produções jornalísticas como objeto de estudo

Ciência brasileira nos principais sites de notícia: um retrato colonial https://ri.ufmt.br/handle/1/2002	2016	Valérya Próspero Cardoso	Dissertação	PPG em Estudos de Cultura Contemporânea/UFMT
“Eu aborto, tu abortas, somos todos clandestinas” mídia e aborto: uma perspectiva do feminismo decolonial https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188077	2017	Fernanda Marcela Torrentes Gomes	Dissertação	PPG de Serviço Social/UFSC
Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense (2014 a 2018) https://repositorio.unb.br/handle/10482/38945	2020	Ingrid da Silva Ramalho	Dissertação	PPG em Linguística/UNB
O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-01112018-185021/pt-br.php	2018	Deni Ireneu Alfaro Rubbo	Tese	PPG em Sociologia/USP
“Quando infiltrei na literatura eu não previa o pranto”: a memória e a escrita de Carolina Maria de Jesus https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67558	2020	Jessica Brisola Stori	Dissertação	PPG em História/UFPR
Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE: esse corpo de lama que tu vê https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33919	2018	Adelle Conceição do Nascimento Souza	Dissertação	PPG em Psicologia/UFPE

Fonte: Elaborado pela Autora

O termo “feminismo” não foi incluído na pesquisa, mas três pesquisas fazem referência a autoras do feminismo negro e decolonial, o que evidencia o diálogo possível entre as perspectivas teóricas. Os seis trabalhos (cinco dissertações e uma tese) utilizam produções jornalísticas como objeto de estudo, no entanto, nenhum está vinculado a programas de Pós-Graduação em Comunicação ou Jornalismo, o que indica, possivelmente, pouca articulação com referenciais teóricos da nossa área de pesquisa. Em busca de pesquisas que dialogassem com as três perspectivas teórico-metodológicas (jornalismo, interseccionalidade e decolonial), destacamos o estudo de Lago, Gonçalves e Kazan (2019, p. 6) sobre o Nós, Mulheres da Periferia. As autoras levantam questionamentos pertinentes para a presente pesquisa: “É possível o jornalismo se descentrar do conhecimento colonial, tão forte no saber acadêmico quanto nas práticas de mercado? Existem outros fazeres,

práticas, resistências, que dialogam com estas questões?”, a conclusão da análise das autoras revela que os textos jornalísticos de Nós, MDP “podem ser pensados a partir de uma perspectiva descolonial¹², mesmo que a ela não se vinculem” (LAGO; GONÇALVES; KAZAN, 2019, p. 15). Nesse sentido, a valorização de saberes, filosofias e literaturas do Sul Global (aspectos reivindicados pelo pensamento decolonial) são similares às propostas editoriais dos nossos objetos de estudos. Por exemplo, Amazônia Real pontua a defesa de “que as populações tradicionais sejam protagonistas de suas próprias narrativas” (AMAZÔNIA REAL, 2021) e Nós, mulheres da periferia assume o compromisso com “oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo” (NÓS..., 2021).

Feita essas considerações, buscamos, a partir do referencial teórico-metodológico aqui apresentado, propor uma abordagem decolonial e interseccional de análise das matérias jornalísticas. Romper com os referenciais hegemônicos, como pontuado acima, não caracterizaria uma ruptura com os métodos de análise de base científica moderna/ocidental se aqui aplicássemos uma análise de conteúdo, por exemplo. As formas de realizar uma leitura decolonizante dos textos jornalísticos tornou-se uma questão relevante durante a construção da metodologia, no entanto, o embasamento teórico-metodológico mostrou caminhos possíveis através das perspectivas norteadoras e da proposição de uma pesquisa qualitativa. O tópico seguinte do presente capítulo apresentará a delimitação do corpus empírico de pesquisa para, na sequência, descrever a abordagem de análise.

1.3 APRESENTAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Ao pesquisarmos as produções jornalísticas sobre a Covid-19 produzidas por Nós MDP e Amazônia Real durante os dois primeiros anos de pandemia (de março de 2020 a dezembro de 2021), nos deparamos, como esperado, com um grande volume de materiais.

Como o enfoque do trabalho são as desigualdades interseccionais de gênero, raça, etnia, classe e território, nos apoiamos no embasamento teórico-metodológico da pesquisa para definir os termos de busca utilizados em cada um dos sites. A cada termo, acrescentamos a palavra ‘Covid’ a fim de afunilar os resultados para as matérias desenvolvidas sobre a/no contexto de pandemia. Dessa forma, o Quadro 3 apresenta as palavras-chave em relação ao marcadores sociais que elas correspondem.

¹² O uso do termo “descolonial”, como utilizado pelas autoras mencionadas, faz referência ao processo histórico de descolonização. Já o decolonial, como a supressão da letra “s”, marca a diferença entre o processo histórico e o rompimento com a colonialidade do ser, saber e poder (BALLESTRIN, 2013).

Quadro 3 - Termos de busca utilizados em referência às categorias de análise e número de reportagens que aparecem em cada busca

CATEGORIA	TERMOS DE BUSCA	RESULTADOS EM NÓS MDP	RESULTADOS EM AMAZÔNIA REAL
Gênero	mulheres + Covid	18 reportagens	24 reportagens
	travestis + Covid	3 reportagens	2 reportagens
	trabalhadoras + Covid	10 reportagens	1 reportagem
Raça	pretas + Covid	2 reportagens	2 reportagens
	negras + Covid	13 reportagens	3 reportagens
	pardas + Covid	0 reportagens	0 reportagens
	brancas + Covid	3 reportagens	4 reportagens
Etnia	indígenas + Covid	2 reportagens	17 reportagens*
	quilombolas + Covid	2 reportagens	4 reportagens
Classe	desemprego + Covid	7 reportagens	3 reportagens
	pobreza + Covid	3 reportagens	3 reportagens
	renda + Covid	17 reportagens	7 reportagens
	trabalho + Covid	20 reportagens	28 reportagens*
Território	periferia + Covid	22 reportagens	4 reportagens
	ribeirinha + Covid	0 reportagens	4 reportagens
	comunidade + Covid	12 reportagens	52 reportagens
	aldeia + Covid	2 reportagens	40 reportagens

Fonte: Elaborado pela Autora.

Trazemos, na sequência, alguns apontamentos sobre as buscas que ajudaram a definir as matérias analisadas em profundidade¹³.

¹³ No início do desenvolvimento da metodologia da pesquisa, o critério para a escolha das matérias analisadas era o mês de publicação. Havíamos delimitado as reportagens publicadas nos meses de janeiro e março de 2021 como corpus empírico, pois, acreditamos que são dois meses-chave para compreender a Covid-19 nos respectivos territórios, visto que, janeiro aconteceu a crise do oxigênio, em Manaus, e março compreende a data de um ano de declaração da pandemia. Após a etapa de qualificação e de uma exploração mais aprofundada em ambos sites, percebeu-se que este período excluía contribuições importantes das iniciativas jornalísticas estudadas. A primeira questão se esboça na forte atuação de ambas em cobrir comunidades desassistidas no início da pandemia, época em que a mídia tradicional focava no impacto da Covid-19 nas classes mais altas. Exemplo disso, é que a busca pelas reportagens apresentadas neste capítulo revela uma concentração maior de publicações no primeiro semestre de 2020 nos dois sites. A segunda questão é que, ao escolher as reportagens pelo mês de publicação, perdia-se o foco em um importante critério da presente pesquisa: as questões de gênero interseccionadas com

Foram feitas 17 buscas em cada um dos sites. Todas foram realizadas entre os dias 03 e 10 de fevereiro. Utilizamos o buscador dos sites para fazer as pesquisas, como constam no Quadro 3. Apesar das pautas sobre a periferia serem privilegiadas no Nós MDP e as comunidades indígenas serem prioridade no Amazônia Real, os mesmos termos foram pesquisados em ambos os sites para explorar o conteúdo produzido por ambas iniciativas jornalísticas. O uso das palavras-chave, acrescidas com o termo ‘Covid’, afunilaram os resultados para as matérias desenvolvidas no período estipulado. Percebemos nas buscas que os resultados não alteravam se pesquisado ‘Covid’ ou ‘Pandemia’, por isso, a utilização de somente um dos termos. Também não variaram os resultados para os termos no plural ou singular.

Matérias jornalísticas produzidas em períodos anteriores e posteriores à março de 2020/dezembro de 2021 também apareciam dentre os resultados dos dois sites. Estas foram excluídas da seleção, bem como os conteúdos que não eram reportagens, por exemplo, entrevistas, podcasts, notícias curtas sobre eventos específicos e textos de colunistas. Também desconsideramos as reportagens publicadas originalmente em outros sites de notícia, por não serem produções das redações do Nós, MDP e Amazônia Real. O Amazônia Real, por exemplo, cobre toda a região Norte do país, no entanto, selecionamos somente as reportagens que abordavam o estado do Amazonas. O mesmo critério foi utilizado para excluir da seleção do Nós, MDP as matérias sobre o estado do Rio de Janeiro, que apareciam em algumas pesquisas.

Em Nós, MDP, os resultados não aparecem por ordem de publicação e também não consta o número de páginas do site, o que facilitaria para mensurar o número de resultados em cada busca. Já no Amazônia Real, o site apresenta o número de páginas, apesar dos conteúdos também não aparecerem por ordem de publicação. Em ambos, foram lidos os títulos de todos os resultados, exceto em duas pesquisas do Amazônia Real - na busca por Trabalho+Covid e Indígenas+Covid -, devido ao grande número de resultados (mais de 30 páginas). Nestas pesquisas, foram lidos em torno de 25% dos títulos, seguindo a ordem em que apareciam (ou seja, acompanhamos os resultados de busca até as páginas 8 de 30 em Trabalho+Covid e até a página 9 de 34 em Indígenas+Covid).

Assim, o Quadro 3 apresenta o número de reportagens que envolvem a Covid-19 publicadas no período pré-estabelecido sobre os respectivos estados brasileiros (Amazonas

raça, classe, etnia e território. Dessa forma, o nosso próprio embasamento teórico-metodológico possibilitou a escolha por palavras-chave, utilizadas como termos de busca nesta pesquisa.

e São Paulo). Os números do presente quadro, portanto, não correspondem ao número total de resultados das buscas, pois cada uma das pesquisas apresentava outros conteúdos além dos selecionados.

Grande parte das reportagens (em ambos sites) repetem em mais de uma pesquisa. Feita todas as buscas em cada um deles, chegamos ao total de 33 reportagens do Nós, mulheres da periferia e 68 reportagens do Amazônia Real. A discrepância entre ambos se dá justamente pela estrutura das redações. O Amazônia Real conta com uma equipe maior entre repórteres e editores(as), em diversas localidades e maior diversificação nas formas de financiamento. Já o Nós, MDP conta com uma estrutura menor e com o financiamento coletivo como principal meio de sustentação.

A busca pelas matérias revelou informações importantes sobre a produção jornalística dos sites durante a pandemia, por exemplo, os meses que concentram maior número de publicações e as pautas mais recorrentes. No entanto, o alto volume de materiais impossibilita que todas as reportagens sejam analisadas em profundidade. Optamos, então, por selecionar aquelas que aparecem em pesquisas de pelo menos quatro dos cinco marcadores sociais (Gênero, Raça, Etnia, Classe e Território). Por exemplo, a reportagem “Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento”, do Nós, MDP, aparece nas buscas por Mulheres+Covid (Categoria Gênero), Negras+Covid (Categoria Raça), Trabalho+Covid (Categoria Classe) e Periferia+Covid (Categoria Território). Com base neste critério, chegamos ao número de seis reportagens¹⁴ do Amazônia Real e nove reportagens¹⁵ do Nós, MDP. Todas estas têm as categorias Gênero e Território como denominadores comuns.

Em relação à data de publicação dessas reportagens, no Amazônia Real, foram duas publicadas em maio/2020, duas em junho/2020, uma em janeiro/2021 e uma em dezembro/2021 (totalizando seis). Já no Nós, MDP, foi duas em abril/2020, três em

¹⁴ São elas: Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas (18/05/2020); Indígenas do Médio Solimões denunciam falta de remédios e testes para Covid-19 (21/05/2020); Mulheres relatam os desafios dos três meses de pandemia em Manaus (12/06/2020); Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19 (14/06/2020); No lockdown parcial, fome emerge nas ruas de Manaus (29/01/2021); Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia (17/12/2021).

¹⁵ Auxílio emergencial para mulheres chefes de família: veja como conseguir o seu (07/04/2020); Trabalhadoras da saúde relatam desafios no combate ao Covid-19 nas periferias (14/04/2020); Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco (05/05/2020); Covid-19 e o transporte público: 'Essa semana eu me livrei e na próxima?' (13/05/2020); Como é ser assistente social em SP durante a crise da Covid-19 (26/05/2020); Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres (24/07/2020); Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento (14/08/2020); Contra a fome, quilombolas põem comida na mesa da favela (07/04/2021); Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada (14/10/2021).

maio/2020, uma em junho/2020, uma em agosto/2020, uma em abril/2021 e uma em outubro/2021 (totalizando nove). Com base nas pautas, dividimos as matérias nos seguintes eixos temáticos: Maternidade, Educação, Violência, Trabalho, Saúde. Algumas se enquadram em mais de um eixo. Em Nós MDP, as matérias se encontram na seguinte divisão: cinco sobre Trabalho, uma sobre Trabalho/Saúde, uma sobre Educação, uma sobre Violência, uma sobre Maternidade. No Amazônia Real, são duas sobre Saúde, duas sobre Trabalho, uma sobre Trabalho/Saúde e duas sobre Trabalho/Educação. Todas elas estão detalhadas nos Apêndices A e B, divididas em eixos temáticos, datas de publicação e em quais buscas estão presentes com base nas categorias de análise.

Todo esse percurso nos leva ao total de 15 reportagens, somando os dois sites. Para reduzir o número de matérias analisadas, optamos por aquelas que referenciam mulheres já no título. Assim, excluimos da análise as reportagens: “Covid-19 e o transporte público: ‘Essa semana eu me livre e na próxima?’”; “Como é ser assistente social em SP durante a crise da Covid-19”; “Contra a fome, quilombolas põem comida na mesa da favela”, as três publicadas pelo Nós, MDP. Neste caso, vale ressaltar que, apesar de não fazerem referência direta à mulheres no título, todas trazem mulheres como fontes das reportagens. Já no Amazônia Real, excluimos duas reportagens: “Indígenas do Médio Solimões denunciam falta de remédios e testes para Covid-19” e “No lockdown parcial, fome emerge nas ruas de Manaus”.

A referência às mulheres no título (nas reportagens que permaneceram na seleção), em algumas delas, é implícita dentro de outras palavras, por exemplo, “trabalhadoras” e “professoras”, em reportagens do Nós, MDP. No Amazônia Real também levamos isso em conta, ao considerar a única reportagem que faz menção às populações LGBTI (Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas) e as reportagens que não mencionam mulheres no título, mas trazem mulheres indígenas como fontes privilegiadas: “Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19” e “Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia”.

Outro critério utilizado foi os eixos temáticos. Optamos por não repetir na análise duas matérias, do mesmo site, que estejam no mesmo eixo. Isso ocorre no Nós, MDP, em que duas¹⁶ reportagens se enquadram somente em ‘Trabalho’: “Auxílio emergencial para mulheres chefes de família: veja como conseguir o seu” e “Desempregadas e sem renda,

¹⁶ Além dessas duas, há outras matérias do Nós, MDP que se encontram no eixo temático “Trabalho”. No entanto, as outras estão presentes em mais de um eixo, por exemplo, Trabalho+Saúde ou Trabalho+Educação. Então, foram mantidas a fim de termos todos os eixos contemplados na análise.

mulheres se ajudam no Quilombo da Parada”, optamos pela segunda pois traz uma dimensão que está ausente nas outras reportagens, as mulheres quilombolas. Assim, nossa análise se concentra em quatro reportagens do Nós, MDP e quatro do Amazônia Real, apresentadas nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Reportagens do Nós, mulheres da periferia que compõem o corpus de análise

Título	Data	Autoria	Aparece nas buscas por	Pauta/ eixo temático	Link
Trabalhadoras da saúde relatam desafios no combate ao Covid-19 nas periferias	14/04/2020	Bianca Pedrina	Mulheres Covid; Trabalhadora Covid (Gênero); Negras Covid (Raça); Renda Covid; Trabalho Covid (Classe); Periferia Covid; Comunidade Covid (Território)	Trabalho/Saúde	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/trabalhadoras-da-saude-re-latam-desafios-no-combate-ao-covid-19-nas-periferias/
Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco	05/05/2020	Jéssica Moreira	Mulheres Covid (Gênero); Negras Covid (Raça); Renda Covid; Trabalho Covid (Classe); Periferia Covid; Aldeia Covid (Território)	Educação/Maternid Ade	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-professoras-da-periferia-explicam-por-que-a-educacao-esta-em-risco/
Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento	14/08/2020	Mayara Penina	Mulheres Covid (Gênero); Negras Covid (Raça); Trabalho Covid (Classe); Periferia Covid (Território)	Maternid Ade	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/amamentacao-em-tempos-de-covid-19-entenda-a-importancia-de-manter-o-aleitamento/
Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada	14/10/2021	Bianca Pedrina e Jéssica Moreira	Mulheres Covid (Gênero); Negras Covid (Raça); Desemprego Covid; Renda Covid; Trabalho Covid (Classe); Comunidade Covid (Território)	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/desempregadas-e-sem-renda-mulheres-se-ajudam-no-quilombo-da-parada/

Fonte: Elaborado pela Autora.

Quadro 5 - Reportagens do Amazônia Real que compõem o corpus de análise

Título	Data	Autoria	Aparece nas buscas por	Pauta/ eixo temático	Link
Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas	18/05 /2020	Izabel Santos	Mulheres Covid; Travestis Covid; Trabalhadoras Covid (Gênero); Pobreza Covid; Renda Covid(Classe). Brancas Covid (Raça); Comunidade Covid (Território)	Trabalho	https://amazoniareal.com.br/pandemia-deixa-populacao-lgbti-mais-vulneravel-no-amazonas/
Mulheres relatam os desafios dos três meses De pandemia em Manaus	12/06 /2020	Izabel Santos	Mulheres Covid (Gênero); Desemprego Covid; Renda Covid (Classe); Pretas Covid; Brancas Covid (Raça); Periferia Covid (Território)	Trabalho	https://amazoniareal.com.br/mulheres-relatam-os-desafios-dos-tres-meses-de-pandemia-em-manaus/
Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo Para enfrentar a quarentena Da Covid-19	14/06 /2020	Alicia Lobato	Mulheres Covid (Gênero); Indígenas Covid (Etnia); Trabalho Covid (Classe); Aldeia Covid; Comunidade Covid (Território)	Trabalho/ Educação	https://amazoniareal.com.br/jovens-indigenas-se-reinventam-no-trabalho-e-no-estudo-para-enfrentar-a-quarentena-da-covid-19/
Como os indígenas de Manaus Foram apagados na pandemia	17/12 /2021	Eláize Farias	Mulheres Covid (Gênero); Indígenas Covid (Etnia); Trabalho Covid (Classe); Ribeirinha Covid; Aldeia Covid; Comunidade Covid (Território)	Saúde	https://amazoniareal.com.br/como-os-indigenas-de-manaus-foram-apagados-na-pandemia/

Fonte: Elaborado pela Autora.

1.4. UMA ABORDAGEM DECOLONIAL E INTERSECCIONAL DE ANÁLISE

Para analisar as reportagens de Nós MDP e Amazônia Real, nos apoiamos em nosso embasamento teórico-metodológico para construir a metodologia e a busca pelas matérias jornalísticas que constituem nosso corpus empírico. Nosso primeiro movimento foi definir palavras-chave, utilizadas como termos de busca, que seriam aplicáveis para os dois sites. Pensando nas intersecções entre gênero, raça, classe, etnia e território, selecionamos um

conjunto de palavras que remetem a tais marcadores e que são recorrentes no jornalismo para procurar pelas reportagens nos sites analisados. Foram elas: mulheres, travestis e trabalhadoras (em referência à categoria Gênero); pretas, negras, pardas e brancas (categoria Raça); indígenas e quilombolas (categoria Etnia); desemprego, pobreza, renda e trabalho (categoria Classe); periferia, ribeirinha, aldeia e comunidade (categoria Território). Essas 17 palavras foram pesquisadas no buscador dos sites (somando 34 pesquisas ao total) com o acréscimo da palavra ‘Covid’ a fim de direcionar os resultados para os conteúdos produzidos no recorte temporal delimitado.

A lógica da intersecção, como pontua Lugones (2020), nos ensina a olhar tais marcadores sociais (gênero, raça, classe, etnia, território, entre outros) de forma indissociável¹⁷. Aqui, apesar de separarmos em categorias para definir os termos de busca, entendemos que não é possível falarmos de gênero sem considerar as outras particularidades que incidem sobre a vida de diferentes mulheres, com realidades distintas. Por isso, as matérias analisadas são aquelas que aparecem em, pelo menos, quatro pesquisas.

Uma das preocupações durante o desenvolvimento da metodologia foi como investigar as matérias jornalísticas sem reproduzir os métodos de análise do pensamento ocidental, comum às ciências positivistas. Visto que, compreendemos que o jornalismo (teoria e prática) deve ser subjetivo para romper com a sua construção masculinista (MORAES, VEIGA DA SILVA 2019). Dessa forma, a perspectiva interseccional se apresenta, para além do arcabouço teórico, como uma metodologia, assim como sugere Crenshaw (2002) ao desenvolver o ‘Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero’. Além dela estar presente nas categorias delimitadas (gênero, raça, classe, etnia e território), a interseccionalidade guia a forma de olharmos para as reportagens.

Para identificar o problema interseccional, ou seja, entender como uma gama de discriminações atuam de forma a vulnerabilizar determinados grupos de mulheres, é necessário analisar o contexto e as influências que “moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas” (CRENSHAW, 2002, p. 182). Crenshaw enfatiza que torna-se difícil nomear a vulnerabilidade interseccional quando esta não é previamente catalogada por políticas públicas ou tratados internacionais, pois, “como certos problemas não são previstos, eles também não são imediatamente descobertos e, por isso, sua análise continua

¹⁷ Reitera-se que a interseccionalidade também é demarcada pelas palavras de busca delimitadas. Indígenas, pretas, negras, mulheres, assim como as outras, são marcadores sociais interseccionados na pesquisa.

subdesenvolvida” (CRENSHAW, 2002, p. 182). Dessa forma, a autora reivindica a necessidade de desenvolver “metodologias que desvendem as formas como várias estruturas de subordinação convergem” (CRENSHAW, 2002, p. 183). Uma forma de perceber a dimensão interseccional é através da adoção de uma política de “fazer outras perguntas”, proposta por Mari Matsuda e citada por Crenshaw:

[...] muitas vezes uma condição pode ser identificada, por exemplo, como produto óbvio do racismo, porém, mais poderia ser revelado se, como rotina, fossem colocadas as seguintes perguntas: “Onde está o sexismo nisso? Qual a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo?”. E a fim de ampliar ainda mais tais questionamentos, poder-se-ia perguntar: “De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo? (CRENSHAW, ano, p. 183)

A formulação de tais perguntas, nesta pesquisa, acompanha a análise das matérias jornalísticas. Além disso, um segundo movimento para a análise é ‘esquadrinhar’ as reportagens, a partir de elementos do jornalismo: título, linha fina, fontes, construção do texto e publicização. O propósito é identificar como as mulheres são representadas em ambos sites e em busca de aspectos decoloniais em sua construção noticiosa. Esses aspectos podem estar vinculados, por exemplo, à escolha das fontes das reportagens, aos/as protagonistas das notícias e as pautas privilegiadas. Lembrando que são investigadas a partir das categorias interseccionais (Gênero, Raça, Etnia, Classe e Território). Para isso, elaboramos uma ficha de análise (abaixo) para investigar os conteúdos produzidos.

Fichas de análise:

(continua)

Título	Título da matéria; link e data de publicação.
Linha fina	Transcrição da linha fina da reportagem
Construção do texto	Como o texto é construído. Há construção do lead (o que, quem, quando, onde, por quê?) Quais são as primeiras informações destacadas. Se a (o) repórter se insere no texto. De que forma e quais são as fontes utilizadas. Se propõe uma solução para o problema apresentado ou não.
Formato do texto	São quantos parágrafos? quantos subtítulos? Quantas fontes oficiais? Quantas fontes entrevistadas?
Publicização	Quantas e como são as fotos da reportagem? Há hiperlinks? Vídeos? Há olho?

Fonte: Elaborado pela Autora

Apuração

(conclusão)

Fontes	Nome das fontes, idade (se houver), seu lugar de fala (sua proximidade com o fato jornalístico, fala como morador da comunidade, como trabalhador, profissional especialista ou outro/a)		
Dados	Da onde/de quem são os dados? Instituições públicas, governamentais? pesquisas científicas? É retirado de alguma lei, documentos oficiais? Citar, se houver.		

Fonte: Elaborado pela Autora

Categories de análise:

	Gênero	Classe	Raça/Etnia	Território	Covid-19
Título	grifar, se houver, referência à termos de gênero. Por exemplo: “mulheres”, “trabalhadoras”, “professoras”. O mesmo segue para as outras categorias.	grifar, se houver, termos em referência à Classe. Como “pobreza”, “renda”, “trabalho”.	grifar, se houver, termos em referência à Raça e/ou Etnia: “negras/os”, “indígena”, “quilombola”	grifar, quando houver, referências à território: “periferia”, “aldeia”, “quilombo”.	grifar referências em alusão à Covid-19: “doença”, “pandemia”, “infecção”, “vírus”.
Linha Fina	Mesma recomendação para os termos que aparecem no título.				
Trechos da reportagem	Trechos das reportagens em alusão a cada um dos marcadores, quando houver.				

Fonte: Elaborado pela Autora

Para amparar nossa análise, os próximos capítulos apresentam: a dimensão contextual da pesquisa, os impactos da Covid-19 no Brasil e em populações específicas (capítulo 2); e a dimensão conceitual (capítulo 3), as teorias que fundamentam nosso olhar para os produtos jornalísticos.

2. CONTEXTUAL: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Em dezembro de 2019, os primeiros surtos de uma pneumonia de etiologia até então desconhecida foram notificados em Wuhan, cidade localizada na província de Hubei, na China. Em 03 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas informaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre 44 pacientes que apresentaram os sintomas clínicos (febre alta, dor, tosse ou dificuldade para respirar) da doença, sendo 11 destes em estado grave (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). No dia 24 de janeiro, em velocidade inédita, pesquisadores chineses publicaram o sequenciamento genético do que se tratava de um novo tipo de coronavírus¹⁸, o Sars-CoV-2 (LANA et al, 2020). A provável fonte primária de contaminação pelo vírus indicava um mercado de comercialização de animais silvestres, no qual os primeiros pacientes infectados trabalhavam ou haviam frequentado recentemente (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020). Não demorou para que outros casos fossem registrados fora da China, sendo instaurada Emergência de Saúde Pública Internacional (ESPII) em 30 de janeiro de 2020 (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

A Covid-19¹⁹, doença causada pelo Sars-CoV-2, é a sexta²⁰ Emergência de Saúde Pública de Relevância Internacional²¹ declarada pela OMS na história. A rápida disseminação geográfica do vírus – que em poucos meses atingiria todos os continentes, com exceção da Antártica (UNICEF, 2020) – elevou o alerta ao nível de pandemia em 11 de março de 2020. O termo indica que a contaminação por uma determinada doença atinge diversos países e regiões do mundo simultaneamente (OPAS, 2020). O alcance da Covid-19 em escala global, no entanto, não significou uma homogeneidade no enfrentamento à doença. O contexto e as condições socioeconômicas e culturais de cada país e região também determinaram a resposta e o enfrentamento à pandemia (MATTA et al, 2021). É o que autores têm chamado

¹⁸ Os coronavírus são uma ampla família de vírus causadores de infecções respiratórias em animais, incluindo aves e mamíferos. Sete coronavírus já foram identificados em humanos. Dois deles foram responsáveis por outras epidemias: Sars-CoV (chamado de síndrome respiratória aguda grave) e Mers-CoV (conhecido como síndrome respiratória do Oriente Médio) (LANA et al, 2020).

¹⁹ A doença causada pelo Sars-CoV-2 foi denominada Covid-19 em fevereiro de 2020, em referência ao tipo de vírus e ano de início da epidemia, ou seja, *Coronavirus Disease 2019*. A nomenclatura segue as melhores práticas para denominação de novas doenças humanas da OMS. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200211-sitrep-22-ncov.pdf?sfvrsn=fb6_d49b1_2 Acesso em: 29 de ago. 2021.

²⁰ A primeira, em 2009, foi devido à pandemia de H1N1. Em 2014, o estado de emergência ocorreu duas vezes, com a disseminação do vírus da poliomielite e, em seguida, devido ao surto de ebola na África Ocidental. Dois anos depois, ocorreu a epidemia do zika vírus e, em 2018, outro surto de ebola, desta vez na República Democrática do Congo (OPAS, 2020).

²¹ O conceito de ESPII foi introduzido pelo Regulamento Sanitário Internacional, em 2005. O documento é um instrumento pactuado por 196 países e coordenado pela OMS (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

de sindemia²²: a interação de uma ou mais doenças com o aspecto social (MORENO; MATTA, 2021).

Não é somente o risco de infecção pela Covid-19 que influencia em sua propagação. Idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas (como diabetes, obesidade e hipertensão) foram considerados os grupos mais vulneráveis, principalmente em países europeus (MORENO; MATTA, 2021). Na intenção de reduzir os impactos da transmissão, autoridades sanitárias recomendaram procedimentos como a quarentena, etiqueta respiratória e higienização de mãos e objetos, além do fechamento de serviços não essenciais (XAVIER, 2020). Alguns grupos sociais, que já não tinham acesso a determinados bens e serviços, permaneceram durante a pandemia sem as ferramentas necessárias para o seu enfrentamento (XAVIER, 2020). Os índices de pobreza e desemprego²³ anteriores à pandemia, as condições precárias de moradia e saneamento básico (SCHMIDT *et al*, 2021), a impossibilidade de cumprir isolamento e distanciamento social plenos (ESTRELA *et al*, 2020), a necessidade de trabalho e de uso do transporte público, a insegurança alimentar, entre outras múltiplas vulnerabilidades, são fatores que devem ser levados em consideração, afinal, apesar de estarmos todos sujeitos à infecção, “nem todos têm a mesma oportunidade de evitação da exposição ou de acesso ao tratamento disponível” (MORENO; MATTA, 2021, p. 44). Não estamos e nunca estivemos ‘todos no mesmo barco’,

[...]estamos, na verdade, no mesmo mar revolto, mas os barcos em que cada um está são muito diferentes: alguns são iates preparados para o mar revolto, outros são simples canoas, e há indivíduos não estão em qualquer tipo de barco, mas à deriva e solitários no mar hostil (MATTA *et al*, 2021, p. 17)

Em linhas gerais, a resposta à pandemia em âmbito global considera populações abstratas. Não reconhece demandas específicas de grupos vulnerabilizados e instrui com medidas de prevenção genéricas. Essa questão é visível, por exemplo, nas principais recomendações para proteção do vírus: o “fique em casa” não se aplica à realidade de todos e todas (REGO, *et al*, 2021).

²² O conceito de sindemia (um neologismo entre sinergia e pandemia) foi elaborado pelo médico Merrill Singer na década de 1990, em estudos sobre usuários de drogas em comunidades de baixa renda e a predisposição para outras doenças. Singer e colaboradores (2017) concluem que uma ou mais doenças podem ser intensificadas a depender do contexto social em que se encontram. A abordagem sindêmica “reconfigura a compreensão histórica convencional das doenças como entidade distintas na natureza, separadas de outras doenças e independentes dos contextos sociais em que se encontram” (SINGER *et al*, 2017, tradução nossa). Para os autores, todos esses fatores interagem sinergicamente.

²³ Segundo dados do IBGE, em 2018, 52,5 milhões de brasileiros/as viviam abaixo da linha da pobreza (com renda inferior a R\$420 por mês) e 13,5 milhões viviam em condição de pobreza extrema (ou seja, com rendimento domiciliar inferior a R\$ 145) (IBGE, 2020).

[..]nem todas as pessoas vivem o privilégio do distanciamento social durante uma pandemia. Um jargão comum das campanhas de conscientização no país se resume à frase “Fique em casa”; no entanto, nem todos experimentam a oportunidade do trabalho remoto, tampouco têm a casa como um espaço de proteção e cuidado. Para os que vivem escassez de água não há nem mesmo a possibilidade de lavar as mãos. Por isso, as políticas devem incorporar a realidade das desigualdades: os recursos públicos para manutenção da vida são distribuídos desigualmente a depender do gênero, raça, classe, deficiência e geografias (REGO et al, 2021, p. 64)

A adesão ao isolamento social depende de circunstâncias variáveis, tais como renda, estabilidade profissional, idade e posição política (FARIAS; PILATI, 2020). A pesquisa de Farias e Pilati (2020) sobre o comportamento da população brasileira em relação ao isolamento social destaca que a pandemia da Covid-19 foi politizada, com impacto significativo de políticos de extrema direita (como o presidente Jair Bolsonaro) no não cumprimento do isolamento por parte de seus apoiadores em razão de crenças ideológicas. É um fenômeno que não ocorreu somente no Brasil. Assim como Jair Bolsonaro, Donald Trump, enquanto ocupava a presidência dos Estados Unidos, incentivava sua base de apoio a não seguirem as recomendações da OMS, promovia o uso de medicamentos não comprovados e acusava a imprensa de disseminar pânico durante a cobertura jornalística (SANCHES; MAGENTA, 2020).

A Covid-19 requer soluções que vão além das vacinas. Como afirma Richard Horton, editor da revista científica Lancet, “não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a busca por uma solução puramente biomédica contra a Covid-19 vai falhar” (apud MORENO; MATTA, 2021, p. 47). A pandemia envolve problemas sociais, políticos e econômicos preexistentes e que não são suprimidos em períodos de crise, pelo contrário, se intensificam e passam a coexistir com os novos desafios impostos pelo vírus. Levando em conta todos os aspectos pontuados até aqui, o presente capítulo da dissertação busca concentrar algumas particularidades da Covid-19 no Brasil e nos respectivos estados em que se encontram as organizações jornalísticas, objetos de estudos da pesquisa. Abordamos o contexto pandêmico através de uma leitura interseccional, olhando para os recortes que nos interessam e auxiliam nossa análise.

2.1. COVID-19 NO BRASIL: MARCADORES SOCIAIS E VULNERABILIDADES PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil registrou o primeiro caso confirmado da Covid-19 em 26 de fevereiro de 2020. Um homem branco, de 61 anos, com histórico de viagem recente à região norte da

Itália, considerada na época o epicentro ocidental da pandemia pouco tempo depois, em março de 2020 (BUENO, SOUTO, MATTA, 2021). Os primeiros casos de Covid-19 no Brasil assemelham-se à primeira notificação: pessoas de classes economicamente favorecidas que contraíram a doença em viagens internacionais e, posteriormente, retornaram ao país (ESTRELA *et al*, 2020).

Em 12 de março de 2020, um dia após a OMS decretar o estado da pandemia, o então Ministro da Saúde no Brasil, Luiz Henrique Mandetta, publicou a portaria de nº 356 no Diário Oficial da União com medidas de enfrentamento à Covid-19, como o isolamento e a quarentena, aplicáveis para conter a infecção nos estados e municípios (BRASIL, 2020). Na mesma data, ocorreu o primeiro óbito por Covid-19 no Brasil: uma mulher, de 57 anos, internada no Hospital Municipal Doutor Carmino Cariccio, em São Paulo/SP, um dia antes do falecimento (VERDÉLIO, 2020b). O estado de calamidade pública foi reconhecido através de decreto legislativo²⁴ em 18 de março. O decreto permitiu o aumento de recursos fiscais públicos em razão dos gastos com a pandemia. Em 20 de março de 2020, data em que o Ministério da Saúde declarou a transmissão comunitária nacional, o Brasil contabilizava 904 casos confirmados em 24 estados do país e 11 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE...,2020). Em pouco tempo, a crise que “virou o mundo de cabeça para baixo” (UNICEF, 2020), afetou as cinco regiões brasileiras. Entre inúmeros fatores que impossibilitaram uma contenção adequada da doença, podemos destacar 1) a gestão da crise da Covid-19 na instância governamental e 2) as desigualdades sociais existentes antes da pandemia.

Em relação ao primeiro aspecto, a pandemia no Brasil é marcada por diversas incongruências na gestão federal. Seguidas mudanças na pasta do Ministério da Saúde, a insistência de Jair Bolsonaro no isolamento vertical (somente para idosos e pessoas com comorbidades) com o discurso de evitar prejuízos à economia e a defesa do tratamento precoce com o medicamento hidroxicloroquina, mesmo sem comprovação científica para esta finalidade (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021) são apenas alguns dos obstáculos que a população brasileira enfrentou nos períodos mais críticos da pandemia. Os embates no governo federal se estenderam às instâncias estaduais. Apesar de diversas unidades federativas suspenderem atividades presenciais no primeiro mês de pandemia (BRASÍLIA, 2020; SÃO PAULO, 2020; RIO DE JANEIRO, 2020; AMAZONAS, 2020a), Bolsonaro

²⁴ Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8075954&ts=1584647908386&disposition=inline>

editou a Medida Provisória nº 926/2020 para manter ao Governo Federal o poder de decisão de quais serviços públicos serão considerados essenciais durante a pandemia (BRASIL, 2020b), o que foi revogado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao garantir a autonomia dos estados e municípios nas decisões de medidas de isolamento (VIEIRA, 2020). A gestão de Bolsonaro frente a pandemia é também marcada pela defesa da imunidade de rebanho e pelo superfaturamento na compra das vacinas, pontos estes que foram investigados na Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid e propulsores da grave crise de oxigênio nos hospitais de Manaus em janeiro de 2021 (ROUCIBEK, 2021).

Já o segundo aspecto também se relaciona com o primeiro. A falta de políticas de distribuição de renda para populações periféricas impediu que muitas pessoas cumprissem o isolamento social, tendo que escolher entre a exposição ao vírus ou a redução da renda familiar. Valores do auxílio emergencial (de R\$ 600,00 para trabalhadores informais ou desempregados e R\$1200,00 para famílias chefiadas por mães solo, ambos parcelados) tornam-se ilusórios em um país em que a cesta básica ultrapassou a faixa dos R\$ 450,00 em todas as capitais, chegando a mais de R\$ 600,00 em cinco delas²⁵. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em São Paulo (capital com a cesta básica mais cara), o valor do salário mínimo deveria ser equivalente a R\$5.304,90 para suprir a alimentação de uma família de quatro pessoas, por exemplo (DIEESE, 2020).

A necessidade de trabalho, do uso de transporte público (que teve as frotas de ônibus reduzidas em grande parte dos estados) e o adensamento domiciliar em comunidades, periferias, favelas brasileiras são apenas algumas das desigualdades acirradas pela Covid-19. Antes da pandemia, o mercado de trabalho, bem como o acesso à saúde, moradia, educação, já constituíam um cenário desfavorável para as camadas mais vulneráveis da população. Compreender esses fatores demanda um recorte interseccional, de raça, classe, etnia, gênero e território. A partir daqui, trazemos algumas estatísticas que corroboram para este entendimento. Importante antes demarcarmos que, quando falamos na população negra do país, estamos considerando a junção das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE. A soma das categorias segue as orientações do Dossiê Mulheres Negras, produzido pelo IPEA (2013), ao constatarem semelhanças entre esses dois grupos na análise dos indicadores sociais. Entre os domicílios considerados inadequados no Brasil, mais que o dobro deles (31,3 milhões entre uma população de 45,2 milhões) é ocupado por negros/as

²⁵ Em dezembro de 2020, São Paulo registrou o valor mais alto da cesta básica no Brasil, de R\$631,46. Neste mês, os maiores aumentos foram em Salvador (32,89%) e Aracaju (28,75%) (DIEESE, 2020).

(IBGE, 2020). O IBGE considera inadequado o domicílio com pelo menos uma das seguintes precariedades: ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas com materiais não duráveis, adensamento excessivo (mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório), ônus excessivo com aluguel e ausência de documento que comprove a propriedade. Essas inadequações domiciliares também estão mais presentes em arranjos formados por mulheres sem cônjuge e com filhos/as de até 14 anos, sendo a categoria que mais apresentou pelo menos uma das inadequações descritas (IBGE, 2020). Indicadores sobre os serviços de saneamento básico também demonstram significativa desigualdade de acordo com a cor ou raça.

Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019, p. 5)

As condições de moradia tornam-se ainda mais preocupantes no contexto da Covid-19, em que medidas de higiene e sanitização são os principais instrumentos de defesa contra o vírus. Em moradias com adensamento domiciliar excessivo, por exemplo, é impossível cumprir um distanciamento em casos de infecção de um dos familiares. No Brasil, esse tipo de inadequação domiciliar atingiu 5,6% da população (IBGE, 2020). Já a ausência de um banheiro de uso exclusivo para um domicílio é uma realidade de 11% da população na região Norte. Nas regiões Sul e Sudeste, essa inadequação reduz para 0,2% (IBGE, 2020). Uma estatística que desnuda o abismo entre regiões brasileiras. Nessas circunstâncias, o isolamento social não será uma alternativa viável e segura para todos e todas, como sinalizam Arrais e colaboradores (2020):

É diferente, pois, manter-se em isolamento social nas palafitas de Belém (PA) ou Manaus (AM), nos Morros de Salvador (BA) ou nos fundos de vale de Goiânia (GO). Conforto térmico e acústico, ventilação adequada, afastamentos e recuos frontais e laterais são conceitos desconhecidos na arquitetura de sobrevivência. A reprodução da vida, na escala domiciliar, em virtude da densidade da ocupação, transforma o isolamento social em tortura. A ausência de meios monetários para suprir as demandas básicas de alimentação e higiene pessoal também obriga parte significativa da população a acionar a escala da cidade para trabalhar, uma vez que, os meios para garantir a subsistência, via trabalho formal e informal, estão em xeque. Essa engenharia aumenta as possibilidades de contágio e consequente contaminação comunitária (ARRAIS, et al., 2020, p. 14)

Em relação ao mercado de trabalho, negros/as constituem a maior parte dos/as trabalhadores/as em ocupações informais no Brasil (47,4%). Seguindo recomendações da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), o conceito de ocupação informal utilizado pelo IBGE inclui “empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares” (IBGE, 2020, p. 21). A alta taxa de ocupações informais indica a precariedade do mercado de trabalho (COSTA SILVA, 2020), pois, mesmo sendo “positiva para a redução de indivíduos vivendo em situação de pobreza”, os/as trabalhadores/as informais não têm acesso “aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização” (IBGE, 2020, p. 21). Direitos trabalhistas e proteção previdenciária não são garantidos a esses trabalhadores, que acabam sem defesa institucional em períodos de crise (COSTA SILVA, 2020).

Mulheres negras são maioria nas ocupações informais, seguido por homens negros, mulheres brancas e, por último, homens brancos. “As atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais, no ano 2019, foram Serviços domésticos (72,5%), Agropecuária (67,2%) e Construção (64,5%)” (IBGE, 2020, p. 38). Além de ser a atividade de maior concentração, os serviços domésticos registraram o menor rendimento médio, abaixo de 1 salário mínimo para trabalhadores/as sem carteira assinada. Aqui, pontua-se a intersecção de gênero e raça, visto que, é uma ocupação desempenhada por mulheres (5,8 milhões de mulheres e 502 mil homens), principalmente mulheres negras (correspondem a 66,6% das mulheres nesta atividade) (IBGE, 2020).

Um estudo do Instituto Pólis (2021) revela que mais de 20% dos óbitos por Covid-19 em São Paulo/SP, entre março de 2020 e março de 2021, foram de trabalhadores e trabalhadoras de atividades essenciais (como serviços da saúde, transporte e segurança), 9,9% foram de pessoas que trabalhavam com atividades não essenciais e 6,5% eram trabalhadores/as de atividades não essenciais, mas que não foram liberados em virtude da pandemia. Entre as vítimas, 76,7% delas não havia completado o ciclo de educação básica, o que evidencia a relação direta entre escolaridade e o fator renda como uma possibilidade de cumprir o isolamento social. Esse é o perfil das primeiras vítimas da Covid-19 nas periferias: “empregadas domésticas, motoristas de aplicativo, entregadores de alimentos que, em contato com aqueles que viajaram, se infectavam e levavam para suas casas” (ESTRELA *et al*, 2020, p. 3434). Além disso, a letalidade por Covid-19 se mostrou maior entre a população negra do país (XAVIER, 2020).

Todo esse cenário deve ser considerado quando falamos dos impactos da Covid-19 no Brasil. Mulheres negras encontram-se em desvantagem em todas as estatísticas e indicadores sociais analisados, o que reafirma a constatação de Barroso e Gama (2020) de que a crise tem

rosto de mulher, sobretudo negras e periféricas. Isso não é uma exclusividade da pandemia da Covid-19. Na epidemia de ebola na Serra Leoa, foram mulheres as principais vítimas fatais da doença (PIMENTA, 2019). Pimenta (2016) busca em sua pesquisa entender o porquê e conclui que a ebola é uma doença do cuidado, pois mulheres se tornaram os vetores de transmissão ao cuidarem de maridos, filhos, familiares e pessoas próximas. O mesmo ocorreu na epidemia do zika vírus no Brasil, que teve como principais vítimas mulheres anônimas, de baixa escolaridade, pobres e dependentes dos serviços públicos (BARROSO; GAMA, 2020, p. 86).

Durante a Covid-19, a tendência não é diferente. Segundo a pesquisa *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia (2020)*, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. Esse percentual sobe para 62% no caso das mulheres rurais. A pesquisa também revela que 40% das entrevistadas afirmaram ter dificuldades para manter a sustentação da casa (pagamento de contas básicas, alimentação e medicamentos) durante o isolamento social. Destas, 55% eram mulheres negras. Em relação à violência doméstica, 8,4% das entrevistadas afirmaram ter sofrido alguma forma de violência durante o isolamento. Essa estatística aumenta para 12% entre as mulheres na faixa de renda mais baixa (de até um salário mínimo).

Outra questão que merece atenção é a inexistência da população indígena e quilombola nas estatísticas nacionais, o que contribui para a invisibilidade dos povos originários. No contexto da pandemia, a taxa de letalidade por coronavírus entre quilombolas alcançou o dobro da nacional em junho de 2020. Segundo o Observatório da Covid-19 nos Quilombos, o total de casos da Covid-19 entre quilombolas, nesta data, ultrapassava a marca de cinco mil (QUILOMBO SEM COVID, 2021).

A partir dos indicadores até aqui citados, acredita-se que as medidas de prevenção ao vírus garantidas pelo Estado à população carente de condições adequadas de moradia, trabalho e renda, não foram suficientes, visto que, a falta de políticas públicas sociais mais atuantes já era uma realidade no período anterior à pandemia. Direitos humanos básicos ficam comprometidos se o incentivo ou a exigência de um isolamento social não estiver acompanhado de políticas de assistência social efetivas. Como pontua Arrais *et. al* (2020, p. 12), a pandemia “tem o poder de desestruturar os frágeis sistemas de saúde e o mercado de trabalho nos ambientes urbanos mais densos do planeta, exigindo, [...] investimento integrado em pesquisa científica e [...] interferência do Estado em distintos campos da economia”.

Buscou-se neste tópico contextualizar a Covid-19 e demarcar seus distintos impactos nas populações. O olhar interseccional para a pandemia nos revela que a Covid-19 é uma

crise sanitária que tem gênero, raça, classe, etnia e território. Na sequência, apresentamos particularidades do contexto pandêmico em duas regiões que foram epicentros nacionais - São Paulo e Amazonas - e que nos interessam como territórios das organizações jornalísticas estudadas. Nosso movimento de contextualizar cada uma das regiões é feito na intenção de observar se a cobertura jornalística de Nós, MDP e Amazônia Real traz, ou não, as assimetrias da Covid-19 em seus respectivos territórios.

2.1.1. Estado do Amazonas: interseccionalidade sobre a realidade pandêmica e população indígena

O Brasil é um país com dimensões continentais. A heterogeneidade social e geográfica faz com que cada território sinta os impactos da Covid-19 de forma distinta. Em maio de 2020, cinco estados concentravam 81% dos casos de coronavírus do país: Amazonas, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Destes, o Estado do Amazonas apresentava a maior proporção de infectados (ORELLANA, et al., 2020).

Manaus, a capital do Amazonas, registra altos índices de infecção por Covid-19 desde os primeiros meses da pandemia²⁶. O município foi a primeira metrópole fortemente afetada pelo vírus (COSTA SILVA, 2020), com o maior coeficiente de mortalidade do país em abril de 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020a). Em números absolutos, outras capitais e regiões mantiveram-se à frente (a exemplo de São Paulo) em óbitos e casos confirmados, porém, quando olhamos para as taxas de incidência, mortalidade e letalidade, o estado do Amazonas esteve acima da média nacional por longos períodos (MONTEIRO, et al., 2020).

Durante os seis primeiros meses de pandemia, as taxas de incidência e mortalidade da Covid-19 no Amazonas foram superiores às taxas nacionais (MONTEIRO, et al, 2020). Já a taxa de letalidade (a porcentagem de óbitos dentre os casos confirmados) teve registros superiores aos nacionais em maio e setembro de 2020. (MONTEIRO, et al., 2020). Em 26 de outubro de 2020, a taxa de letalidade de Manaus ultrapassava a estadual (2,8%), com o registro de 4,6%, quase o dobro da nacional (2,9%) durante o mesmo período (COSTA SILVA, 2020). Muito além de números, as estatísticas revelam a face mais devastadora da pandemia no Amazonas. A iminência de um colapso no sistema público de saúde do estado

²⁶ “O primeiro caso da COVID-19 no Estado do Amazonas foi confirmado pelo Governo no dia 13/03, [...] Decorridos os primeiros 30 dias da confirmação do primeiro caso (até 11/04), a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM) registrou o total de 1.050 casos no Estado do Amazonas. Nesse mesmo período, o Brasil registrava 20.818 casos acumulados e o Amazonas era o quinto em número de casos acumulados, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco (MONTEIRO, et al., 2020, p. 5).

por causa da precariedade no atendimento (falta de respiradores, ventiladores e leitos) já era uma preocupação das autoridades sanitárias estaduais no início de abril de 2020 (SANTOS, 2020), mês em que a capital registrou mais de 100 sepultamentos diários.

Em relação à população amazonense, 53% da população total do estado reside na capital, que concentra grande fluxo migratório das cidades interioranas (AMAZONAS, 2020).

Manaus é o município mais populoso da região Norte, com 1.802.014 habitantes²⁷. O Amazonas também concentra a maior população de indígenas do país (168.680 hab.), que representam 4,8% da população total do estado e 20,6% da população indígena do Brasil (IBGE, 2012). A primeira infecção por Covid-19 entre povos indígenas no Brasil foi registrada em Santo Antônio do Içá, município localizado no Amazonas, no dia 1º de abril de 2020 (FARIAS, 2020). A jovem da etnia Kokama, de 20 anos, trabalhava como Agente Indígena de Saúde (AIS) e teve contato com um médico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que testou positivo após retornar de férias em São Paulo/SP (APIB, 2020). Até 28 de outubro de 2021, segundo levantamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), foram 254 óbitos de indígenas confirmados no Amazonas, sendo o estado com maior número de casos e óbitos de povos originários por Covid-19 no país, seguido de Mato Grosso (161), Mato Grosso do Sul (128) e Roraima (126). No total, foram 1228 óbitos de indígenas por causa da Covid-19 e 162 povos afetados no Brasil (APIB, 2020a).

A falta de dados oficiais e transparentes sobre a Covid-19 para as populações indígenas e em outros grupos vulnerabilizados²⁸ impõe outros desafios para além do combate ao vírus. A vigilância epidemiológica e as notificações de casos na pandemia são essenciais para formular e aprimorar as políticas de saúde indígena. Na prática, no entanto, a Sesai, vinculada ao Ministério da Saúde, não contabiliza indígenas que vivem em áreas urbanas e em terras não homologadas, além de não apresentar informações sobre a etnia indígena a qual pertencem. Na ausência de fontes oficiais credíveis, organizações indígenas reuniram-se no Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas para acompanhar e monitorar os casos (APIB, 2020b).

Outra questão que torna invisível o real número de vítimas indígenas da Covid-19 é

²⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>

²⁸ Os dados oficiais sobre a pandemia no Brasil, em geral, ocultam informações importantes, como por exemplo, a retirada do CEP dos pacientes internados com Síndrome Respiratório Aguda Grave (SRAG) do portal de dados abertos do Ministério da Saúde, em junho de 2020. Essa ação dificulta uma leitura territorial da pandemia, que reconheça o avanço do vírus em regiões específicas (como periferias, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, etc). Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/para-combater-a-covid-19-e-preciso-entender-exatamente-onde-ela-esta/>

o preenchimento das informações sobre cor/raça nos formulários do sistema de saúde, que não foram registradas em 26% dos óbitos por Covid-19 (APIB, 2020b). Conforme levantamento da APIB, dos óbitos em que as informações foram preenchidas, apenas 0,4% correspondiam a indígenas. O racismo institucional em hospital militar foi motivo de denúncia da Organização Kokama, em junho de 2020:

Não somos “PARDOS”, por isso denunciamos o HGUT (Hospital da Guarnição de Tabatinga, AM) e qualquer outro Hospital que vier nos discriminar. Hoje tivemos uma triste notícia que soou como uma perseguição e tentativa de intimidação, “que tem gente querendo ser indígena para ganhar um benefício de 9 mil reais”, desconhecemos esse valor em nome de algum indígena Kokama falecido por Covid-19. De onde viria esse valor? Quem ganhou esse dinheiro? Nós sabemos que são nossos indígenas Kokama, não ganhamos nada por isso, não cobramos enquanto movimento indígena nada para atestar que uma pessoa é Kokama, se a pessoa é Kokama, sabe que é Kokama e nós confirmamos que é Kokama, a pessoa deve ter o direito garantido de morrer como indígena, não é a Polícia Federal ou outro órgão que vai dizer quem é indígena Kokama, pois quem sabe quem é Kokama somos nós lideranças e as suas próprias famílias Kokama. A pessoa indígena deve ter o respeito de ter no seu Óbito: INDÍGENA. A família não ganha nada por isso, não ganha nada por ser indígena, isso é respeito a seu povo e queremos que quem estiver fazendo essa acusação descabida, desrespeitosa, caluniosa e difamatória, deve ser punido criminalmente (APIB, 2020b, p. 12-13)

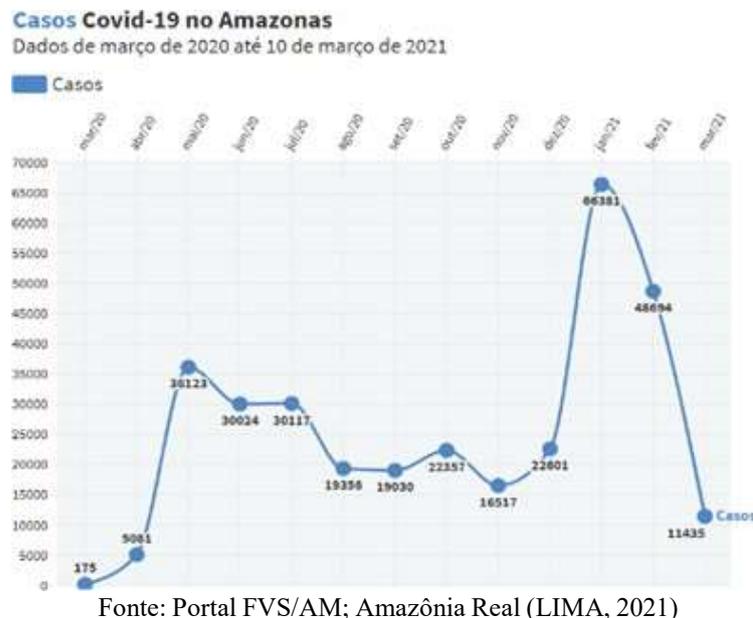
O Censo Demográfico, feito pelo IBGE a cada dez anos, incluiu a categoria indígena como resposta à pergunta sobre cor/raça somente em 1991. A partir de 2010, foram adicionadas perguntas sobre pertencimento étnico e línguas faladas a fim de reduzir a invisibilidade indígena nas estatísticas nacionais (SANTOS; TEIXEIRA, 2011). Ainda assim, o acesso à saúde para indígenas, especialmente durante a pandemia, é limitado, “os povos indígenas, historicamente, enfrentam fortes desigualdades em saúde, com maior mortalidade infantil, alta prevalência de doenças de causas evitáveis e, particularmente, com evidências que mostram que as infecções respiratórias agudas apresentam altas taxas de ataque e de internações, com potencial de causar óbitos” (APIB, 2020b, p. 44). O Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas foi sancionado pelo presidente através da Lei de nº 1142/2020 somente em julho, após pressões de organizações indígenas. No entanto, cinco meses após a sanção, o plano não havia sido implementado, conforme denuncia o relatório da APIB (2020b). Antes de ser aprovado, Bolsonaro vetou pontos fundamentais do projeto, como o acesso à água potável, leitos de UTI para indígenas e a distribuição de produtos de higiene e alimento (APIB, 2020b).

Em entrevista à Amazônia Real, o presidente da Associação Kanamari do Vale do

Javari²⁹, Higson Dias Kanamari, relata que nunca foram construídas barreiras sanitárias para evitar o acesso às terras indígenas, apesar delas estarem previstas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de nº709³⁰ movida pela APIB no STF (SCHMIDT, 2021). Dentre as inúmeras violências causadas por invasões às terras indígenas, a presença de garimpeiros nesses territórios também agravou a situação epidemiológica da Covid-19, sendo estes os principais potenciais vetores de transmissão. Na região amazônica, o aumento do desmatamento ilegal e o número de queimadas agravou a pandemia na medida em que esses conflitos impossibilitam o isolamento das comunidades indígenas e impactam no quadro clínico dos/as infectados/as pela Covid-19, devido à queda da qualidade do ar (APIB, 2020b).

O impacto da pandemia sobre a mortalidade tende a ser acentuado em contextos de grande vulnerabilidade social, econômica e de fraca efetividade de políticas públicas (ORELLANA, et. al, 2020). No Amazonas, a situação de calamidade pública foi elevada especialmente em maio de 2020 e janeiro/fevereiro de 2021. Apesar desses períodos serem os picos da pandemia, vale lembrar que as notificações permaneceram altas por longos períodos, como mostram os gráficos elaborados pela Amazônia Real (Figuras 1 e 2).

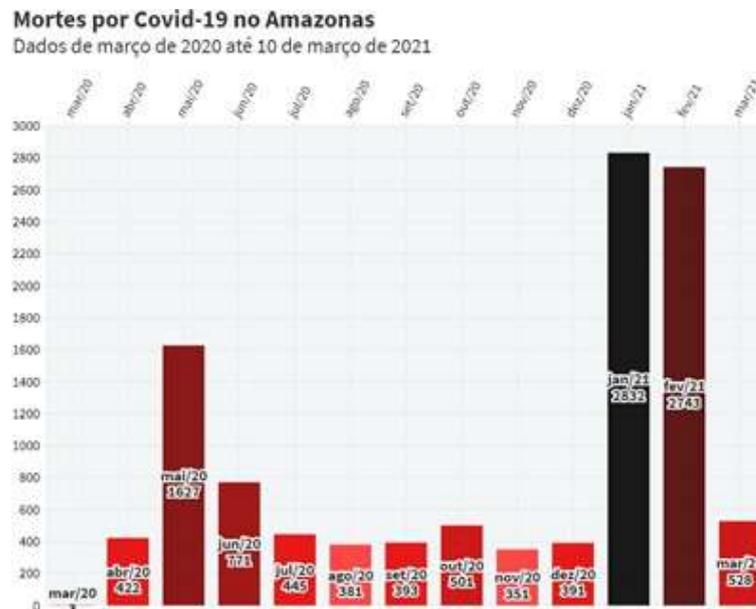
Figura 1 - Casos da Covid-19 no Amazonas, de março de 2020 a março de 2021



²⁹ A mesma região em que assassinaram o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillip, em junho de 2022, defensores de povos indígenas isolados e que lutavam contra a pesca ilegal na região.

³⁰ Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754033962>

Figura 2 - Óbitos por Covid-19 no Amazonas, de março de 2020 a março de 2021



Fonte: Portal FVS/AM; Amazônia Real (LIMA, 2021)

São múltiplos fatores que intensificaram a crise sanitária no estado do Amazonas. Podemos destacar vulnerabilidades anteriores à pandemia, como um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) - Manaus apresenta o menor desenvolvimento entre as regiões metropolitanas brasileiras (IPEA, 2014) -, altas taxas de trabalhadores informais, condições inadequadas de moradias e precariedade do sistema de saúde. Esses aspectos vinculam-se com a omissão governamental na condução da pandemia, visto que, políticas públicas sociais mais atuantes poderiam minimizar os impactos da crise.

O contexto socioeconômico da região em períodos anteriores à pandemia demonstra a falta de ferramentas necessárias para um enfrentamento pleno da Covid-19. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2020, o Amazonas ocupava a quarta posição³¹ entre os estados com maior proporção de brasileiros/as em situação de indigência. Isso representa 14,4% da população amazonense abaixo da linha internacional de pobreza. Em relação às condições de moradia, 33,7% das residências não têm acesso à rede geral de distribuição de água tratada e 11,16% das moradias em zona urbana não possuem água encanada.

Além disso, 18,52% das residências não possuem rede de esgoto adequada

³¹ Os três primeiros são: Maranhão, Acre e Alagoas (IBGE, 2020).

(AMAZONAS, 2020). Essas vulnerabilidades tornam o risco de infecção pela Covid-19 ainda maior, visto que as medidas de higiene necessárias são comprometidas com a privação dos direitos humanos básicos.

A proporção de trabalhadores em ocupações informais no Amazonas é de 60,5%. A taxa é maior que a porcentagem nacional, de 41,6%, repetindo o que é observado em outros indicadores (IBGE, 2020). Assim como para outras regiões brasileiras, a informalidade priva os/as trabalhadores/as do acesso a mecanismos de proteção social, sendo ainda mais prejudicial no contexto de pandemia (COSTA SILVA, 2020).

Destaca-se, também, a precariedade no sistema público de saúde do estado do Amazonas. Fator preponderante para a situação de calamidade dos hospitais nos períodos de maior incidência de casos da Covid-19. Antes da pandemia, a disponibilidade de leitos de UTI para o estado era de 271, todos localizados na capital³². O Índice de Desigualdade da Oferta (IDO), elaborado pelo Instituto Votorantim para medir o grau de concentração na oferta de equipamentos de saúde no Brasil, revela que o Amazonas apresentava a terceira menor capacidade de leitos de UTI para cada 100 mil habitantes em fevereiro de 2020. Com a pandemia, o número de leitos UTI chegou a 699 em maio de 2020, sendo 682 em Manaus, 10 em Borba, 5 em Coari e 2 em Jutai. A maior parte dos municípios amazonenses permaneceu sem leitos de UTI durante a pandemia. Em abril de 2020, foi instalado um hospital de campanha municipal na capital do estado, o qual foi precocemente desativado em junho de 2020 (ORELLANA, 2021). A estrutura limitada de hospitais públicos é resultado de um baixo financiamento governamental à saúde. O acesso à saúde, uma das demandas básicas que o Estado deveria garantir à população, não ocorre na prática. A região Norte do país apresenta um baixo número de médicos/as atuando no SUS, a proporção é de 1 para cada 1000 habitantes. (GARNELO; SOUZA; SILVA, 2017). Outra ponto é que a concentração dos serviços de saúde nas capitais dificulta o acesso da população interiorana. “Dentre os estados do Norte, o Amazonas teve o menor percentual de médicos com registro de atuação no interior do estado (6,9%)” (GARNELO, *et al.*, 2017, p. 1226).

O Amazonas conta com nove regiões de saúde (GARNELO, *et al.* 2017). Dentre as regiões de saúde brasileiras com mais de 2 milhões de habitantes, a região de saúde Entorno de Manaus (constituída por Manaus e outros 11 municípios) foi a que recebeu a menor transferência de recursos federais do SUS (R\$78,7 per capita/ano). Outras regiões com o

³² Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/municipioscontraocorona/ido/>

mesmo porte receberam valores até quatro vezes maiores (como exemplo, a Baixada Cuiabana, com R\$339,3 per capita/ano). “Em suma, o subfinanciamento da saúde, recorrentemente apontado na literatura, persiste e aprofunda as fragilidades dos sistemas municipais que compõem a regional Entorno de Manaus” (GARNELO, et al, 2017, p. 1230).

As fragilidades na estrutura hospitalar aliadas à alta circulação viral (BARRETO, et al, 2021) culminaram no colapso nos hospitais de Manaus devido à escassez de cilindros de oxigênio para pacientes em UTIs. A tragédia, que chocou a população e ocupou as notícias nacionais e internacionais, aconteceu no dia 14 de janeiro de 2021 e se repetiu em municípios do interior do estado nos dias seguintes (BARRETO, et al. 2021). A principal empresa fornecedora do insumo afirma que notificou o Ministério da Saúde e demais autoridades sobre a dificuldade de cumprir com a demanda de produção, visto a incidência no número de casos e internações, em 8 de janeiro de 2020. O então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, discordou dessa versão e relatou que dificuldades logísticas foram apresentadas apenas no dia 11 do mesmo mês (OLIVEIRA, 2021).

As incongruências nas versões dos fatos foram pontos considerados na proposição da CPI da Covid no Senado, em 15 de janeiro de 2021. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e outros onze senadores protocolaram o requerimento de nº 1371/2021, que propõe a “criação de CPI para apurar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados” (SENADO FEDERAL, 2021). Em defesa, autoridades federais e estaduais atribuíram o colapso nos sistemas de saúde à disseminação de novas variantes do vírus, no entanto, epidemiologistas atestam que a “nova cepa não pode ser considerada como uma desculpa para a ausência de tomada de decisão” (NUNOMURA, 2021).

No presente tópico, buscamos evidenciar como as comunidades indígenas enfrentam, além da pandemia, outros empecilhos, como o racismo institucional e a subnotificação dos casos. Além disso, contextualizamos as condições socioeconômicas que vulnerabilizam parte da população amazonense, região gravemente impactada pelo vírus e pelas omissões governamentais. Na sequência, focamos nas periferias de São Paulo e nos diferentes impactos da Covid-19 na região.

2.1.2. São Paulo: as periferias no enfrentamento à Covid-19

São Paulo, capital do estado que leva o mesmo nome, comporta mais de 12 milhões

de habitantes (IBGE, 2021), que se dividem em 96 distritos extremamente desiguais em relação a seus indicadores de expectativa de vida, infraestrutura, mobilidade, entre tantos outros (MAPA DA DESIGUALDADE, 2019). A cidade mais populosa do país foi a porta de entrada para a Covid-19 no Brasil, com registros da primeira infecção e primeiro óbito em decorrência da doença (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021). Como mencionado anteriormente, a disseminação da Covid-19 foi ainda mais agressiva quando alcançou as classes mais baixas e regiões periféricas.

Segundo levantamento elaborado em 2016 pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) para a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), a capital concentra o maior número de domicílios em situação de precariedade da região metropolitana, o que corresponde a 13,14% do total de domicílios do município. Em outro relatório publicado no mesmo ano, ambos órgãos mapearam 2098 favelas³³ na capital paulista, identificadas a partir de seus indicadores de tipo de moradia, infraestrutura, densidade domiciliar e demográfica, inserção urbana e risco geológico (CEM; SEHAB, 2016b).

O estudo dividiu tais contingentes habitacionais em cinco agrupamentos, dos quais o Agrupamento 1 apresenta bons indicadores de acesso à água, esgotamento e coleta de lixo (que correspondem a 49,6% das favelas); o Agrupamento 2 é caracterizado por uma coleta de lixo muito precária e pela densidade demográfica (12,5% das favelas se enquadram aqui); já a baixa cobertura de esgotamento sanitário é uma característica dos Agrupamentos 3 e 4, que representam 23,8% e 10% das favelas, respectivamente, sendo que, o que os distingue é que o 4 é também caracterizado por baixos indicadores de coleta de lixo; E o Agrupamento 5 concentra baixas proporções de acesso aos três indicadores (água, esgotamento e lixo). Este corresponde a 4% das favelas. Os cinco tipos de agrupamentos não possuem uma distribuição concentrada, estão espalhados pelos bairros adjacentes à região central de São Paulo (CEM; SEHAB, 2016).

Essas estatísticas mostram que não é possível um olhar homogêneo pelas periferias de São Paulo. No distrito de Brasilândia, que fica na zona Norte do município, por exemplo, encontram-se agrupamentos dos cinco tipos (CEM; SEHAB, 2016). No enfrentamento à Covid-19, algumas regiões periféricas tiveram melhores ferramentas para a redução dos impactos do vírus, visto o menor grau de precariedade em áreas com serviços de água, esgotamento e coleta de lixo praticamente universalizados.

³³ Aqui, trazemos o termo ‘favelas’ pois é utilizado nos levantamentos mencionados. Ao decorrer do texto, optamos por utilizar “periferias” a fim de demarcar a construção periférica desenvolvida por D’Andrea (2020).

Uma reportagem da Agência Mural destaca que em regiões periféricas mais populosas – como Paraisópolis e Heliópolis – foi possível uma articulação em redes de apoio, além de uma presença maior dos poderes públicos e privados (VELOSO; TALARICO, 2020a). A reportagem chama atenção para as “favelas invisíveis”, menos populosas e mais distantes social e geograficamente das classes médias e altas, como as comunidades do Córrego da Onça e da favela da Tribo, situadas na zona Norte (VELOSO; TALARICO, 2020a). Nessas regiões, os desafios da Covid-19 foram mais severos, como a falta de abastecimento de água contínua, inexistência de esgoto e coleta de lixo e pouco apoio para superar essas vulnerabilidades que antecedem à pandemia.

De forma geral, a gravidade da Covid-19 nas periferias de São Paulo foi confirmada por levantamentos e monitoramentos feitos por coletivos periféricos. Redes de jornalistas das periferias, que compõem, além do Nós, mulheres da periferia, outras organizações, como a Agência Mural e a Alma Preta Jornalismo, ficaram vigilantes nas atualizações diárias das Secretarias de Saúde Municipais e Estaduais para acompanharem a evolução da pandemia. Em 23 de abril de 2020, a Agência Mural denunciou que a letalidade da Covid-19 em periferias de São Paulo, até aquele momento, se mostrou 30% mais alta em comparação com a média nacional. A porcentagem representa que, enquanto no Brasil havia uma média de seis mortes para cada cem casos de Covid-19, algumas periferias registravam cinco vezes mais óbitos proporcionalmente (TALARICO; VELOSO, 2020b). Além disso, bairros mais ricos da capital, como o Morumbi, apresentaram uma letalidade menor apesar de saírem à frente em número de casos confirmados. Em contrapartida, “os cinco distritos com mais mortes ou mortes suspeitas de Covid-19 são das periferias” (TALARICO; VELOSO, 2020b). Foram eles: Brasilândia, Cidade Tiradentes, São Mateus, Sapopemba e Sacomã.

Com o decorrer dos primeiros meses da pandemia no país, os levantamentos não apresentaram um cenário mais favorável. A questão racial entra como um componente importante do boletim ‘Curva das Periferias’, produzido em conjunto por Nós, mulheres da periferia e Alma Preta. A primeira edição, publicada em 08 de setembro de 2020, revela que os distritos com mais infectados/as por Covid-19 (Grajaú, Sapopemba, Capão Redondo, Jardim Ângela e Cidade Ademar) são, também, os com maior número de moradores/as negros/as, com “mais de 40% de suas populações formadas por pessoas declaradas pretas ou pardas” (DISTRITOS MAIS NEGROS DE SP..., 2020). Já no terceiro boletim, publicado em 18 de setembro de 2020, evidenciaram que o declínio no número de mortes por Covid-19 era mais lento nos bairros das periferias. Um exemplo é que, enquanto o total de mortes na capital diminuiu 24%, no distrito do Jardim Ângela a diminuição foi de apenas 8%

(DESACELERAÇÃO DE MORTES..., 2020).

A organização e cruzamento dos dados da prefeitura e secretarias com as estatísticas dos bairros foi uma atuação fundamental das organizações jornalísticas periféricas no enfrentamento à Covid-19. No sexto boletim ‘Curva das periferias’, publicado em 28 de outubro de 2020, é evidenciado que somente olhar os números absolutos de mortes e casos em cada distrito é insuficiente, uma vez que os dados oficiais não consideram as particularidades de cada bairro, como o número total de moradores/as e fatores socioeconômicos, possibilidades de acesso à saúde e mobilidade urbana (SILVA, 2020). A visão em porções maiores do município - como alguns distritos, que possuem população maior que cidades de porte médio - ignora desigualdades territoriais existentes (MARINO, et al, 2020) e dificulta o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para bairros específicos (MARINO, et al, 2020b).

Outra questão acentuada por pesquisadores/as do LabCidade é que leituras simplificadas da difusão espacial da Covid-19 recaem, muitas vezes, em estereótipos estigmatizantes das periferias, que relacionam a alta contaminação somente com a precariedade habitacional. A investigação de Marino e colaboradores (2020) traz outros elementos que explicam a propagação da Covid-19 nessas localidades, como por exemplo, o fluxo de circulação de pessoas no transporte público. Ao compararem os dados da SPTrans sobre os locais de origem e destino das viagens de ônibus municipais, com o CEP dos óbitos e pacientes hospitalizados com Covid-19 e/ou Síndrome Respiratória Aguda Grave, o estudo de junho de 2020 evidencia que

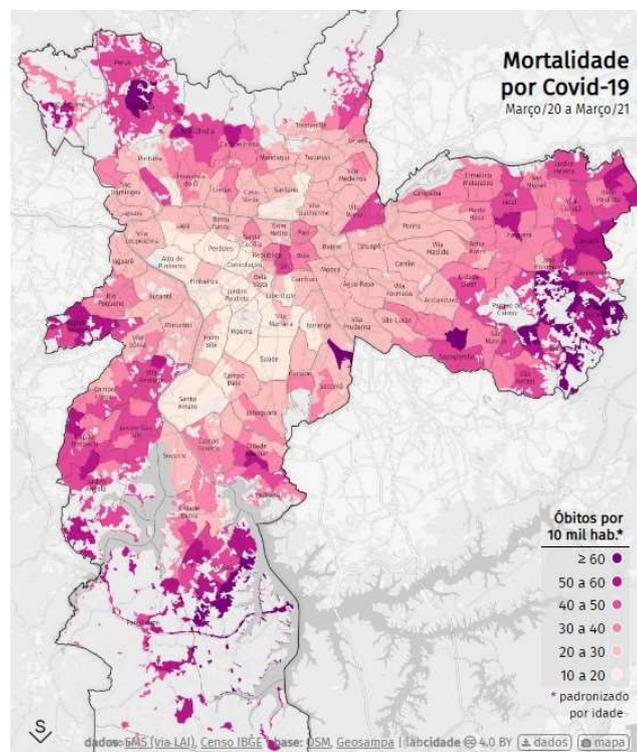
em síntese, quem está sendo mais atingido pela Covid-19 são as pessoas que tiveram que sair para trabalhar. Embora tenhamos mapeado os locais que concentram os maiores números de origens ou destinos dos fluxos de circulação por transporte coletivo, não é possível ainda afirmar se o contágio ocorreu no percurso do transporte, no local de trabalho ou no local de moradia, o que vai exigir análises futuras [...]. Mas o que está evidente é que quem saiu para trabalhar e realizou percursos longos de transporte coletivo é que quem foi mais impactado pelos óbitos ocorridos. Enquanto esse fator mostrou associação forte com os casos de hospitalizações por SRAG não identificada e Covid-19, a densidade demográfica — frequentemente associada a áreas favelizadas e bairros populares — apresentou associação fraca (MARINO, et al, 2020)

Dessa forma, além da atenção na heterogeneidade territorial de São Paulo, é necessário observar outras nuances. “Simplificações do tipo ‘onde tem favela tem COVID’ ou padrões duais do tipo centro/periferia não se sustentam na busca de compreender os fatores que levam a determinados territórios ter uma maior concentração de casos ou óbitos” (MARINO, et al, 2020b). Um olhar territorial sob a Covid-19 deve considerar que, nas

periferias, o convívio com o vírus se deu em conjunto com as dificuldades de acesso à saúde (SOUSA; SANTOS, 2021), com a impossibilidade de isolamento para trabalhadoras da limpeza urbana (MOREIRA, 2020b) e de outras atividades que não pararam, com os desafios para estudantes das periferias realizarem atividades remotas (MOREIRA, 2020), com o medo de contaminação no transporte público (OLIVEIRA, 2020), entre outras realidades.

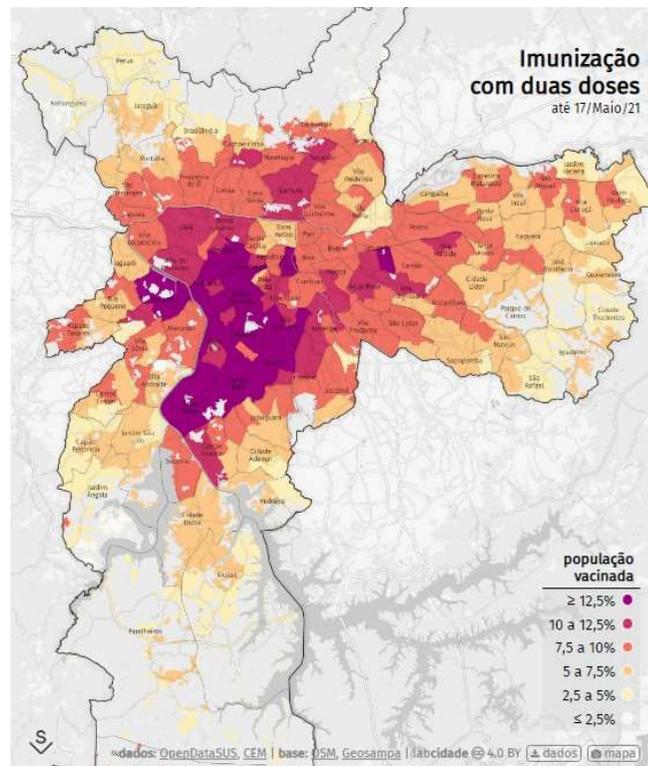
Além disso, grande parte das políticas públicas desenvolvidas para este período não incluíram as diferentes especificidades de cada um dos bairros periféricos. Outra pesquisa produzida pelo LabCidade indica que não houve uma estratégia territorializada, nem mesmo, nas campanhas de vacinação, em janeiro de 2021, quando iniciou o plano de imunização nacional. Bairros que apresentaram focos ininterruptos de casos da Covid-19 ao longo de 2020 não foram alvo da imunização (MARINO et al, 2021). Enquanto a mortalidade por Covid-19, entre março de 2020 a março de 2021, se concentrou nas regiões adjacentes ao centro, como mostra o mapa de calor na Figura 3, a imunização com duas doses, do início da campanha até o dia 17 de maio de 2021, foi maior em bairros centrais, como demonstra o segundo mapa de calor, na Figura 4 (MARINO et al, 2021).

Figura 3 - Mapa de calor sobre a Mortalidade por Covid-19 em São Paulo



Fonte: MARINO et al (2021)

Figura 4 - Mapa de calor sobre a Imunização com duas doses em São Paulo



Fonte: MARINO et al (2021)

Uma das hipóteses para explicar a prioridade na imunização é que essas regiões concentram uma população com maior média etária (MARINO et al, 2021). O Mapa da Desigualdade (2019) confirma que a expectativa de vida é discrepante a depender do bairro em que se vive (somente para ilustrar, enquanto a média em Moema, bairro da zona centro sul de SP, é de 80 anos, em Cidade Tiradentes, no extremo leste, a expectativa reduz para 57). Mesmo com o reconhecimento da vulnerabilidade de determinados territórios por parte do poder público, os critérios adotados pelas campanhas de vacinação não foram suficientemente eficazes (MARINO et al, 2021). A não priorização das localidades mais afetadas também revela o racismo estrutural, pois os bairros menos afetados também são aqueles que mais concentram a população negra do município (MARINO et al, 2021).

Isso é observado não somente na vacinação, como também nas localidades escolhidas para construção de hospitais de campanha: “Pacaembu, Ibirapuera e Anhembi. Áreas mais próximas ao centro e distritos mais nobres” (SOUSA; SANTOS, 2021, p. 21); na primeira testagem em massa, que ocorreu em drive thru, no estacionamento de um shopping na zona Sul; na concentração de 60% dos leitos de UTI da capital em bairros centrais (SOUSA; SANTOS, 2021). Um retrato visível de quem será privilegiado e de quem será negligenciado

pelas políticas públicas de combate à pandemia.

A fins de conclusão deste tópico, evidenciamos as redes de apoio mútuo formadas por sujeitos e sujeitas periféricos/as. O Nós, mulheres da periferia, por exemplo, relata que a solidariedade feminina periférica sempre existiu, mas foi intensificada com a disseminação da Covid-19. Costureiras que produziram máscara de proteção para doar ou vender a preços baixos, mulheres que organizaram entregas de marmitas e de cestas básicas ou que produziram sabão para dividir com vizinhos e familiares são algumas das histórias contadas pelas jornalistas (MOREIRA, 2020c).

3. CONCEITUAL: PERSPECTIVAS NORTEADORAS

3.1. EM DEFESA DE UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL

A escolha pelos estudos decoloniais como embasamento teórico-metodológico e epistemológico para esta pesquisa busca evidenciar outras perspectivas para a ciência e para a prática jornalística. No prólogo do seu livro Muniz Sodré (2007) reivindica as possibilidades de um pensamento filosófico fora dos cânones ocidentais grego-europeus, pois, o risco de partirmos de um pensamento único é que “se é única a origem, único será o poder” (SODRÉ, 2007). Essa universalização da história não acontece sem propósito. Ela faz parte do processo de colonização dos sujeitos, dos saberes, do poder. Nesse sentido, o pensamento decolonial propõe um movimento de renovação epistemológica das ciências sociais (BALLESTRIN, 2013), o que não quer dizer que considera toda contribuição do ocidente como reflexo do colonialismo imperial. Mas que, por trás de “todo grande sistema filosófico [...] subjaz uma política – impensada por esse mesmo sistema” (SODRÉ, 2007). Aqui, neste tópico da pesquisa, buscamos apresentar os pontos centrais para compreensão da perspectiva decolonial e o que, de fato, ela propõe e defende. Com isso, poderemos na sequência adentrarmos nos conceitos de interseccionalidade (apresentado pelo viés dos feminismos decoloniais) e no nosso entendimento de um jornalismo colonizado(r) e do que seria um jornalismo decolonial.

Uma diferença importante ao abordarmos a decolonialidade é que o fim das administrações coloniais nos países de ‘terceiro-mundo’, não significou que viveríamos em um mundo descolonizado e pós-colonial (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). A denominada ‘colonialidade’ se mantém nas instituições capitalistas e nas relações globais, afinal, a conquista do território que viria a ser batizado posteriormente de América Latina, não se deu sob condições pacíficas (QUIJANO, 2005). Estima-se que mais de 90% da população nativa da região foi dizimada pelos colonizadores (TODOROV, 1998; *apud*, TORRICO, 2019). Tamanho o genocídio que acompanha a “descoberta” da América deixou vestígios irreversíveis. Por isso, apesar da superação do colonialismo enquanto dominação política formal e explícita dos países latino-americanos e africanos, perpetua-se, até hoje, a colonialidade, ou seja, a “colonização do imaginário dos dominados” (QUIJANO, 1992, p. 2).

A colonização cultural da América Latina, como aponta Quijano (1992), foi um meio eficaz de controle social e cultural que se perpetuou quando a repressão imediata deixou de

ser constante. Em outras regiões, como a Ásia e o Oriente Médio, as culturas não foram destruídas com tal intensidade, mas foram colocadas em uma relação de subalternidade. Já na África, apesar de ser um território mais explorado, “não conseguiram ali a destruição completa dos padrões expressivos, [...] o que fizeram foi despojá-los de legitimidade e de reconhecimento na ordem cultural mundial dominada pelos padrões europeus. Foram capturados pela categoria de ‘exóticos’” (QUIJANO, 1992, p. 13). Esse olhar colonial sob as outras culturas é evidenciado por Quijano (1992; 2005) como um dos aspectos que configura a denominada colonialidade do poder.

As discussões decoloniais no contexto da América Latina se fortalecem com a criação do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Composto no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos, o coletivo traz críticas aos estudos pós-coloniais, que não propuseram um rompimento definitivo com os cânones do pensamento ocidental (BALLESTRIN, 2013). A ideia de ‘giro decolonial’, cunhada por Nelson Maldonado-Torres, propõe uma renovação epistemológica, teórica e política não somente nas ciências sociais “como também para outras instituições modernas, como o direito, a universidade, a arte, a política e os intelectuais” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 21, *tradução nossa*). A emergência de um pensamento decolonial antecede o giro e pode ser vista, por exemplo, nos escritos de Otabbah Cugoano, um escravo liberto que publicou, em 1787, seu tratado *Thoughts and sentiments on the evil of slavery* (MIGNOLO, 2007). Justamente pela colonialidade do saber, este não chegou a usufruir do mesmo prestígio que as teorias políticas hegemônicas de Maquiavel, Robbes ou Locke (MIGNOLO, 2007; BALLESTRIN, 2013). Contribuições anteriores ao giro, na visão de Mignolo (2007), devem ser inseridas na genealogia do pensamento decolonial, pois abriram portas a um *pensamento outro*.

A perspectiva decolonial, demarcada pela influência do M/C e radicalização do pensamento pós-colonial, articula e desenvolve conceitos importantes para compreender as feridas coloniais e as classificações sociais que foram geradas a partir da colonização (BALLESTRIN, 2013). Um deles, que é amplamente utilizado nas teorias decoloniais, refere-se à tríade da colonialidade, que se manifesta na dimensão do poder, do saber e do ser³⁴. A colonialidade do poder, elaborada inicialmente por Aníbal Quijano (2005), remete ao padrão mundial de poder capitalista que se baseia na classificação da população mundial de acordo com a ideia de raça para legitimar as relações de dominação. Já a colonialidade do

³⁴ A colonialidade do ser, desenvolvida por Maldonado-Torres, não foi recebida por teóricos/as com o mesmo entusiasmo que as outras (BALLESTRIN, 2013).

saber se dá no campo epistemológico e teórico. A perspectiva eurocêntrica do conhecimento tornou-se paradigmática a partir da emergência da Europa moderna e se sobrepôs sob as demais formas de pensar e produzir conhecimento (QUIJANO, 2005). Neste viés, a história é dividida entre barbárie e civilização, sendo o ocidental propulsor do desenvolvimento e do progresso, enquanto os povos colonizados são primitivos, inferiores, despojados de humanidade. O conhecimento produzido a partir dessa perspectiva ignora a violência escondida por trás da modernidade (QUIJANO, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2005). É este imaginário que está presente no surgimento das ciências sociais e nos seus cânones do conhecimento (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

A interpretação hegemônica do conceito de Modernidade refere-se a um movimento de emancipação de desenvolvimento do ser humano associado a fenômenos/acontecimentos históricos intra-europeus (DUSSEL, 2005). Mignolo (2008, p. 316) percebe a modernidade não como um período histórico, mas como uma narrativa: “‘Modernidade’ era o termo no qual eles espalhavam a visão heroica e triunfante da história que eles estavam ajudando a construir”. Por essa perspectiva, a colonização é uma consequência inevitável para levar a “modernização” aos povos “atrasados”. É o que Dussel (2005) chama de “o mito da modernidade”, no qual o desenvolvimento das sociedades é seguir os passos da civilização europeia. E, caso assim não o façam, a violência da dominação colonial é reconhecida como um ato inevitável. É necessário negar o mito civilizatório para que se reconheça a “outra-face” oculta à modernidade: “o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas” (DUSSEL, 2005, p. 29).

A emergência da modernidade europeia se constituiu, então, como paradigma dominante “de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião” (DUSSEL, 2005, p. 28). Com o modelo cultural europeu tornando-se paradigmático aos demais povos (TORRICO, 2019), os padrões de expressão dos dominantes foram colocados em uma posição de superioridade em detrimento das culturas, crenças e modos de conhecer e produzir conhecimento dos dominados (QUIJANO, 1992). A expressão mais visível desse paradigma é, provavelmente, a ideia de raça, uma classificação social que não existia antes das relações coloniais (QUIJANO, 2005). As discriminações codificadas posteriormente como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais” foram assumidas como categorias de pretensão “científica” e “objetiva” (QUIJANO, 1992) e se tornam o primeiro critério da modernidade para distribuir as populações em níveis, lugares e papéis nas estruturas de poder (QUIJANO, 2005).

A posição de privilégio da Europa no poder global reflete diretamente na produção do conhecimento científico, que é também colonizado, pois, simultaneamente ao colonialismo da América, inicia-se “a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário” (LANDER, 2005, p. 10). O eurocentrismo, entendido como uma *atitude colonial* frente ao conhecimento, assegurou a superioridade do conhecimento ocidental. Assim, todo conhecimento construído fora da lógica moderna, foi excluído, omitido, silenciado (LANDER, 2005).

Lander (2005) traz críticas à noção de universalidade presente nas teorias clássicas das ciências sociais que, criada a partir da experiência particular do europeu, tornou-se radicalmente excludente. É essa ideia de universalidade, por exemplo, que molda a hegemonia do neoliberalismo (tanto na sociedade, nos modos de vida, quanto nas perspectivas teóricas). Para o autor, o neoliberalismo³⁵ é impulsionado pelo pensamento científico moderno através da naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e moderna da existência humana. Dentro dessa perspectiva, a sociedade liberal “não é apenas a ordem social desejável, mas também a única possível” (LANDER, 2005, p. 8). A hegemonia do projeto liberal – apesar de enfrentar relutância e resistência das lutas populares – foi substrato para a constituição das ciências sociais, que se consolidam, principalmente, em cinco países liberais industriais: Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (LANDER, 2005). Assim, a visão de mundo liberal predomina o debate intelectual das disciplinas científicas

Da constituição histórica das disciplinas científicas que se produz na academia ocidental interessa destacar dois assuntos fundacionais e essenciais. Em primeiro lugar está a suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por essa razão define o modelo que define a sociedade moderna. A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. Em segundo lugar, e precisamente pelo caráter universal da experiência histórica europeia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o *dever ser* para todos os povos do planeta (LANDER, 2005, p. 13)

³⁵ O neoliberalismo é, muitas vezes, debatido como uma teoria puramente econômica. Lander (2005) defende que ele deve ser compreendido como “o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida” (2005, p. 8).

As ciências sociais, ao se constituírem no espaço de poder colonial/moderno, estão impregnadas pelo imaginário colonial desde suas origens a todo seu sistema conceitual. As perspectivas teóricas clássicas, ao negarem o vínculo entre a modernidade e o colonialismo, não são somente incompletas, mas principalmente carregam uma posição ideológica (CASTRO-GOMÉZ, 2005). Essa posição se ancora em um marco do pensamento moderno denominado *hybris del punto cero*, elaborado por Castro-Gómez “ao perceber que os pensadores modernos do século XVI se posicionaram pareados a Deus e, dentro desta fantasia, poderiam construir regras e disseminar saberes para o mundo” (AMARAL, 2021, p. 476). O ‘ponto zero’ refere-se a um sujeito epistêmico camuflado em uma suposta neutralidade/objetividade, que

[...]não tem sexualidade, gênero, etnia, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interno consigo mesmo, sem relação com nada fora de si. Quer dizer, se trata de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém (GROSFOGUEL, 2007, p. 64, *tradução nossa*)

A premissa do ponto zero fundamenta a filosofia moderna. René Descartes afirmava que o conhecimento só seria possível a partir do distanciamento entre sujeito conhecedor e objeto conhecido. Para o fundador da filosofia cartesiana, quanto “maior seja a distância do sujeito frente ao objeto, maior será a objetividade” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 82, *tradução nossa*). Os sentidos (cheiros, gostos, cores, toda experiência corporal) seriam para Descartes um obstáculo epistemológico, que devem permanecer na *doxa* (CASTRO-GÓMEZ, 2007; AMARAL, 2021). Essa racionalidade, que vislumbra a concepção de um mundo similar a uma máquina, está presente nas universidades, na construção das disciplinas científicas e na materialização de seus cânones, responsáveis por “fixar os conhecimentos em certos lugares, tornando-os facilmente identificáveis e manipuláveis” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 84, *tradução nossa*).

Castro-Gómez (2007 p. 89, *tradução nossa*) defende a subversão da lógica do ponto zero. Isto é, se “a ciência ocidental estabeleceu que quanto mais longe se coloque o observador daquilo que observa, maior será também a objetividade do conhecimento”³⁶, não será o distanciamento, e sim aproximação que deve guiar o/a investigador/a. A aproximação permitiria um diálogo de saberes, ou seja, a coexistência entre diferentes formas de conhecimento. Para Castro-Gómez (2007), o diálogo só será possível a partir da legitimação

³⁶ No original: la ciencia occidental estableció que entre más lejos se coloque el observador de aquello que observa mayor será también la objetividad del conocimiento (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 89)

dos conhecimentos que se aproximam da *doxa*. Compreende-se que não é necessário negar as categorias de análise e disciplinas modernas, trata-se, na verdade, “de uma ampliação do campo de visibilidade aberto pela ciência ocidental moderna [...]. Não é, então, a disjunção, mas a conjunção epistêmica” (CASTRO-GOMÉZ, 2007, p. 90, *tradução nossa*). Ainda que utópica, a decolonização do conhecimento se mostra como um caminho possível para superar a relação “sujeito-objeto” entre a cultura europeia e as demais culturas.

Na América Latina, a renovação do pensamento científico tem seu primeiro expoente entre as décadas de 1960 e 1970, quando as condições de subordinação da região são questionadas no desenvolvimento de teorias como a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e a Filosofia da Libertação, que tem Enrique Dussel como precursor (TORRICO, 2019). Após o período ditatorial e a redemocratização política, a década de 1990 abarca o nascimento da crítica latino-americana da Modernidade, que traz uma outra maneira de entender a configuração do campo de estudos da Comunicação, bem como de outras áreas das ciências humanas e sociais (TORRICO, 2019).

Algumas das críticas da perspectiva decolonial, como a questão da Modernidade, por exemplo, não são constatações originais do M/C, sendo denunciadas anteriormente em estudos pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013). A novidade está no movimento de ruptura com a episteme ocidental, na revalorização dos saberes do Sul Global e na proposição de outras epistemologias. “Mais que uma opção teórica, o paradigma da decolonialidade parece se impor como uma necessidade ética e política para as ciências sociais latino-americanas” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 21, *tradução nossa*). Ballestrin (2013, p. 108-109) aponta que “o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global [...], no que pese práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias”. Ele não visa limitar o arcabouço teórico aos referenciais fora do eixo hegemônico, mas busca ser um contraponto à tendência histórica na qual o Sul fornece experiências e somente o Norte as teoriza (CONNEL, 2012, *apud*, BALLESTRIN, 2013).

Nesse sentido, o pensamento decolonial se propõe a produzir um conhecimento desvinculado das pretensões de objetividade e neutralidade, comuns ao eurocentrismo e – não por coincidência – ao jornalismo. Isso implica em desconectar-se das categorias de pensamento ocidentais, da lógica binária da modernidade. Demanda um ato de *desobediência epistêmica*, como assim denomina Mignolo (2008).

É um movimento importante para as pesquisas latino-americanas, como também para o próprio jornalismo, em suas práticas e teorizações. Vemos a necessidade de trazer

perspectivas teórico-conceituais que abordam o lugar subalterno na sociedade por uma outra ótica, de forma que não os coloque em uma posição passiva ou incomunicável. A opção decolonial é, portanto, teórica e política, pois “a cumplicidade das ciências sociais com a colonialidade do poder exige a emergência de novos lugares institucionais e não-institucionais, a partir dos quais os subalternos possam falar e serem escutados” (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 21, tradução nossa).

3.2. JORNALISMO: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

A compreensão de Jornalismo - enquanto práxis e campo do conhecimento³⁷ - diverge a depender das referências bibliográficas e correntes teóricas que norteiam o/a pesquisador/a. Alguns autores/as preocuparam-se com as circunstâncias históricas do jornalismo, principalmente com enfoque para o desenvolvimento da profissão nos Estados Unidos, a exemplo de Michael Schudson. Já a teoria do Newsmaking, que tem a Gaye Tuchman como principal referência, deu centralidade ao processo de produção das notícias (MACHADO, 2004). No Brasil, por exemplo, temos a defesa de Adelmo Genro Filho (1987) que abordou o potencial revolucionário do jornalismo. Há de considerarmos, ainda, a tardia teorização do jornalismo nas universidades brasileiras, que priorizou o ensino das técnicas e deixou em segundo plano a consolidação do campo científico (MEDITSCH, 2012).

Nossa intenção, no presente trabalho, não é esmiuçar cada uma das proposições mencionadas ou discutir a cientificidade do campo jornalístico. Concordamos com a compreensão do jornalismo como uma forma de conhecimento social (GENRO FILHO, 1987), que necessita de metodologias específicas para o estudo dos fenômenos jornalísticos e que não é mero objeto de estudo (PERUZZO, 2018), como também é um conhecimento científico que deve ser legitimado (MACHADO, 2004). Porém, queremos nos debruçar em uma outra questão considerada pertinente para a presente pesquisa: explicar o que é conhecido como modelo vigente de comunicação, que Torrico (2019) chama de Comunicação Ocidental. Este, reproduzido em grande parte das bibliografias do Jornalismo e da Comunicação, é verticalizado, unidirecional e assimilado como universal. É nele que

³⁷ A discussão sobre o Jornalismo como um campo de conhecimento abre um leque para outras questões. A legitimação tardia do campo está relacionada com diferentes problemáticas, como a dissociação entre prática profissional e teorização do jornalismo e a preponderância do ensino das técnicas da produção jornalística nos cursos de ensino superior. Para este debate, ver: Machado (2004) e Meditsch (2012). Aqui, concordamos com os autores sobre a necessidade de uma teoria(s) do Jornalismo e consolidação da área como disciplina científica, apesar de não descartamos contribuições interdisciplinares

reside o que entendemos como jornalismo colonial/colonizador, que influencia nos valores-notícia e na pretensa objetividade jornalística (SILVA, 2015; VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019; 2021; ABRAMO, 2016). A partir dessa conceituação, apresentamos nossa compreensão de um jornalismo decolonial/decolonizador.

Acreditamos que ele se situa em uma prática jornalística subjetiva (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019; 2021), que exercita a alteridade e que é dialógica, polifônica e polissêmica (MEDINA, 2011; 2014). Não o entendemos como uma oposição ao primeiro, mas como práticas que podem ser incorporadas em rotinas produtivas distintas. Assim, nossa análise busca identificar se essas características de um jornalismo decolonial compõem a cobertura de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real sobre a pandemia da Covid-19 e as desigualdades interseccionais.

3.2.1. O Jornalismo pela perspectiva ocidental

Grande parte das teorizações da Comunicação, segundo Torrico (2018), advém da epistemologia moderna eurocentrada. Isto é, elas compactuam com os pressupostos da ciência moderna/positivista³⁸ que, nas ciências sociais, se concentram nos saberes produzidos por intelectuais da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (TORRICO, 2018). O pensamento científico produzido nessas localidades, especialmente durante o século XIX, instalou um padrão ordenador que hierarquizou os conhecimentos e universalizou a cultura euro-estadunidense (TORRICO, 2018). Como consequência, a Comunicação “adotou as mesmas fontes epistêmicas, selecionou suas linhas temáticas dando prioridade [...] a questões próprias do seu contexto de origem e aplicou as concepções teórico-metodológicas preexistentes” (TORRICO, 2018, p. 75, tradução nossa)³⁹.

Torrico (2018; 2019) revela como a área do conhecimento e o espaço de teorização da Comunicação – bem como do Jornalismo – é moldado pelos cânones do pensamento científico moderno e como essa influência perdura até os dias atuais através da colonialidade. Entre diferentes correntes teóricas, destacam-se três que fazem empréstimos conceituais –

³⁸ Falaremos algumas vezes, no presente trabalho, sobre uma influência positivista na Comunicação e no Jornalismo. Utilizamos o termo ao nos referirmos ao sistema de pensamento que dominou a cultura europeia, sua filosofia, artes e literaturas entre 1840 e a 1ª Guerra Mundial. Este foi cunhado em torno da ideia de progresso e desenvolvimento humano na Europa durante a expansão colonial (SILVINO, 2007). O positivismo, também, influenciou diferentes correntes em locais distintos, como o racionalismo, o cientificismo, a tradição empirista e o naturalismo renascentista. Esse movimento, segundo Silvino (2007, p. 279), “demarcou, antes de tudo, o espírito da época”.

³⁹ No original: “adoptó asimismo esas fuentes epistémicas, seleccionó sus líneas temáticas dando prioridad [...] a cuestiones propias de su contexto de origen y aplicó las concepciones teórico-metodológicas preexistentes”.

nem sempre autorizados - à Comunicação: a pragmática (desenvolvida nos Estados Unidos a partir dos anos 1920), a crítica (situada principalmente na Alemanha, Inglaterra e França, a partir dos anos 1940) e a crítica-utópica⁴⁰ (resultado das contribuições latino-americanas a partir da década de 1960). “Apesar de suas particularidades e diferenças, essas correntes compartilham o mesmo substrato epistemológico, o da Modernidade” (TORRICO, 2019, p. 96).

O ponto em comum na forma em que as três concebem a comunicação é que elas aceitam o que Torrico (2018; 2019) chama de ‘paradigma dominante’, que reconhece, em síntese, a comunicação “como o processo de transmissão de conteúdos informativos tecnologicamente mediado que cumpre funções de controle social através da realização de determinados efeitos em receptores massivos e passivos” (TORRICO, 2018, p. 76, tradução nossa)⁴¹. É também o que Luis Ramiro Beltrán nomeou de ‘esquema persistente’ na Comunicação: “um modelo de comunicação composto por sete elementos conectados de modo unilinear (Fonte-Codificador-Mensagem-Canal-Decodificador-Receptor-Efeito) e com um propósito monocausal considerado necessário: a persuasão” (TORRICO, 2019, p. 93-94). Esse modelo, que privilegia a unilateralidade dos fluxos da informação e a passividade do público como mero receptor, foi disseminado nas principais elaborações conceituais dos estudos comunicacionais. Torrico (2018; 2019) refere-se a essa concepção como Comunicação Ocidental ou “centrada”. Atribui-se, então, um caráter de validade universal a esse modelo, assim como aos demais conhecimentos centrados no ocidente.

Mas isso não é tudo. Na noção predominante de comunicação, que é descrita aqui como “Ocidental”, está implícita a hierarquia colonial de pessoas e povos; isso se reflete tanto na verticalidade aceita da relação entre emissor e receptor quanto na prerrogativa de gerar conhecimento relevante, atribuído quase exclusivamente à academia dos países que tradicionalmente e ainda hoje dominam o âmbito do conhecimento. O centrismo-ocidental atravessa, assim, o espaço teórico comunicacional a partir de suas bases histórico-sociais e epistemológicas. É por esse motivo que se pode falar de uma comunicação “centrada”; em outras palavras, de um campo de estudos inscrito – desde o nascimento – no âmbito de interesses, sujeitos e procedimentos da ciência do Ocidente, apresentada como se fosse a única construção

⁴⁰ No caso da crítica-utópica, fomentada por intelectuais latino-americanos, deve-se destacar as reflexões críticas trazidas por esta corrente. Sobre ela, Torrico (2019, p. 100) diz que “não apenas denunciou o caráter transmissivo visto como a norma do processo de comunicação, mas também desafiou o pragmatismo exacerbado dos emissores; além disso, ofereceu opções que defendiam o acesso, a participação e o diálogo, bem como canais alternativos para a expressão dos marginalizados. No entanto, essas respostas não conseguiram dar frutos conforme se previa e acabaram sendo insuficientes para induzir uma transformação real nas formas predominantes de fazer e conceber a comunicação”.

⁴¹ No original: “como el proceso de transmisión de contenidos informativos tecnológicamente mediado que cumple funciones de control social a través del logro de determinados efectos en receptores masivos y pasivos”.

conceitual possuidora de bom senso e plausibilidade (TORRICO, 2019, p. 95)

Assim, a comunicação, quando ‘vista do centro’, é “um processo de natureza mecânica” (TORRICO, 2019, p. 101), hierarquizada, unilateral, que pode até abrigar interpretações diferentes, mas mantém “a espinha dorsal da relação emissor-receptor” (TORRICO, 2019, p. 101). Essa forma do pensamento ocidental entender a comunicação “persiste em sua posição privilegiada, tanto na ação quanto na teoria” (TORRICO, 2019, p. 100), além dela ser disseminada amplamente nas bibliografias estadunidenses e europeias da área, ela é reproduzida nas relações coloniais, exercidas hoje pela colonialidade. Torrico (2019, p. 102) afirma que “a colonialidade procurou e ainda procura fazer com que o controle da sociedade tenha como um de seus pilares a figura do in-comunicado”. Ou seja, não era de interesse dos colonizadores estreitar a comunicação com os/as colonizados/as, pelo contrário, é pelo estabelecimento de uma in-comunicação e desumanização que se fundou as desigualdades posteriores (TORRICO, 2019). Com isso,

Não é de surpreender, portanto, que essa estrutura vertical seja reproduzida de maneira sutil no conceito moderno de comunicação, que privilegia o emissor “que sabe” sobre a “massa anônima” que precisa de orientação. Mesmo na ficção democratizante das redes sociais digitais, existe um grupo “superior” que projeta, vende e gerencia tecnologias do ciberespaço, e outro de usuários, certamente amplo, que, ao fim, é apenas uma figura nas estatísticas de rentabilidade do primeiro (TORRICO, 2019, p. 102)

É dentro desta concepção que reside o jornalismo hegemônico. Reconhecemos, aqui, como hegemônica a noção de jornalismo canônica construída pelo Ocidente, que é caracterizada pelos modos de fazer e saber jornalístico assentados nas noções de objetividade, neutralidade e universalidade (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019). Silva (2015) denuncia como estes valores que permeiam o Jornalismo estão circunscritos por uma epistemologia positivista. Ou seja, são valores que se estruturaram na sociedade e nas ciências antes mesmo da teorização do jornalismo.

Vale lembrar que Silvino (2007) destaca, entre as características do positivismo, a exaltação da ciência natural como meio de conceber o conhecimento e a apropriação de aspectos iluministas, como “a tendência de considerar os fatos empíricos como a única base do verdadeiro conhecimento, a fé na racionalidade científica como solução dos problemas da humanidade” (SILVINO, 2007, p. 280). A objetividade, neutralidade e universalidade são comuns, também, ao cientificismo, que busca a ‘verdade’ através de fórmulas facilitadoras e reducionistas. Silva (2015) situa o método cartesiano como um marco do cientificismo. Ele permeia, até hoje, o imaginário do conhecimento concebido como verdadeiro ao idealizar

uma concepção de ciência que é não-contaminável pelo pesquisador.

Essa proximidade com o cientificismo/positivismo se torna visível no jornalismo que se diz objetivo e nas práticas jornalísticas preocupadas em somente ‘relatar os fatos’ (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019). É vista, também, em produções jornalísticas que procuram, mais ordenar o mundo do que problematizá-lo (RESENDE, 2009 apud SILVA, 2015). São marcas da modernidade que transparecem quando:

[...]os jornalistas parecem agir como pesquisadores partícipes destas visões científicas que, na “busca pela ‘objetividade’ [...], tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista e pelo desenvolvimento de instrumentos padronizados em que a estatística procura garantir fatores como validade e confiabilidade (SILVINO, 2007, p. 286 apud SILVA, 2015, p. 42).

Silva (2015) vai além e percebe que a consonância do jornalismo com esses valores, fundados também em uma racionalidade, pauta a busca por “se credenciar como conhecimento credível junto à sociedade” (2015, p. 45). A problemática, no entanto, dessa inspiração positivista/racional/cientificista/moderna para o Jornalismo é que a objetividade como instrumento para alcançar a verdade é insustentável, “tanto no conhecimento produzido na ciência quanto no jornalismo” (SILVA, 2015, p. 45). É importante aqui ressaltarmos que a crítica à objetividade não é recente e nem exclusiva do pensamento decolonial. Ela é consenso entre diversas e diferentes correntes e teóricos/as que se dedicam aos estudos sobre/de Jornalismo. Ainda assim, apesar da aparente superação na teoria, ela ainda é vista e defendida em certas práticas jornalísticas (MORAES, 2019).

Alsina reconhece as inspirações do jornalismo na racionalidade moderna e afirma que a defesa da objetividade por parte dos estudiosos da comunicação se dá porque “a objetividade foi sendo construída como se fosse a matriz do nosso pensamento moderno” (ALSINA, 2009, p. 259). Para o pesquisador espanhol, esse mesmo sistema de pensamento provocou as tão criticáveis descontextualizações que cada vez mais participam das narrativas sobre os acontecimentos apreendidos pelo jornalismo e nas formas de perceber a realidade (SILVA, 2015, p. 45-46)

Além de Alsina, Genro Filho tece críticas sobre as noções de imparcialidade e objetividade no jornalismo (SILVA, 2015). Silva (2015, p. 47) destaca que o teórico marxista “não só rechaçou a deontologia da profissão - a simbiose entre a objetividade e a imparcialidade [...] - como igualmente reconheceu a subjetividade dos jornalistas nos processos de interpretação dos acontecimentos”. Essa subjetividade, como a autora explora neste e em outros trabalhos colaborativos (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019; 2021), se encontra na ideia de que o (a) jornalista não precisa abandonar totalmente a objetividade, mas sim, interpretar os fatos.

A noção de objetividade jornalística também é estudada por Perseu Abramo (2016) ao investigar os padrões de manipulação da mídia tradicional. Os escritos do autor datam dos anos finais de 1980, logo, não consideram a influência da internet e a descentralização da produção e consumo de notícias. Apesar disso, são reflexões pertinentes, pois, os artifícios de manipulação descritos ainda são utilizados e não se resumem aos meios de comunicação tradicionais, como destaca Patrícia Cornils na apresentação à segunda edição do livro: “A rapidez, a fragmentação, a falta de contexto, a colocação em primeiro plano de informações secundárias são truques de prestidigitação de uso constante” (ABRAMO, 2016, p. 10).

Dito isto, Abramo (2016) destaca a manipulação da informação como uma das principais características do jornalismo e distingue quatro padrões da manipulação passíveis de serem observados na produção jornalística.

O *padrão de ocultação* refere-se ao momento de decisões do que será, ou não, um fato jornalístico. Isto se torna uma manipulação na opinião do autor, afinal, “o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos” (ABRAMO, 2016, p. 40), cabe ao jornalista ou a organização essa decisão que é estabelecida com base nas linhas editoriais, visões de mundo ou intenções. Após eliminados os fatos ‘não-jornalísticos’, o *padrão de fragmentação* (como o nome diz) desconecta e descontextualiza os fatos considerados jornalísticos. Este, presente na elaboração e edição do texto, imagens e sons, seleciona determinados aspectos e retira seus vínculos com particularidades específicas, correndo o risco do significado original se perder (ABRAMO, 2016). Já o *padrão da inversão* “opera no reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância, [...] a substituição de umas por outras” (ABRAMO, 2016, p. 43). Utilizado de diferentes formas, ele pode ocorrer na redação ou na edição da matéria, seja na ordem das informações apresentadas ou no enfoque dado a tal fato. Por último, Abramo (2016) denomina de *padrão da indução* a possibilidade do jornalismo induzir o (a) leitor, telespectador, ouvinte a “ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2016, p. 49). Ele também se manifesta naquilo que não é dito - na diagramação, nas imagens ou na ausência de determinados temas, personagens e grupos (ABRAMO, 2016).

Esses padrões da manipulação, não necessariamente, estarão presentes em toda produção jornalística. Podem ser utilizados, em maior ou menor grau, em todas as etapas do processo de construção noticiosa (ABRAMO, 2016). O que eles revelam, no entanto, é que a objetividade - como é descrita pelos moldes ocidentais - não é garantida somente com o uso de técnicas jornalísticas. Por mais que o (a) jornalista se diga objetivo, a utilização desses padrões o levam a “substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião” (ABRAMO, 2016, p. 46). Consegue, ainda, mascarar a opinião e o juízo de valor como informação.

Isso não quer dizer que o (a) jornalista deve abandonar todas as prerrogativas da objetividade jornalística, mas compreender que não há como apreender a captar o real como um sujeito observador incontaminável. Abramo (2016) vê a objetividade como possível, mas entende que ela não é absoluta. “Há sempre elementos de subjetividade na objetividade e de objetividade na subjetividade. Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo” (ABRAMO, 2016, p. 55). O que o autor critica é a ‘falsa objetividade’ que permeia os manuais de redação. Esta, além de reduzir a realidade em aspectos quantificáveis e dimensionáveis, se mascara de oficialismo (ABRAMO, 2016). Dentro dos padrões de manipulação, o oficialismo se manifesta na escolha das fontes. Na medida em que as fontes oficiais (eleitas assim pelo próprio órgão de imprensa) são sempre a ‘melhor fonte’ e as mais utilizadas, o jornalismo limita a pluralidade de informações ou pessoas. Este oficialismo, para Abramo (2016), se transforma em autoritarismo.

Medina (2011) também evidencia como o crédito dado unicamente às fontes oficiais limita as possibilidades de um diálogo democrático. Seja por comodismo ou por um dirigismo autoritário, o jornalismo reduz a pluralidade ao se basear constantemente em um pequeno acervo de fontes de informação oficiais e/ou poderosas para darem seu testemunho (MEDINA, 2011). Isso não significa que o/a jornalista não deva recorrer às fontes especializadas para garantir, por exemplo, o respaldo científico. É, na verdade, “uma atitude sábia, a de quem se reconhece como frágil decifrador do Real e precisa se cercar de toda a segurança possível que, certamente, não reside no seu saber” (MEDINA, 2011, p. 30). A problemática está na escolha imediatista das fontes que não leva em conta os interesses da comunidade, mas elege as “figuras proeminentes de cada setor, cuja palavra se mede pelo poder que representam” (MEDINA, 2011, p. 23) e opta pelo ‘povo’ somente quando se quer dar um tom popular à notícia (MEDINA, 2011).

Retomando à discussão da objetividade jornalística, Abramo (2016) distingue esse conceito de outros que são comumente associados, como imparcialidade, neutralidade e isenção. Enquanto a objetividade é uma categoria gnosiológica, situada no campo do conhecimento, as demais se encontram no campo da ação, apesar de serem disseminadas como sinônimos. Esse conjunto de conceitos - neutralidade, imparcialidade e isenção - têm um caráter moral, “dizem respeito do fazer, do agir, do ser” (ABRAMO, 2016, p. 53). Ainda assim, quando falamos de jornalismo, esses valores devem ser vistos com criticidade, como bem pontua:

Vejamos: é desejável, para um jornalista, para um órgão de comunicação, uma postura de neutralidade, imparcialidade ou isenção, no lugar de seu contrário, isto é,

a tomada de posição? Na medida em que o jornalismo tem de tratar do mundo real, “natural” ou “histórico”, e que esse mundo real é repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismos e de lutas, o que significa realmente ser neutro, imparcial ou isento? “Neutro” a favor de quem, num conflito de classes? “Imparcial” contra quem, diante de uma greve, da votação de uma Constituição? “Isento” para que lado, num desastre atômico ou num escândalo administrativo? (ABRAMO, 2016, p. 54)

Abramo (2016, p. 54) defende que o jornalismo “deve ser não-neutro, não-imparcial e não-isento diante dos fatos da realidade”. Para Veiga da Silva e Moraes (2019), quando o jornalismo toma a objetividade como um padrão de excelência, acaba por operar a favor da manutenção de ideologias dominantes, como o machismo e o racismo. Isso se torna visível quando, disfarçado de uma suposta neutralidade, o jornalismo reproduz estereótipos e desumaniza parcelas significativas da população que não se enquadram no sujeito universal (masculino, branco, heterossexual, ocidental) (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019). Um dos exemplos trazido pelas autoras é a (falta de) cobertura jornalística sobre o conflito entre hutus e tutsis, em 1994 - que resultou em um dos maiores massacres da história, em Ruanda, denunciada pelo artista chileno Alfredo Jaar.

Durante 17 semanas, Jaar catalogou as capas da revista semanal norte-americana Newsweek: traziam celebridades, reportagens sobre drogas, tecnologia, mercado financeiro. Enquanto vai exibindo estas capas em série, Jaar mostra, em um pequeno texto sob as mesmas, os números crescentes de pessoas mortas em um dos mais violentos episódios da história recente da humanidade. Onde estava a objetividade jornalística enquanto aquelas milhares de pessoas jaziam nas ruas? Porque aqueles corpos não escandalizaram, desde o começo do massacre, a opinião pública? Porque eram negros? Porque eram “anônimos”? Porque era África? **A hierarquia de lugares e pessoas, critério noticioso objetivo, venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre – e onde morre – são questões mais valorizadas pelo jornalismo e sua objetividade excludente** (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 9, grifo nosso)

Para Veiga da Silva e Moraes (2021; 2019), o jornalismo ocidental é partícipe da visão de mundo eurocentrada, seja no exotismo⁴² atribuído ao continente africano ou em coberturas jornalísticas sobre o próprio território brasileiro, visto que, no país, “as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe” (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019, p. 12). Ao se assentar na objetividade e em outros valores positivistas - como a neutralidade e a imparcialidade - esse jornalismo restringe as formas como a realidade é percebida e

⁴² Outros exemplos, além do trabalho de Jaar, são trazidos pelas autoras. A cobertura jornalística ocidental sobre países africanos exemplifica as formas como o jornalismo, mesmo quando se diz objetivo, produz e reproduz estereótipos racistas sobre o continente. Outro estudo de Jaar revela que um semanário norte-americano, em 2500 publicações, trouxe apenas cinco matérias de capa sobre a África. Das cinco, todas as capas foram ilustradas por animais (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019). Há, também, uma “homogeneização no tratamento dado ao continente” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2021, p. 106), em que se predomina somente duas imagens: a de exótico e a tragédia da fome e da miséria.

continua reproduzindo desigualdades (VEIGA DA SILVA, 2015). Reconhecemos, assim como denominam Veiga da Silva e Moraes (2019), que este é um jornalismo colonizado(r).

Essa colonização do jornalismo não é vista somente na busca pela objetividade, como também nos valores-notícia que incidem na produção jornalística. A escolha dos fatos que se tornarão notícia depende de diversas variáveis, a depender do órgão de informação e do próprio ponto de vista dos profissionais do jornalismo. Entre as características que tornam um fato mais ou menos noticiável, Moraes (2019) destaca os que mais aparecem nas bibliografias do jornalismo: a hierarquia e os lugares das pessoas que são potenciais personagens; a questão geográfica - “tanto relativa à proximidade do acontecimento de seus potenciais leitores quanto a um destaque dos países mais ricos sobre os mais pobres” (MORAES, 2019, p. 211); e a magnitude e número de pessoas envolvidas em determinado acontecimento. Em contraste com esses critérios, a autora relembra, mais uma vez, o massacre em Ruanda. Um exemplo de como os valores-notícia - em teoria objetivos - não são universalmente válidos. Assim, Moraes (2019, p. 212), questiona: “o que aconteceu com a imprensa norte-americana (que nos serviu historicamente de modelo) quando só resolveu noticiar robustamente o massacre de povos africanos [...] após mais de 100 dias de conflito e quase um milhão de mortos?”.

Em sua dissertação, Silva (2010) mostra, através de um estudo de caso, como os valores-notícia de uma redação estavam permeados por valores pessoais dos jornalistas. No pequeno universo observado pela pesquisadora, as preferências e gostos pessoais dos jornalistas influenciavam diretamente nas pautas que seriam veiculadas pelo telejornal analisado.

Com o tempo, percebi que os gostos pessoais, visões de mundo e valores mais próximos das identidades sociais dos jornalistas eram fatores que apareciam nas disputas, argumentações, e até mesmo serviam de filtro nessas escolhas. Esses gostos, decorrentes da subjetividade dos interlocutores, eram também elementos que pesavam na seleção das pautas. E muitas vezes essas visões de mundo apareciam como parte dos valores-notícia (SILVA, 2010, p. 134)

Ou seja, os valores-notícia basilares do jornalismo - como a atualidade, relevância pública, novidade e proximidade - coincidem e disputam com critérios subjetivos, como o juízo de valor do jornalista e sua posição social. Isso é observado por Veiga da Silva (2010) não somente nas pautas que eram produzidas, como também na escolha de qual jornalista seria responsável por determinado tema. Os atributos de gênero dos jornalistas também eram constitutivos do prestígio que determinado profissional receberia, pois, “as atitudes e os atributos mais valorizados encontravam-se em consonância com os valores

convencionalmente associados ao masculino e deste modo mais próximos do poder e do prestígio” (SILVA, 2010, p. 133). Esse prestígio não era determinado pelo sexo biológico, mas pelos atributos convencionalmente associados ao masculino. No jornalismo, estes se encontram nas pautas consideradas “fortes” (hard news), investigativas, policiais, de “risco” (SILVA, 2010). Logo, “jornalistas mulheres, ou mesmo jornalistas homens que não possuísem características reconhecidamente associadas aos atributos masculinos [...] não eram pensados como alternativa para executar tais matérias” (SILVA, 2010, p. 158).

Entendo que as visões de mundo dos profissionais eram permeadas por concepções de classe, de raça, de religião, de sexualidade, de geração e, principalmente, de gênero. Essas visões de mundo em muito se assemelhavam àquelas predominantes em nossa sociedade, naquilo que reconhecemos (ainda que inconscientemente) como seu padrão normativo, e nem sempre representam o todo, havendo uma infinidade de valores e visões diferentes que muitas vezes podem ser não reconhecidos ou não bem valorizados. Nesse sentido, o que e quem produz as notícias muitas vezes pode estar mais relacionado com a cultura e com a reprodução dos lugares de poder do que se pode perceber (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 164).

Assim, a pesquisa etnográfica da autora chama a atenção para a constatação de que o jornalismo, assim como a ciência, tem um gênero: e este é masculino (SILVA, 2010). É um conhecimento constituído por uma ótica masculinista, que é também branca, eurocêntrica e classista. Por isso, destacamos neste tópico como evocar a objetividade jornalística ou valores-notícia tradicionais da profissão não são garantias de um jornalismo imparcial ou neutro. Da mesma forma que, mesmo se fosse possível uma prática jornalística absolutamente neutra, esta não necessariamente seria um parâmetro de um jornalismo de excelência, como demonstrou Abramo (2016). Como enfatiza Silva (2010),

as notícias não são e nem poderiam ser objetivas, uma vez que os profissionais são humanos e como tal atribuem sentido ao que vêem, ao que escutam; reagem, se revoltam, ficam felizes, etc., possuem uma subjetividade que não fica “pendurada” em algum lugar em casa quando saem para trabalhar, mas os acompanha em todos os percursos da vida pessoal e também profissional. Paulatinamente fui entendendo que as notícias, assim como os repórteres, eram percebidas a partir de determinados atributos que correspondiam aos valores e marcadores sociais, tais como classe, raça, sexualidade, religião e, principalmente, gênero. E mais do que isso, estavam presentes em todos os processos seletivos e de hierarquização das notícias (SILVA, 2010, p. 146)

No tópico seguinte, apresentamos alguns elementos do que acreditamos que constitui uma prática jornalística que tenta romper com a herança hegemônica/ocidental na qual foi amplamente teorizado e profissionalizado. Cabe ressaltar que não apresentamos os elementos de decolonialidade do jornalismo como uma oposição ao jornalismo massivo, e sim, como características que podem ser englobadas por toda e qualquer prática jornalística, em qualquer

suporte, mesmo que assim não sejam feitas na maioria das grandes redações. Não se tratam de práticas jornalísticas impossíveis de serem incorporadas por rotinas produtivas, mas que exigem uma ruptura com os modos de pensar das ideologias dominantes, visto que, o jornalismo reproduz os valores e culturas da sociedade em que está inserido: uma sociedade colonizada e com traços da colonização em suas estruturas e instituições. Há, também, embates conduzidos e protagonizados por movimentos sociais, étnicos, raciais, de gênero, entre outros, que se organizam, política e teoricamente, como forma de resistência a essa dominação. Aqui, olhamos para as práticas jornalísticas que são produzidas por parte desses grupos.

3.2.2. Potenciais decoloniais no Jornalismo

Se o Jornalismo guarda estreitas relações com as noções positivistas dominantes no campo científico (SILVA, 2015), como, então, romper com a tradição euro-estadunidense nas formas de saber e fazer jornalístico? Esse questionamento guia a nossa busca por compreender as possibilidades de uma prática jornalística decolonial. Segundo Torrico (2019), o pensamento decolonial promove:

[...]uma mudança substancial na perspectiva estratégica: não se trata de ver o que pode ser feito pelo popular ou pelo dependente a partir dos interstícios do sistema, mas de desestruturar a lógica do mecanismo opressivo e sua justificativa teórica, com o uso de um posicionamento histórico e epistemológico cujo núcleo é a subalternidade (TORRICO, 2019, p. 100)

Este outro ponto de vista nos leva a entender a Comunicação para além do entendimento proposto pela bibliografia estadunidense e europeia, que a concebe como um instrumento de poder, unilateral e verticalizado (TORRICO, 2019). Na perspectiva decolonizadora, ela é “um processo constitutivo do humano e do social, preexiste aos meios que a transmitem ou amplificam e supõe a construção de um com-saber (um “conhecimento com o outro”) em uma relação recíproca de natureza dialógica e convivial” (TORRICO, 2019, p. 101). Impulsionar uma ruptura com a Comunicação Ocidental - e sua incomunicação subjacente - reside na ideia de uma Comunicação ex-cêntrica, como denomina Torrico (2019).

Na linguagem coloquial, a excentricidade remete a um comportamento estranho, extravagante e até ridículo, criticável e, portanto, indesejável. O significado atribuído aqui ao conceito – não apenas ao termo – refere-se, antes, a um afastamento consciente e deliberado do que está “centralizado” e, conseqüentemente, dá impulso a uma opção diferente. O ex-cêntrico, com hífen,

significa “o que está fora do centro” (TORRICO, 2019, p. 103)

A excentricidade é apresentada pelo autor como uma saída à lógica “centrada” da Comunicação na perspectiva moderna. Baseada na decolonialidade, a comunicação ex-cêntrica busca reumanizar a figura do in-comunicado, ou seja, das populações colonizadas e subalternizadas que foram colocadas em um patamar de inferioridade pela violência colonial (TORRICO, 2019). Essa reumanização de que Torrico (2019) fala, carrega similaridades com o exercício de alteridade mencionado por Veiga da Silva (2010), que se refere, em síntese, a capacidade de “calçar o sapato do outro” (SILVA, 2010, p. 163), seja na prática jornalística ou nas relações interpessoais.

É a partir da alteridade que podemos nos deslocar para tentar compreender outras realidades, para reconhecer as vivências do Outro (SILVA, 2010). Para isso, “é necessário que deixemos as nossas de lado, com a consciência de que esta compreensão será sempre precária, limitada e incompleta” (BONETTI, 2003, p. 7 apud SILVA, 2010, p. 69). Isso vale não só para o jornalismo, como para a produção de conhecimento nas ciências sociais em geral. Veiga da Silva (2010) traz essa reflexão para amparar a pesquisa etnográfica e também se depara com a ausência da alteridade nas ações humanas dentro da redação investigada. Essa ausência, na prática jornalística, compactua com processo histórico colonizador de transformar as diferenças em desigualdades (SILVA, 2010).

Pensando jornalística e socialmente, um repórter capaz de fazer um exercício de alteridade, que se perceba diferente de uma pessoa ou grupo, mas que consiga transpor essa diferença para conhecer esse novo, poderia experimentar novas narrativas, quem sabe mais inovadoras, menos previsíveis, recheadas de conhecimentos novos, e com possibilidades de contribuir com informações capazes de alterar a cultura que transforma a diferença em desigualdade (SILVA, 2010, p. 195)

A pouca abertura para conhecer o estranho e a falta de reflexão sobre os lugares sociais que ocupam são elementos percebidos por Silva (2010) que revelam o etnocentrismo de profissionais do jornalismo. Apesar de ser uma observação de uma única redação, acompanhada por um período delimitado, estas não são características difíceis de serem encontradas na profissão. Basta olharmos o considerável número de pesquisas da área que denunciam o racismo e/ou machismo na imprensa. Com isso, acreditamos que o jornalismo decolonial, que aqui tentamos elucidar, parte desse exercício da alteridade, mas também depende de outras rupturas com os modos de fazer e saber do Jornalismo.

Os estudos de Cremilda Medina (2011; 2014; 2020) tornam-se preponderantes para este nosso entendimento, visto que, a intelectual defende uma prática jornalística

transformadora que começa no ensino do jornalismo e vai até o mercado profissional. Para Medina (2020), o processo de aprendizagem do jornalismo depende de uma “interação social criadora” entre educando-educador, em que ambos se transformam em uma prática pedagógica de afetos. “Quando ocorre a interação os educandos são afetivamente marcados pelo resultado palpável das dinâmicas e objetivos construídos em grupo” (MEDINA et al, 2020, p. 585). Essa dinâmica não é exclusiva do processo de ensino, como também está presente na relação comunicador-comunidade (MEDINA et al, 2020). O jornalista, para Medina, é autor da “assinatura coletiva”, ou seja, através das reportagens - denominadas de narrativas da contemporaneidade pela autora - o/a repórter é capaz de criar “um ou vários narradores que desempenham a pluralidade de protagonistas da circunstância humana” (MEDINA et al, 2020, p. 586).

É no diálogo com o Outro que o (a) repórter poderá orquestrar a voz coletiva (MEDINA, 2014). Por isso, Medina (2014) se afasta das concepções da objetividade jornalística ao enfatizar a questão do afeto na produção noticiosa. Então, “como chegar ao Outro – aquele com quem o autor dialogou – e Outros que vão ler sua narrativa, sem a rede sensível e complexa da cumplicidade?” (MEDINA, 2014, p. 17). Parte da resposta deste questionamento se encontra em uma prática jornalística dialógica, que não é garantida por meio das técnicas ou por malabarismos literários, e sim no exercício de contato e observação do mundo vivo (MEDINA, 2014).

Na cena dramática que a narrativa da contemporaneidade – ou se quiserem, a Reportagem – edita, os conflitos do caos real sustentam o cosmo simbólico e a assinatura coletiva que atravessa um Autor se torna polifônica e polissêmica, descentralizada, democrática. O rigor das referências (dados objetivos, informações colhidas, interpretações especializadas) forma um fundo conceitual, um cenário de ideias que não pode esmagar a saga dos heróis, anti-heróis do protagonismo social em processo. Afinal, está aí a Arte que aponta para a realização das sínteses densas e tensas da aventura humana, com todos os tropeços da dúvida intelectual e da incompletude prática do cotidiano. Diante desse brilho narrativo, a triste e vil pirâmide invertida do jornalismo fica envergonhada (MEDINA, 2014, p. 18)

Medina (2011) propõe o Diálogo Social como elemento central para uma prática jornalística verdadeiramente polifônica (múltiplas vozes) e polissêmica (múltiplos significados). Na entrevista, por exemplo, o diálogo só será atingido a partir do desprendimento do/da jornalista de suas ideias pré-estabelecidas e humanizar o contato com o/a entrevistado/a, de forma que os dois sejam alterados pelo encontro (MEDINA, 2011). A

entrevista⁴³, no entanto, não é o único processo da produção jornalística que garante a dialogia. Medina procura se afastar da concepção das etapas da notícia - pauta, entrevista, redação e edição - como estanques e independentes umas das outras. Para ela, “os fios condutores estão muito mais subjacentes do que explícitos, como pretendem os manuais e normas de redação” (MEDINA, 2011, p. 20).

Esse conjunto de procedimentos que constroem a notícia resguarda relações com a Arte, pois não trata-se de atingir uma verdade absoluta (como as técnicas científicas defendem) (MEDINA, 2011), mas exige organizar, editar e narrar o caos conflitivo do mundo vivo a partir da interação social com o outro (MEDINA, 2014). Quando permeado por uma sensibilidade intuitiva, o/a jornalista, assim como o/a artista, se contamina “pela aventura de seu personagem, e constrói ferramentas para transformá-la numa representação simbólica, o texto” (MEDINA, 2011, p. 39). Nesse contato com outro sujeito,

O desafiador dessa aventura é a inquietude, mantida viva, de ir-ao-encontro-do-outro, não tomando o outro como ISTO, objeto em que imprimirei, a ferro e fogo, o meu EU. Como diz Martin Buber, o TU está pleno de mistérios a serem sondados. À medida que EU busco a TI, me projeto por inteiro, me perco e me acho, me revelo no ENTRE o EU e o TU. O processo é de aprendizado, educativo: eu, entrevistador, lanço esses desafios para que o outro se revele no plano mais imediato de minha pauta (matéria jornalística, presentificada) mas matizado, pelo estímulo à abertura, por claro-escuros de sua subjetividade, que não estariam na pauta, mas a enriquecem (MEDINA, 2011, p. 40)

Nesse sentido, Medina (2014, 2011) chama atenção para o cuidado do/a jornalista não se valer do Outro de forma que o transforme em Objeto. A arte de tecer o presente reside na capacidade do sujeito-repórter trazer “para a sua voz a voz dos outros” (MEDINA, 2014, p. 13). Medina, diferente de Torrico, não defende explicitamente uma postura decolonial, mas é possível perceber similaridades com a decolonialidade em seus escritos. Seu entendimento do jornalismo se afasta das visões apocalípticas que o reduzem às atividades econômicas, entendendo-o, também, como um produto cultural dinâmico (WINCH, 2018). Além disso, a autora é crítica à herança positivista do jornalismo, expressa nas persistentes marcas do cientificismo na profissão: o culto à objetividade, a busca pela verdade e, também, na estrutura de lead e na lógica da pirâmide invertida (WINCH, 2018).

As técnicas jornalísticas, ancoradas no paradigma positivo-funcionalista, acabam, não raras vezes, por estimulando e reforçando a criação de relatos reducionistas que

⁴³ Em outro momento, Medina (2014, p. 11) destaca que, apesar de não rejeitar o rótulo de dialogia para a técnica da entrevista, não a considera “como o principal suporte do signo da relação ou do ato comunicativo”. O acréscimo da palavra “Entrevista” no título da publicação foi uma sugestão da editora responsável pelo livro.

tendem a simplificações e preconceitos acerca de pessoas, grupos, situações e temas. Isso pode ser verificado, conforme exemplifica Medina (2006), nas narrativas recorrentes do jornalismo em que imperam as noções de certo e errado, de causa e efeito e de sujeito e objeto. (WINCH, 2018, p. 99-100)

Feita essas considerações, enxergamos a perspectiva de Medina (2011; 2014; 2020) como importante para conceituar práticas jornalísticas que sejam verdadeiramente plurais e dialógicas, que não desconsiderem o afeto e a emoção, com “visão complexa, sensibilidade intuitiva e comportamento solidário perante a circunstância humana” (MEDINA, 2014, p. 12). Acrescentamos à visão da pesquisadora, a ideia do jornalismo de subjetividade desenvolvida por Moraes (2019) e trabalhada em outros momentos, como em Veiga da Silva e Moraes (2019; 2021).

O jornalismo de subjetividade, descrito por Moraes (2019, p. 207), não é antagônico à objetividade jornalística. Ele é apresentado “como uma forma de demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso” e nas ciências ocidentais. Moraes (2019) defende que a subjetividade não deve ser entendida como algo restrito da vida privada, afinal, ela é parte do mundo em que vivemos. O subjetivo, no jornalismo, “é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado “bom jornalismo”” (MORAES, 2019, p. 209).

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: **na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais**; na obrigatoriedade de **levar em conta a estrutura social circundante** (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para **entender como essas questões se traduzem nas pessoas**, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (MORAES, 2019, p. 209, grifos nosso)

O trecho descrito acima demonstra como o jornalismo de subjetividade procura, assim como a perspectiva interseccional, dar ênfase às especificidades e particularidades de grupos sociais, bem como entender suas realidades e desafios impressos no jornalismo. Carrega, também, similitudes com o pensamento decolonial ao evitar o olhar exotificante e eurocêntrico, como destaca Moraes (2019, p. 210), “no jornalismo, aprende-se que o que deve ser levado ao conhecimento do público é o espetacular, o extraordinário”. Em movimento contrário a essa tendência, a prática subjetiva se interessa também pelo banal, o que foge da espetacularização ou do enquadramento do outro como “diferente” (MORAES, 2019). Um exemplo é o enquadramento dado à pobreza no jornalismo. Apesar de ser um assunto

rotineiro nas matérias jornalísticas, ela geralmente é espetacularizada (MORAES, 2019). O jornalismo de subjetividade se torna útil ao não abordá-los/las pelo viés de “exóticos, engraçados, vítimas ou violentos” (MORAES, 2019, p. 212), bem como ao não colocar o/a repórter no papel de heróis ou salvadores (MORAES, 2019).

Outro ponto a ser destacado é que convencionalmente a subjetividade no jornalismo é vista como ativismo. E este foi rechaçado pela profissão sob o pretexto de que um jornalismo “engajado” estaria contaminado e não seria um “bom jornalismo” (MORAES, 2019). Porém, nada garante que o jornalismo massivo será isento (como pontuamos anteriormente). “A escolha dos temas, das fontes e dos locais de observação, além do vital recorte das pautas, já demonstram uma tomada de posição” (MORAES, 2019, p. 215-216). Concordamos com Moraes (2019) quando ela aponta que

Uma prática ativista não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo que o jornalismo tem de mais poderoso: iluminar o que está sob as sombras (MORAES, 2019, p. 216)

Assim, a subjetividade é “um caminho para desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 13) ao resgatar justamente o que foi excluído da prática jornalística e dos cânones da profissão: a emoção. Nessa perspectiva, a emoção é um ganho, pois, preza também pelo não apagamento do/a jornalista, que não ocupará o protagonismo ou se tornará herói/heroína da notícia, mas desconstruirá o olhar de autoridade perante o Outro (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019).

Uma postura ativista do jornalismo é comumente associada às iniciativas de jornalismo alternativo e/ou independente. Em grande parte das bibliografias, o jornalismo alternativo se apresenta como oposto/antagônico ao tradicional. Tomamos cuidado, aqui, para que essa concepção relacional não coloque essas iniciativas como “menos jornalísticas” que as que convencionamos a chamar de tradicionais ou massivas, afinal, “o jornalismo está para além das estruturas e lógicas do grande conglomerado de mídia” (NONATO, FILHO, FIGARO, 2018, p. 103). A pesquisa de Nonato, Filho e Figaro (2018, p. 102) sobre *arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia* mostra que, apesar dessas iniciativas se organizarem em novas formas de trabalho, elas produzem “informação relevante para a compreensão do momento presente, [...] para a mobilização social, cidadã”, características que consideramos pertinentes para a qualidade jornalística. Estes arranjos também são marcados pela proposição de pautas que não são contempladas ou apresentadas de forma satisfatória pelo jornalismo hegemônico (ROVIDA, 2018).

Fazem parte dos arranjos econômicos alternativos as iniciativas de jornalismo que privilegiamos nesta pesquisa: Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real. O primeiro compõe a Rede de Jornalistas das Periferias que, na visão de seus/suas participantes, surgiu como forma de fortalecer internamente as iniciativas de jornalismo periférico na grande São Paulo (ROVIDA, 2018). Um diferencial dessa prática que transparece na fala dos/as jornalistas entrevistados/as por Rovida (2018) é a ênfase dada ao CEP, ou seja, ao território que o/a jornalista se insere e pertence. Esses/as comunicadores/as compartilham do sentimento de “silenciamento sistemáticos dos grupos identitários vinculados às periferias da grande metrópole” (ROVIDA, 2018, p. 54)

Se o diagnóstico da ausência de vozes e perspectivas diversas das periferias na produção jornalística hegemônica é a motivação desses jornalistas periféricos, a saída encontrada para apresentar uma outra forma de narrar as periferias é o que os reúne nesses projetos coletivos (ROVIDA, 2018, p. 54)

Rovida (2018) destaca as iniciativas jornalísticas periféricas como uma maneira de dar ouvidos à periferia. Compreensão retirada de uma fala proferida pelo jornalista Kaique Dalapola, ao enfatizar que a periferia já tem uma voz, o que falta é essa voz ser escutada. Essa ideia vai ao encontro da concepção de Medina (2011) do jornalista como mediador do diálogo social. Se não der, primeiramente, ouvidos às diversas vozes ausentes na cobertura jornalística massiva, “o jornalista não pode nunca tocar a “utopia” da interação social criadora” (ROVIDA, 2018, p. 59). Importante destacar que essas concepções, apesar de se referirem ao jornalismo da periferia, também se aplicam ao Amazônia Real, pois trabalha com um território distinto e que também, pode-se dizer, é periférico nas pautas vinculadas à mídia hegemônica. A iniciativa amazonense, por sua vez, busca tornar visível as populações indígenas, ribeirinhas e outras camadas populares da região Norte do país.

Assim, procuramos aqui esboçar algumas características que compactuam com o que acreditamos ser um jornalismo decolonial, ou seja, que busca romper com a colonialidade presente na produção jornalística hegemônica/ocidental. Percebemos o exercício da alteridade, da dialogia e da subjetividade como ferramentas combativas à reprodução e manutenção do racismo, machismo e classismo presentes no jornalismo. Buscamos, por fim, na análise da pesquisa, investigar como essas ferramentas são incorporadas nas práticas do Nós, mulheres da periferia e da Amazônia Real.

3.3. TERRITÓRIOS IDENTITÁRIOS E GEOGRÁFICOS NO JORNALISMO

Olhamos, nesta pesquisa, para duas regiões distintas do Brasil - especificamente para a produção jornalística de duas redações que se encontram nesses territórios - que, cada qual com suas particularidades, são negligenciadas pela cobertura jornalística da grande mídia localizada principalmente nos grandes centros. Trata-se de Manaus, capital do Estado do Amazonas, que concentra o maior número de populações indígenas do Brasil e fica na região Norte; e os bairros periféricos da capital paulista, São Paulo, na região Sudeste. A aproximação geográfica deste segundo dos grandes conglomerados de mídia - mais da metade⁴⁴ do número total de jornais brasileiros estão localizados nessa região (AGUIAR, 2016) - não garante que essas populações sejam assistidas da melhor forma pelo jornalismo.

Falamos em território pois este se refere, primeiramente, a uma das nossas categorias de análise. A territorialidade está presente na organização das sociedades, bem como em suas transformações, ao desempenhar papéis distintos a depender do contexto sócio-histórico (SACK, 2013). Sack (2013, p. 76) a define como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. São territórios as áreas em que suas delimitações são utilizadas como estratégia para controlar o acesso ou o comportamento das pessoas, como por exemplo, as partições territoriais do mundo ocidental. Ela se refere, de forma geral, às formas como a sociedade se relaciona com o espaço (SACK, 2013).

Acreditamos que não é possível abordar diferenças e identidades territoriais sem que estas sejam articuladas com raça, etnia e gênero, uma vez que todos esses marcadores são estruturantes da sociedade. Em segundo, mas não menos importante, a questão de território também atravessa nossos objetos de estudo - Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real - pois ambos dão centralidade ao território geográfico a qual pertencem e às populações que ali residem. No caso da Amazônia Real, a organização jornalística se situa na região que concentra mais desertos e quase-desertos da notícia em todo o país (ATLAS DA NOTÍCIA, 2022), ou seja, o maior número de municípios sem nenhum ou com poucos veículos de

⁴⁴ Um levantamento da Associação Nacional de Jornalistas estima que, em 2013, o número total de jornais diários e não diários em circulação no Brasil era de 4786. Destes, 2688 se encontravam na região Sudeste, sendo a região com maior número de jornais do país, seguido da região Sul, com 1234. Em contrapartida, a região Norte abrigava apenas 144 jornais e a Nordeste, 264 (AGUIAR, 2016). Essa característica se repete quando olhamos para o número de veículos de comunicação (de todos os suportes) totais em cada região: são 4952 no Sudeste e 1121 no Norte do país. Os dados são de 2020 e foram levantados pelo Atlas da Notícia. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/dados/estatisticas/>. Acesso em 16 de set. 2022.

comunicação em tal localidade. O Nós, mulheres da periferia está justamente no lado oposto: na região com maior número de jornais em diferentes suportes (online, impresso, televisão, rádio). A distância deste em relação aos grandes conglomerados não é mensurada em quilômetros, mas em outros termos. Neste caso, a distância pode ser vista na diferença entre editorias, nas fontes utilizadas e nas pautas desenvolvidas.

A questão da proximidade, valor comum ao jornalismo, é resultado não somente da aproximação geográfica, como também da leitura que a própria empresa jornalística faz do seu território, quer dizer, é necessário também uma proximidade ideológica e identitária (AGUIAR, 2016). Apesar da ênfase na proximidade como uma característica vinculada ao jornalismo local e regional, ela não é exclusiva desta segmentação: o jornalismo massivo também depende de suas relações com a identidade territorial (AGUIAR, 2016).

É importante pontuarmos que a proximidade identitária nos veículos de comunicação de grande alcance é vista nos enquadramentos da cobertura noticiosa quando, por exemplo, reproduzem estereótipos racistas e excludentes das populações periféricas e indígenas. Sua proximidade não é com esses grupos, mas com a classe alta e média, branca e masculina (como vê-se no tópico 3.2.1 sobre o jornalismo colonizador). Essa imprensa mostra a colonização dos territórios quando aborda as periferias através da reprodução de identidades que as perpetuam como locais de violência e de pobreza ou quando demonstra comunidades indígenas pelo viés do exotismo ou como obstáculos nos conflitos agrários. São essas identidades massivamente vinculadas a estes territórios na cobertura jornalística da grande imprensa, apesar de, nos últimos anos, haver algumas mudanças em decorrência de pressões de movimentos sociais ou de práticas conscientes de jornalistas de dentro de grandes redações.

Com isso, percebemos que a territorialidade atravessa o jornalismo e é produzida e reproduzida por ele, independente do formato ou suporte jornalístico. Se, para a grande imprensa, o referencial identitário é o sujeito universal - masculino, branco, heterossexual - é nos *arranjos alternativos* que os Outros - mulheres, indígenas, negros/as, movimentos sociais - irão receber protagonismo. Outro ponto da questão territorial é que nossos objetos de estudo ocupam uma posição periférica dentro do próprio jornalismo. Isso vai além do entendimento de que é um jornalismo das periferias (ROVIDA, 2018), como no caso do Nós, MDP. Eles são periféricos no sentido de estarem distantes (não com ênfase na distância geográfica, mas identitária e ideologicamente) dos grandes conglomerados de mídia em: 1) seus enquadramentos, editorias e pautas que representam e dialogam com o território; e 2) suas formas de trabalho (modelos de negócio, horizontalidade nas redações e proximidade

do/as jornalistas com o lugar no qual atuam).

Essas correlações entre o jornalismo e a territorialidade nos levam a necessidade de compreender o território para além da ideia de um espaço geográfico, pois, o lugar onde se nasce e se vive diz muito sobre as oportunidades que teremos, o nosso valor para a sociedade como produtor, consumidor e cidadão (SANTOS, 2007). O histórico de construção do Brasil, com um passado de escravidão e colonização, torna essa questão ainda mais pertinente para análises que envolvem regiões brasileiras. Nosso entendimento sobre território engloba outros conceitos, emprestados principalmente da Geografia, como a questão de espaço social e lugar (SANTOS, 2007; MASSEY, 2000; 2004; 2005) e periferia (D'ANDREA, 2020).

Começamos essa reflexão com a ideia de espaço discutida por Doreen Massey (2004; 2005). Para a geógrafa, o modo como pensamos o espaço tem seus efeitos: ele não é uma superfície a ser conquistada (como é retratado nas viagens de “descoberta”), também não é estático, imutável. Refere-se, muito mais, a um encontro de histórias, trajetórias (MASSEY, 2005). Massey (2005) levanta três proposições para entender o espaço/a espacialidade:

Primeiro, reconhecemos o espaço como **o produto de inter-relações**, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...]. *Segundo*, compreendemos o espaço como **a esfera de multiplicidade**, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então **deve estar baseado na existência da pluralidade**. [...] *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando **sempre em construção** [...] **Jamais está acabado, nunca está fechado**. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora (MASSEY, 2005, p. 29, grifos nosso)

Enfocamos na segunda proposição, na qual a autora afirma a necessidade de existir multiplicidade, para existir espaço, ou seja, para termos “a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz” (MASSEY, 2004, p. 8). Essa conceitualização do espaço vai ao encontro do entendimento de que “a história do mundo não pode ser contada (e nem sua geografia elaborada) apenas através dos olhos do “Ocidente” [...], nem do ponto de vista, por exemplo, da clássica figura do macho branco heterossexual” (MASSEY, 2004, p. 10). Em grandes narrativas da Modernidade, como por exemplo as ideias de desenvolvimento e progresso, vistos como uma sequência (e consequência) histórica, inexistente a coexistência de trajetórias da qual Massey (2004; 2005) defende. Isso porque as leituras modernistas concebem diferenças espaciais como diferenças temporais⁴⁵. Isso é visível quando utilizam

⁴⁵ Ressalta-se que Massey não defende a dissociação entre tempo e espaço. Para ela, ambos andam juntos. Sua crítica se concentra na sobreposição do tempo sob o espaço ou vice-versa (MASSEY, 2004).

termos como “avançado” ou “em desenvolvimento” em referência a regiões ou países. Como se os “descobertos” fossem o passado a ser superado (MASSEY, 2004).

Essa concepção de espaço em termos temporais é um modo de conceber a diferença que é típico de muitas das grandes leituras modernistas do mundo. As histórias de progresso (da tradição à modernidade), de desenvolvimento, de modernização, a fábula marxista da evolução através dos modos de produção (feudal, capitalista, socialista, comunista), muitas das nossas histórias atuais sobre a “globalização” (MASSEY, 1999)...todas elas compartilham de uma imaginação geográfica que re-arranja as diferenças espaciais em termos de sequência temporal. A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma história: suas “diferenças” consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história (MASSEY, 2004, p. 15)

Para Massey (2004), o pleno entendimento da espacialidade envolve o reconhecimento de que há múltiplas histórias e de que estas possuem um grau de autonomia, não estão apenas seguindo um rumo inevitável. Além da crítica ao espaço como sequência temporal, Massey (2004) desprende-se da concepção moderna que o reduz somente à divisão geográfica. Essa perspectiva traz a crença de que as culturas de cada local estão preestabelecidas, “imaginava-se, as culturas (culturas regionais, nações etc.) surgiam e assim entravam em interação. As características de um lugar e sua "cultura local" de algum modo eram concebidas como tendo brotado do próprio solo” (MASSEY, p. 2004, p. 16). O que Massey propõe é o caminho inverso para imaginar os lugares e regiões: como resultado das interações promovidas pelo espaço.

Pensar o espaço a partir destas perspectivas de Massey nos é interessante à medida em que percebemos similitudes com as leituras decoloniais, que também reivindicam visões de mundo que não tomem o olhar ocidental como uma única lente. Também, nos ajuda a compreender a questão da identidade de um lugar. Este, no sentido de localidade, região, Estado-nação ou outra entidade geográfica, mas não só isso. O lugar é também construído “através de relações com outras partes: um sentido global de lugar” (MASSEY, 2004, p. 20), de modo que não esteja circunscrito somente às separações geográficas em linhas imaginárias e contraposições entre quem está dentro ou fora [*insiders* e *outsiders*], mas também, carrega múltiplas e heterogêneas identidades (MASSEY, 2000; 2004). Assim como “as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares” (MASSEY, 2000, p. 183). Entendemos, assim, que em um mesmo lugar geográfico, haverá vivências e experiências distintas, pois os ‘sentidos do lugar’ serão diferentes para cada pessoa (MASSEY, 2000). Isso se aplica para as cidades, periferias, comunidades indígenas, entre outras localidades, independente de sua extensão ou número de pessoas que ali vivem.

Essa pluralidade de experiências será influenciada por outros marcadores, como o de raça, etnia e gênero, que terão grande peso na forma como o espaço e o lugar serão experienciados (MASSEY, 2000). Milton Santos (2007) percebe como o ‘valor’ de cada indivíduo será maior ou menor a depender da sua localização no espaço social. Consequentemente, seu acesso a bens e serviços, as oportunidades e a situação socioeconômica também dependerão de sua condição geográfica (SANTOS, 2007). Santos (2007) vê a dimensão de classe como importante para conceituar o espaço, uma vez que a repartição espacial das classes sociais é um fenômeno visível no território brasileiro. Embora deva-se cuidar com as generalizações, a pobreza tem suas condições espaciais em duas circunstâncias: em cidades em que a concentração de riqueza gera o empobrecimento da sua população e em casos de imobilidade extrema (SANTOS, 2007). As duas circunstâncias dialogam, como é visto no seguinte trecho:

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor. Em outras palavras, se uma cidade incluída em nossa primeira hipótese cria condições para o empobrecimento da sua população, a esse empobrecimento escapam unicamente os que forem capazes de mobilidade social ou de mobilidade geográfica (SANTOS, 2007, p. 111).

Além dessas condições, Santos (2007) leva em conta outras circunstâncias, como o acesso à informação e às fontes de poder (autoridades governamentais e administrativas, por exemplo), a acessibilidade para o lazer, para educação, entre outras, pois “só uma abordagem que leve em conta a totalidade social pode permitir uma interpretação multilateral das realidades locais” (SANTOS, 2007, p. 114). No caso da presente pesquisa, temos como contexto duas regiões brasileiras distintas, cada qual com suas condições, que criam vulnerabilidades específicas para suas populações. Se olharmos de forma ampla para o território brasileiro, veremos que a espacialização da pobreza da qual Santos (2007) fala, se faz presente em todas as regiões do país. Somente para ilustrar, como reflexo da pandemia, o Brasil atingiu números recordes de brasileiros/as vivendo abaixo da linha da pobreza em 2021 (NERI, 2022). Há, no entanto, condições específicas e muito diferentes entre si quando falamos de cada uma das regiões e estados. A pobreza se concentra muito mais em uns - basta olhar que os primeiros estados do ranking de Neri (2022) são das regiões Norte e Nordeste e

as menores porcentagens das regiões Sul e Sudeste - e terá suas discrepâncias dentro dos estados e municípios - nas desigualdades entre centro e periferia, por exemplo. No caso dos estados do Amazonas e de São Paulo (onde se encontram nossos objetos de estudos), nossa intenção não é compará-los ou nos aprofundarmos nas condições socioeconômicas e espaciais de cada um, uma vez que essas discussões são apenas pano de fundo para nos dedicarmos à análise dos produtos jornalísticos. Ainda assim, é importante compreendermos como a territorialidade incide sob o jornalismo e suas pautas.

Outra questão importante, para além da espacialização da pobreza, é o entendimento sobre a(s) periferia(s). Quando falamos em periferia, não só a distância geográfica deve ser considerada, pois sua significação passa por mutações ao longo dos anos e não engloba apenas aspectos negativos do binômio pobreza-violência: a periferia é também espaço de produção cultural, de solidariedade e de potências (D'ANDREA, 2020). Em termos quantitativos, a periferia pode ser definida pela distância geográfica do centro⁴⁶ (processos de segregação socioespacial) e por indicadores socioeconômicos. Apesar desses indicadores trazerem algumas pistas, termos qualitativos também contribuem para um entendimento da periferia. Isso porque a dimensão quantitativa “pode se modificar de acordo com mudanças nos padrões de distância e acessibilidade” (D'ANDREA, 2020, p. 29). Já a qualitativa se refere às experiências individuais e coletivas das populações periféricas.

Tiaraju D'Andrea (2020) retoma a construção do conceito de periferia, que começa nas décadas de 1950 e 1960 em referência aos países da periferia do capitalismo. Uma série de estudos sobre os processos de explosão demográfica em cidades latino-americanas surgem a partir daí. D'Andrea (2020) destaca que, no contexto de São Paulo, as principais características da periferia apontadas por intelectuais foram a pobreza, a distância do centro e a precariedade. Em contraposição à academia, o termo não era amplamente utilizado pelos moradores/as até os anos 1990⁴⁷, visto que, carregava estigma e preconceito (D'ANDREA, 2020). Segundo o autor, a ressignificação da periferia acontece em um momento em que a capital paulista sofria um alto índice de homicídios, cujo principal alvo eram corpos negros masculinos e periféricos. Criou-se, então, uma *consciência periférica*, que se afirma a partir

⁴⁶ D'Andrea (2020) ressalta que a distância geográfica, no caso de São Paulo, não se refere somente ao centro tradicional, como também das regiões com maior concentração de riqueza, que é o caso da área central-sudoeste da capital.

⁴⁷ Um movimento importante que é destacado por D'Andrea (2020) é a influência de manifestações culturais, principalmente do hip-hop, para que o termo “periferia” fosse apropriado de maneira positiva pelos sujeitos e sujeitas periféricos/as. Em contrapartida, há também uma apropriação da indústria do entretenimento através da publicização da periferia, que se atenua com o crescimento do pensamento conservador no país.

do reconhecimento da realidade da pobreza e da violência e, ao mesmo tempo, em que busca sua superação através da denúncia e de outras formas de manifestação (D'ANDREA, 2020).

Os/as protagonistas desse reconhecimento da periferia são conceituados por D'Andrea (2020) como sujeitos e sujeitas periféricos/as. Sua organização e ação política no território se entrelaça com outras experiências, produzidas por marcadores de raça ou de gênero, por exemplo. Entre as características evidenciadas pelo autor, destacamos o aumento de jovens periféricos/as no ensino superior nas últimas décadas, que ocasionou (apesar de ser um movimento lento e com diferentes dificuldades no caminho) uma mudança de objeto de estudo a sujeito do conhecimento. Com isso, são capazes de sistematizar a própria história, através do “acesso a recursos técnicos e tecnológicos, somada ao crescimento de atividades culturais, jornalísticas” (D'ANDREA, 2020, p. 31). Se Santos (2007, p. 118) visualizou que “quanto mais longe dos centros de poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz”, é justamente essa estrutura que os/as sujeitos/as periféricos/as procuram atravessar, ao tornar suas fragilidades, uma potência (D'ANDREA, 2020). Enfatizamos essa construção de sujeitos e sujeitas periféricos/as, proposta por D'Andrea (2020), pois uma de suas formas de manifestação é o jornalismo. É o caso, principalmente, do Nós, mulheres da periferia.

3.4. INTERSECCIONALIDADE: A QUESTÃO DE GÊNERO ATRAVESSADA POR RAÇA, ETNIA, CLASSE E TERRITÓRIO

O pensamento interseccional é um dos elementos centrais da presente pesquisa. Pensar a partir da interseccionalidade nos permite visualizar a colisão e os intercruzamentos entre diferentes opressões, sejam elas de gênero, raça, classe, etnia, nação e/ou sexualidade (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002). Este conceito se mostra essencial para investigarmos a intensificação dessas discriminações constantes do racismo, do patriarcalismo, da subordinação de classes e do colonialismo, no contexto da Covid-19 no Brasil e, principalmente, perceber como e quais sujeitos e sujeitas estiveram encruzilhados em avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002) durante a pandemia. Para isso, apresentamos o conceito em uma leitura decolonial. Os estudos de Lugones (2014; 2020) nos auxiliam neste trabalho ao aproximarem a interseccionalidade e o pensamento decolonial, pois a autora percebe as conexões entre esses marcos de análise e evidencia que eles não foram suficientemente explorados de maneira conjunta.

Kimberlé Crenshaw (2002) aborda a interseccionalidade a fim de compreender violações dos direitos humanos que não são identificadas ou são marginalizadas nas

discussões globais. Enquanto a dimensão de gênero vem sendo incorporada nas Convenções Internacionais há um tempo (por exemplo, a conferência de Viena⁴⁸), a ampliação dos direitos humanos para as discriminações raciais ou étnicas não acompanhou o mesmo ritmo. Frente a este cenário, a autora ressalta a necessidade de olharmos para as experiências subjetivas de mulheres negras, que enfrentam as subordinações de gênero e raça concomitantemente e, muitas vezes, outras vulnerabilidades.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. [...] A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173-174)

A indiferença quanto às dimensões de raça e etnia nas discussões sobre os direitos das mulheres é denunciada por Lélia Gonzalez (2020), que percebe contradições no movimento feminista latino-americano. A omissão das questões raciais pelo feminismo branco/hegemônico é explicada, em partes, pelas raízes e “visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALEZ, 2020, p. 39). É o que também evidencia Sueli Carneiro (2003), sobre o protagonismo da luta feminista no combate à violência doméstica e conquista de representação política, mas que, em contrapartida, se manteve “prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco (GONZALEZ, 2020, p. 40)

A dupla subvalorização das mulheres negras, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, criou um espaço de silenciamento e invisibilidade (CARNEIRO, 2003). Gonzalez (2020) relata que, para elas, “a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial” (GONZALEZ, 2020, p. 52) e é durante esta conscientização que muitas conhecem as práticas sexistas do patriarcado. Constatação similar é feita por María

⁴⁸ Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf

Lugones (2020) ao criticar a postura de homens negros que, apesar de sofrerem com a subordinação racial, não percebem que são cúmplices ou colaboradores da dominação violenta de mulheres negras⁴⁹.

É neste contexto que recorremos à perspectiva interseccional, a fim de compreender categorias que não podem ser concebidas umas sem as outras (LUGONES, 2020). A interseccionalidade pode, então, ser conceituada como a interação simultânea entre dois ou mais eixos de subordinação, que “se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Crenshaw (2002) fala dessas intersecções como avenidas, nas quais os vários eixos de poder (raça, etnia, classe, gênero, entre outros) se estruturam e se encontram. A analogia elucida a forma como mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões se posicionam em meio a estes cruzamentos, sendo “sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Importante também ressaltar que a perspectiva interseccional não presume uma hierarquia entre as opressões, pois, “todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 28). A partir da interseccionalidade é possível “reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências” (AKOTIRENE, 2019, p. 27-28).

Apesar do reconhecimento de Crenshaw como responsável por cunhar e sistematizar o conceito, a interseccionalidade advém de diferentes contribuições e ganha força como embasamento teórico-metodológico em outras áreas de estudo além do Direito, campo em que a intelectual desenvolve seus estudos. Carla Akotirene (2019) destaca que o conceito é uma reivindicação de feministas intelectuais negras⁵⁰, que por séculos⁵¹ articulam raça, classe, gênero e nação, ao sentirem suas experiências inobservadas pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista. Na mesma obra, ela aproxima a discussão interseccional para a

⁴⁹ Lugones (2014; 2020) opta pelos termos “mulheres de cor” e “homens de cor” para se referir às populações negras, pardas, indígenas, bem como, todos aqueles que sofreram as consequências da colonização. Aqui, optamos pelas nomenclaturas negros e negras a fim de direcionar a discussão para o contexto brasileiro. Gonzalez (2020, p. 41) afirma que, no Brasil, a divisão entre mestiços, indígenas e negros torna-se desnecessária, “pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante”.

⁵⁰ Akotirene denuncia e destaca que “a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico” (AKOTIRENE, 2019, p. 30). Por isso, também defende não substituir a semântica ‘feminismo negro’ por ‘feminismo interseccional’, visto que, este segundo pode retirar o paradigma afrocêntrico.

⁵¹ Como exemplo, Akotirene traz o discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851: “Eu não sou uma mulher?”. Durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, a intelectual denuncia, em discurso improvisado, que nunca recebeu o mesmo tratamento dado às mulheres brancas. “Ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravidão” (AKOTIRENE, 2019, p. 17).

realidade brasileira e procura “descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

A interseccionalidade, segundo Akotirene (2019), entra em disputa acadêmica e sofre com o saqueamento de sua riqueza conceitual quando incorporada por abordagens eurocêntricas ou por políticas públicas de suposto caráter interseccional. Estes se apoiam no aporte interseccional para identificar, “às pressas, o problema “negro,” das “lésbicas,” de “gênero,” dos “latino-americanos”” (AKOTIRENE, 2019, p. 17). Buscam nomeá-los, especialmente na categoria de ‘Outros’, sem complexificar ou aprofundar a discussão. Sobre essa apropriação da epistemologia interseccional, Akotirene diz que

O problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos; a exemplo, feminismo da mulher universal e marxismo. [...]Duas formulações obcecadas a darem o norte salvacionista europeu às identidades políticas, respectivamente, de mulheres e classes trabalhadoras, afastando-se os negros da condição de trabalhadores e negras da identidade de mulher. Preferem ignorar que as ideologias, hoje conhecidas como xenofobia, neoliberalismo, divisão internacional do trabalho, opressão patriarcal de gênero e discriminação racial, vieram, com certeza, a partir do século XV, com os “descobrimientos” da Europa (AKOTIRENE, 2019, p. 23)

Por isso, entende-se que é contraproducente empregar a interseccionalidade em uma lógica colonial (AKOTIRENE, 2019). Dentre os motivos, ressaltamos a forma como a colonialidade/modernidade percebe gênero, raça, classe, etnia e nação: na perspectiva moderna, elas são categorias independentes e dissociáveis uma das outras (LUGONES, 2014; AKOTIRENE, 2019). Lugones (2014) explica que isso vem desde a organização colonial do mundo, que construiu, primeiro, dicotomias hierárquicas entre humano (o civilizado e europeu) e o não-humano (colonizados e escravizados) para, posteriormente, justificar a missão civilizatória e a conversão ao cristianismo como único caminho possível, rumo à modernidade. Essa distinção veio acompanhada de outras, como exemplo, as diferenças de gênero, que, no entanto, só existiam entre os colonizadores. Os/as colonizados/as, em uma posição de animalidade, não eram vistos como sujeitos/agentes, logo, também não seriam homens ou mulheres (LUGONES, 2014).

A dicotomia hierárquica como uma marca do humano tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas (LUGONES, 2014, p. 936-937)

As dicotomias compõem o que Lugones chama de colonialidade do gênero⁵², na qual o homem branco, europeu, burguês, corresponde ao ser humano por excelência, “um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (LUGONES, 2014, p. 936). A mulher branca europeia “não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade” (LUGONES, 2014, p. 936). Já as populações colonizadas foram reduzidas “a seres primitivos, menos que humanos” (LUGONES, 2014, p. 941).

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não” [em referência ao discurso, “Eu não sou uma mulher?”]. **Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial** (LUGONES, 2014, p. 939, grifos nosso)

A construção moderna do que é, por exemplo, ser ‘mulher’, ‘homem’ ou ‘negro’, não compreende as imbricações e intersecções entre gênero, raça, classe, etnia e nação, ou seja, não prevê a interseccionalidade. A lógica categorial concebe tais marcadores como homogêneos, e dessa forma, invisibiliza, sob a rubrica ‘mulher’, as mulheres negras e periféricas (LUGONES, 2014; 2020). Ou seja, selecionam um ‘dominante’ de um grupo como norma: “Dessa maneira, “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, “negro” seleciona os machos heterossexuais negros, e assim sucessivamente” (LUGONES, 2020, p. 58).

Perceber as categorias de forma hierárquica e dicotômica, tal como faz o pensamento capitalista e colonial, não nos permite localizar as mulheres negras, pois, “se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença” (LUGONES, 2014, p. 935). Essa separação esconde a violência por trás do patriarcado e do capitalismo (LUGONES, 2020). Lugones nos ensina a ir além da lógica categorial da modernidade para compreender as opressões que incidem sobre mulheres terceiro-mundistas, negras e indígenas. O

⁵² Lugones elabora o conceito de colonialidade do gênero a fim de complexificar a ideia de Quijano sobre a colonialidade do poder. Na visão da autora, Quijano não rompe com o significado hegemônico de gênero ao entender gênero como uma construção puramente biológica. “Dentro do quadro que ele elabora existe uma descrição de gênero que não é questionada, e que é demasiadamente estreita e hiperbiologizada – já que traz como pressupostos o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder e outras ideias desse tipo” (LUGONES, 2020, p. 68)

feminismo descolonial, sugerido pela autora, compactua com a interseccionalidade ao propor não desagregar as opressões.

Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014, p. 940-941)

Segundo Lugones (2014), romper com a colonialidade do gênero engloba realizar uma leitura múltipla e não colonizante das sociedades, como nos diz a intelectual Oyèrónké Oyèwùmí ao estudar as comunidades iorubás⁵³. Compreende, também, não “exercer a colonialidade da linguagem por meio da tradução colonial” (LUGONES, 2014, p. 944) e desprender-se da construção da ‘mulher universal’.

[...]a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. **A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada,** visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/as, **é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras** (LUGONES, 2014, p. 948, grifos nosso)

É importante pontuarmos que a ‘mulher universal’ encontrou solo fértil nos feminismos do século XX, que igualou as experiências das mulheres brancas burguesas às demais. “As feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas” (LUGONES, 2020, p. 82). Essa construção remete à imagem de uma mulher “frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva” (LUGONES, 2020, p. 81-82). Figura que não se aplica às mulheres colonizadas: quando atribuídas de gênero⁵⁴ pela

⁵³ A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí estuda as comunidades iorubás em sua obra “A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” (2021), a fim de compreender o papel das mulheres em sociedades em que o gênero não era um princípio organizador antes da colonização ocidental.

⁵⁴ O trabalho de Oyèrónké e Paula Gunn Allen são referências neste sentido, ao explicarem que é pela inferiorização, pela dominação e exploração que o colonizador atribui as lentes de gênero às mulheres colonizadas (LUGONES, 2020).

experiência da colonização, “receberam o status de inferioridade que acompanha o gênero mulher, mas não receberam nenhum dos privilégios que esse status significava para as mulheres burguesas brancas” (LUGONES, 2020, p. 82). Para essas mulheres, a imagem construída e perpetuada é justamente oposta, caracterizadas pela força para aguentar o trabalho, a agressividade e a hipersexualização (LUGONES, 2020). Sobre esse feminismo branco/hegemônico, Lugones diz que

[...]não entenderam a si mesmas em termos interseccionais, na intersecção de raça, gênero e outras potentes marcas de sujeição ou dominação. Como não perceberam essas diferenças profundas, não viram nenhuma necessidade de criar coalizões. Assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existente forjado pela sujeição do gênero (LUGONES, 2020, p. 83)

Vergès (2020) corrobora com essa discussão ao criticar o feminismo civilizatório, termo utilizado pela autora para se referir ao feminismo que é cooptado por políticas neoliberais e, conseqüentemente, tornou-se um dos trunfos da manutenção do capitalismo e do patriarcado. Este foi responsável por esvaziar o significado do feminismo. Ainda assim, a autora não abre mão de se dizer feminista, apesar de levantar o questionamento: “Se há dez anos as palavras “feminista” e “feminismo” carregavam ainda um potencial radical e eram usadas como insultos, o que fazer agora que elas se tornaram parte do arsenal da direita neoliberal modernizadora?” (VERGÈS, 2020, p. 22). A resposta encontrada por Vergès se situa em “um feminismo de política decolonial amplo, transnacional e plural” (2020, p. 23).

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência* (VERGÈS, 2020, p. 27)

Por isso, neste trabalho, defendemos o feminismo descolonial de Lugones (2014; 2020) e decolonial de Vergès (2020), o feminismo negro, como sugere Akotirene (2019), o feminismo afro-latino-americano, como denomina Lélia Gonzalez (2020). São nomenclaturas distintas para uma ideia similar: a de um feminismo plural, dialógico e capaz de atravessar a colonialidade, o patriarcado e o racismo. Este, apesar de utópico, torna-se um pouco mais palpável quando olhamos para as opressões que a interseccionalidade nos revela.

“Uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial” (LUGONES, 2020, p. 67).

A discussão aqui proposta sobre a interseccionalidade através dos feminismos decoloniais conduz nosso olhar para as práticas jornalísticas e para os/as sujeitos/as presentes nelas, pois se faz presente em nossas categorias de análise, na nossa busca pelas matérias jornalísticas apresentadas no capítulo metodológico e na construção da própria metodologia de pesquisa em si.

4. ANÁLISE: NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A COVID-19

Nossa análise da cobertura jornalística de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real durante a pandemia é guiada pelos marcadores sociais de gênero, raça, etnia, classe e território. Procuramos observar como as pautas trabalhadas durante a pandemia por ambos sites dialogam com esses marcadores, que são diferenças transformadas em desigualdades pela colonização, pelo racismo e pelo patriarcado (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019). Com base em nossas fichas de análise (expostas no capítulo metodológico), analisamos os elementos do jornalismo (fontes, apuração, construção do texto, publicização) em busca de compreender a apreensão desses marcadores, visto que, são aspectos defendidos nas linhas editoriais por ambas organizações. Além disso, questionamos se esses sites atuam com práticas jornalísticas decoloniais, ou seja, se eles conseguem romper com o jornalismo convencional, que é alinhado com sua construção colonizadora, ocidental e capitalista (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019).

Para atender esses questionamentos de pesquisa, primeiro, reduzimos o número de reportagens da nossa amostra de análise, devido ao grande volume de materiais jornalísticos produzidos por esses sites desde o início da pandemia até dezembro de 2021. Como já expomos no capítulo 1, nossa análise se concentra em quatro reportagens do Nós, mulheres da periferia e quatro da Amazônia Real. Ainda assim, outras matérias produzidas por ambas organizações jornalísticas trazem dados relevantes para a parte empírica da pesquisa e são mencionadas no decorrer do texto. Como forma de diferenciá-las durante a escrita, o título⁵⁵ das reportagens analisadas aparece por extenso, enquanto que, para as que trazem apenas informações pontuais e não compõem a análise, utiliza-se somente a citação indireta.

Nossa análise é estruturada da seguinte forma: iniciamos com uma breve explanação sobre as oito reportagens que compõem a análise. Depois disso, abordamos as características das duas organizações que se aproximam da decolonialidade. Ou seja, de que forma (e quando) elas apresentam potenciais de descentrar da lógica convencional-moderna. Um exemplo é a produção de um ‘jornalismo de memória’ durante a pandemia, expressão utilizada por uma das co-fundadoras do Nós, mulheres da periferia e que, apesar de não usarem o termo, percebemos essa prática também na Amazônia Real. Um segundo ponto é o vínculo com suas respectivas identidades territoriais, que apresentamos na sequência. Já o terceiro

⁵⁵ No primeiro momento em que uma reportagem é mencionada, colocamos o título por extenso e, na sequência, a data de publicação e autoria. Nas próximas menções, ele é abreviado para facilitar a leitura.

ponto trata da dialogia (MEDINA, 2011; 2014) e da subjetividade (MORAES, 2019). A última parte da análise diz respeito à articulação dos marcadores sociais (Gênero, Raça, Classe, Etnia e Território) com as pautas jornalísticas. Ou seja, perceber se nas pautas mais recorrentes (Trabalho, Educação, Maternidade) estão presentes (e como estão) os marcadores interseccionais.

4.1. AS REPORTAGENS ANALISADAS

“Trabalhadoras da saúde relatam os desafios no combate ao Covid-19 nas periferias”, de Nós, mulheres da periferia

Com autoria de Bianca Pedrina e publicada em 14 de abril de 2020, a reportagem é protagonizada por quatro profissionais da saúde. A técnica em enfermagem Priscila Safiotti, a enfermeira Bárbara de Paula Mijas Safiotti, que atua como gerente de uma Unidade Básica de Saúde no Parque Peruche, a agente de saúde Renata Aparecida de Barros Gomes, que atende na UBS Elísio Teixeira Leite, na Cohab de Taipas e a enfermeira Paloma da Silva (nome fictício), que também atua em um posto de saúde em um bairro periférico (também não identificado à pedido da fonte).

Elas compartilham os sentimentos e desafios enfrentados na linha de frente do combate à Covid-19. Seus relatos descrevem o medo de infectarem a si mesmas e os familiares, a falta de equipamentos de proteção e a necessidade de políticas públicas para trabalhadoras e populações periféricas. Publicada logo no início da pandemia, pouco depois de completar um mês desde a declaração da OMS, a reportagem enfatiza que o ‘fique em casa’ não alcançava a realidade de todos/as.

A reportagem conta com 34 parágrafos e cinco intertítulos. É ilustrada por fotografias das três profissionais entrevistadas, com exceção de Paloma que teve a identidade preservada. Ao final, o texto indica que a publicação faz parte do projeto #SalveCriadores, uma iniciativa que apoia coletivos nas periferias de São Paulo para a produção de conteúdos sobre os reflexos da Covid-19 em seus territórios.

“Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco”, de Nós, mulheres da periferia

A reportagem foi publicada em 05 de maio de 2020, com autoria de Jéssica Moreira. Trata das transformações na educação com a suspensão das aulas presenciais em decorrência

da Covid-19. Além das professoras, a repórter entrevista mães e estudantes, mulheres que também tiveram suas rotinas alteradas com o isolamento. A reportagem enfatiza que o direito constitucional à educação ficou comprometido durante a pandemia, pois nem todos alunos/as tiveram as mesmas facilidades para acompanhar aulas remotas, realizar atividades e se dedicarem unicamente aos estudos. Em muitas casas brasileiras, o acesso à internet se dá somente pelo celular e por pacotes de dados móveis, principalmente nas classes C (61%) e D/E (85%), segundo informações do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Essa é a realidade de muitos alunos das professoras Joice Aziza e Janaína dos Santos, entrevistadas pela reportagem.

Na época da publicação, o Ministério da Educação ainda não havia acatado os pedidos de adiamento das provas do ENEM. A reportagem evidencia que a manutenção da prova desconsidera as condições sociais de grande parte da população e beneficia estudantes da rede privada. A questão da maternidade na periferia, a sobrecarga de mulheres que estudam, trabalham, cuidam das tarefas domésticas e dos filhos, também são assuntos presentes na reportagem.

Das reportagens do Nós, MDP, esta é a mais extensa: com 41 parágrafos, divididos em sete intertítulos. Três fotografias ilustram a reportagem: a primeira é de banco de imagens. Um aluno (não aparece o rosto na imagem), segura o celular em que assiste vídeo aula e, na outra mão, ele apoia a caneta sob um caderno. A segunda é da professora Joice, de arquivo pessoal. Na legenda, explica que a foto é de uma atividade sobre questões raciais junto a estudantes. Ela aparece sorrindo, falando ao microfone, enquanto mulheres de diferentes idades a escutam. A terceira não apresenta créditos e legenda. São duas mulheres, de costas, descendo uma rua. Uma delas carrega uma criança nos ombros.

“Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento”, de Nós, mulheres da periferia

A reportagem de Mayara Penina foi publicada em 14 de agosto de 2020. Ela é construída em 20 parágrafos, divididos em três intertítulos. Com ênfase nas dúvidas de mulheres sobre a amamentação em casos de suspeita ou confirmação da Covid-19, a repórter recorre a pediatras e estudos científicos para repassar as recomendações às leitoras. A orientação é para que as mães continuem amamentando os bebês nestes casos, pois os riscos de mortalidade infantil relacionados ao desmame precoce são ainda maiores. Para isso, a reportagem traz orientações da OMS de como amamentar em caso de Covid-19.

A pauta da amamentação também traz outras ramificações, como a necessidade de

uma rede de apoio, o acompanhamento de profissionais da saúde, a importância do autocuidado e a hipersexualização do corpo feminino, sobretudo de mulheres negras. Segundo estudo da WABA (Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno), um dos fatores que levam à interrupção da produção de leite de forma precoce é o esgotamento, principalmente para mulheres em trabalhos informais ou que exercem a maternidade solo.

A reportagem contém duas fotografias de Bárbara amamentando após o nascimento de Martin. Em uma delas, o pai do bebê acompanha o momento da amamentação. Há também uma fotografia que direciona para o post da doula Daniella Oliveira, mencionado no texto e que traz discussões sobre o direito de amamentar da mulher negra. Ao final do texto, traz um link para outra reportagem, que trata da violência obstétrica e a desumanização do corpo negro.

“Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada”, de Nós, mulheres da periferia

A reportagem, publicada em 14 de outubro de 2021, é construída em 29 parágrafos e 3 intertítulos. Com autoria das jornalistas Bianca Pedrina e Jéssica Moreira, trata das experiências de mulheres da região de Parada de Taipas que, ao vivenciarem o desemprego durante a pandemia, encontraram auxílio na doação de cestas básicas organizada pelo Quilombo da Parada. Os relatos da trabalhadora doméstica Maria de Lourdes Leite, 58, conhecida como Dona Preta, da diarista Katia Augusta Pinheiro, 53, e da copeira Eliene Lima de Jesus, 53, compõem a reportagem.

Além do desemprego, a insegurança alimentar aumentou na pandemia devido à inflação dos alimentos, da energia elétrica, gás e medicamentos. Segundo o Ipea, as famílias mais pobres foram as mais impactadas pelo aumento. A assistência do Quilombo da Parada, que foi construído pelas mãos de mulheres negras, pode minimizar os riscos desse cenário para as famílias do entorno. Antes da pandemia, ele já era um local de acolhimento, principalmente pela formação artística e cultural proporcionada pelo Instituto Esperança Garcia, do qual o quilombo é sede.

A reportagem contém um box informando sobre a parceria da organização jornalística com o espaço Quilombo da Parada para a doação bimestral de cestas de alimentos orgânicos, que ocorreu por intermédio da Cooperativa Terra e Liberdade do MST. Duas fotografias aparecem na matéria. Ambas, provavelmente, do dia da entrega de cestas básicas.

“Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas”, de Amazônia Real

A reportagem de Izabel Santos foi publicada em 18 de maio de 2020, um dia após a data em que se celebra mundialmente a luta contra a LGBTfobia. No dia em que seria de comemoração à diversidade, ativistas e organizações relataram preocupações com brasileiros/as LGBTI frente ao avanço da Covid-19 e a falta de políticas públicas específicas para essa parcela da população, enfatiza a repórter na linha fina e nos primeiros parágrafos. Uma das questões centrais era a paralisação de processos de retificação de documentos, por não ser considerado um serviço essencial. No entanto, isso prejudicou o acesso de travestis, transexuais e transgêneros à rede pública de saúde e aos benefícios de assistência, como o auxílio emergencial.

Além disso, apesar de recomendações da ONU para que os países-membros adotem medidas de proteção à população LGBTI durante a pandemia, sequer haviam estatísticas sobre os impactos da Covid-19 para a comunidade LGBTI no Brasil até o momento de publicação da reportagem. Na esfera federal, um dos poucos materiais que orientavam a prevenção do coronavírus para essa população foi uma cartilha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela ministra Damare Alves, que associava pessoas LGBTI à prostituição e ao mercado do sexo. Como alternativa, a reportagem traz ações solidárias coordenadas pela Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (Assotram) e pela Comissão Especial Mista de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-AM, que visam auxiliar pessoas LGBTI em situação de vulnerabilidade social.

A reportagem conta com 41 parágrafos e seis intertítulos. Há quatro fotografias: três delas são de manifestações LGBTI, ocorridas antes da pandemia. A outra é de uma rua de Manaus, interditada por causa da pandemia. Na imagem, uma mulher está caminhando utilizando máscara e guarda-chuva.

“Mulheres relatam os desafios dos três meses de pandemia em Manaus”, de Amazônia Real

Também com autoria de Izabel Santos, a reportagem, de 12 de junho de 2020, traz os relatos de quatro mulheres que superaram desafios impostos pela Covid-19. São todas de Manaus, cidade que era epicentro da Covid-19 na região Norte na data de publicação. No dia anterior, o Amazonas havia alcançado a marca de 54.098 casos e 2400 mortes, em três meses de pandemia. A reportagem destaca, logo no início, o cenário desestabilizador que famílias

manauaras vivenciaram nesse curto período de tempo. Da falta de atendimentos médicos a alimentos, o luto constante representado pelas fortes imagens de valas coletivas abertas pela prefeitura por causa do número excedente de mortes, e a retomada gradual das atividades não essenciais por parte dos governos, contrariando as recomendações de especialistas.

São com todas essas adversidades, além dos desafios pessoais, que lidam as mulheres entrevistadas: a artesã e líder do povo Tukano, Marinete Almeida, estava grávida de sete meses quando começou a pandemia. Neste período, ficou desempregada e perdeu a mãe, vítima da Covid-19. Ela também conta que não teve direito à acompanhante durante o nascimento do segundo filho e o temor de ser infectada pelo vírus. A atriz Gabriela Barbosa mora em Compensa, um bairro periférico de Manaus, e relata que para garantir a renda começou a produzir e vender doces. Já a manicure Débora Matos, por trabalhar com um serviço não-essencial, ficou sem renda subitamente. O mesmo aconteceu com a também manicure Any Martins. Ela estava de férias visitando parentes no estado do Pará, quando começou a pandemia e não conseguiu retornar para Manaus durante os dois primeiros meses. Neste tempo, enfrentou uma série de problemas, como a perda da avó e um acidente envolvendo o marido. A reportagem é construída em 22 parágrafos e três intertítulos. Há fotos de três das mulheres entrevistadas. A única que não aparece é a Débora. Ao final, há um gráfico da curva epidemiológica da Covid-19 no Amazonas, do início da pandemia até 12 de junho, data em que acumulou mais de 54 mil casos confirmados.

“Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19”, de Amazônia Real

Publicada em 14 de junho de 2020, a reportagem de Alicia Lobato traz a história de quatro jovens indígenas (duas mulheres e dois homens) que vivem no contexto urbano durante a pandemia, seja para continuar os estudos, para proteger as famílias indígenas aldeadas ou para trabalharem. Uma das jovens, a Samela Sateré Mawé, se dividiu entre os estudos da graduação em Biologia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a produção de máscaras de pano, realizada com outras mulheres da família. Com o fechamento das fronteiras e dos comércios, cessaram as vendas de colares, pulseiras e brincos confeccionados pelas artesãs, que costumavam garantir sua renda mensal.

A reportagem também traz realidades distantes da capital do Amazonas, como do jovem secundarista Puré Juma. Para dar continuidade aos estudos, ele ficou no município de Humaitá, no sul do estado, há 250 quilômetros da aldeia Juma, onde reside sua família. Já no oeste do Amazonas, na comunidade Monte Santo, o principal problema era a dificuldade na

comunicação para impedir que pessoas de fora entrem no território indígena e para orientar a população indígena a não ir a outras localidades sem necessidade. Esse cenário é relatado pelo comunicador e cacique Gracildo Kokama. A realidade dos indígenas do povo Pataxó-Ha-Hã-Hãe, do Sul da Bahia, finaliza a reportagem. A estudante de Medicina Veterinária, Hamangai Melo Pataxó, destaca o cuidado com os anciões, a negligência dos governos com as populações indígenas e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

A reportagem é construída em 26 parágrafos e três intertítulos. Há três fotografias das artesãs confeccionando máscaras, sendo uma delas com a Samela em destaque. Há uma foto de cada um dos outros estudantes, Puré e Hamangai, e também uma ilustração do cacique Gracildo Kokama, de uma campanha articulada pelo comunicador.

“Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia”, de Amazônia Real

A reportagem da Elaíze Farias, publicada em 17 de dezembro de 2021, traz um panorama da exclusão de indígenas não aldeados e de áreas ribeirinhas no enfrentamento da pandemia. As alas construídas em hospitais de Manaus para atendimento de povos tradicionais foram destinadas somente para indígenas que vivem em aldeias cobertas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), excluindo indígenas que vivem na cidade ou em comunidades sem regularização fundiária, como é o caso da Comunidade Gavião. Nos atendimentos, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) decidiu que as comunidades de contexto urbano receberiam o tratamento pelo SUS sem distinção. Muitos não foram perguntados sobre suas etnias em hospitais e unidades básicas de saúde, sendo registrados como pardos. Essa classificação impediu o rastreamento da doença neste grupo, colaborando para a subnotificação.

Além da exclusão institucional dos povos originários, a reportagem registra outros percalços causados pela pandemia. Com medo do vírus, muitos indígenas instalaram barreiras sanitárias, mas o isolamento impediu seus principais meios de sustento: o artesanato e o turismo. Com a fome e o impacto financeiro, a ajuda solidária de organizações indígenas e indigenistas foi fundamental.

Reportagem conta com 50 parágrafos, divididos em sete intertítulos. Grande parte das fotografias são de autoria da Amazônia Real. Elas registram indígenas do Parque das Tribos, uma das comunidades mais populosas no contexto urbano de Manaus.

4.2. POTENCIAIS DECOLONIAIS EM NÓS, MULHERES DA PERIFERIA E AMAZÔNIA REAL

4.2.1. O jornalismo de memória na pandemia

“Então, quais são as narrativas que a gente quer ouvir? Quais são as narrativas que a gente acredita que têm que estar para a posteridade? Para que entendam, inclusive, o que foi a pandemia? Hoje em dia, é muito difícil para a gente entender o que foi viver uma epidemia de meningite em meio à ditadura militar, porque são poucos registros e pouco se ouviu quem estava nas bordas da cidade. É a gente entender, também, que a pandemia encontrou, nas periferias, outras epidemias: a de fome, a de saúde mental [...]”. **Jéssica Moreira, durante a live “Cesta de Direitos: Diálogos da Memória na Pandemia⁵⁶”, realizada em 07 de outubro de 2021**

No excerto acima, Jéssica Moreira, uma das fundadoras do Nós, mulheres da periferia, explica o porquê da organização fazer um jornalismo de memória durante a pandemia de Covid-19. Suas motivações são próximas àquelas que as levaram a criar uma iniciativa de jornalismo periférica em 2014: ouvir (e compartilhar) narrativas que não são contadas em outros lugares. E que, além de não serem contadas, são esquecidas pela história. Como a epidemia de meningite, que atingiu fortemente as periferias de São Paulo e foi escondida pelos governos militares (DA DITADURA À PANDEMIA..., 2020). “Para isso não acontecer de novo, que iniciativas como o ‘Nós’ existe”, diz Jéssica durante a live promovida pelo Observatório Direitos Humanos Crise Covid-19.

O jornalismo de memória praticado por Nós, MDP é visível não somente no discurso de suas fundadoras, como também em suas coberturas jornalísticas. Durante a pandemia, a organização relatou os desafios no combate ao vírus nas periferias, as diferenças no número de óbitos entre bairros mais pobres e mais ricos de São Paulo, o racismo institucional que dificultou o acesso à saúde da população negra, a impossibilidade de realizar o isolamento social, entre tantas outras diferenças que marcam a narrativa pandêmica em periferias. Histórias contadas pelo olhar de mulheres negras e periféricas, que se identificam e compreendem a realidade apreendida nas reportagens.

Histórias como a da estudante Érica Barbosa, que tenta conciliar o cuidado com os três filhos, os afazeres domésticos e os estudos da faculdade, e da professora Janaina dos Santos, que também se viu sobrecarregada em triplas jornadas durante a pandemia, como relataram à reportagem ‘Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco’ (MOREIRA, 2020). Como da técnica de enfermagem Priscila Safiotti que

⁵⁶ Disponível em: <https://youtu.be/EUjhnKKcifl>

na reportagem *‘Trabalhadoras da saúde relatam desafios no combate ao Covid-19 nas periferias’* revelou a exaustão causada por condições insalubres de trabalho, potencializadas com a pandemia (PEDRINA, 2020). Ou, ainda, da trabalhadora doméstica Maria de Lourdes que, no início da pandemia, foi dispensada da casa onde trabalhava há mais de 20 anos. Seu relato é registrado na reportagem *‘Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada’* (PEDRINA; MOREIRA, 2021).

Pela proximidade com o lugar em que estão inseridas, as jornalistas falam sobre o que vivenciam e do que sentem, ao mesmo tempo em que dão protagonismo a outras mulheres que compartilham do mesmo território e vivências distintas. Suas narrativas evidenciam que nas periferias não há somente dores e carências. Pelo contrário, são lugares de potência. Muitas das ferramentas para combater a pandemia saíram exatamente dali, visto a ausência do Estado e de políticas públicas mais atuantes para o combate ao vírus (SILVA, 2020). É dentro do território periférico que vem a ajuda, o apoio mútuo. São agentes de saúde, professoras, assistentes sociais, líderes comunitárias que moram e atuam nas periferias. Um exemplo são as profissionais entrevistadas na reportagem *‘Trabalhadoras da saúde relatam desafios...’*, na qual todas são trabalhadoras da saúde pública nos bairros em que residem. Mulheres periféricas que compartilharam medos similares - de levar o vírus para suas casas, de não terem equipamentos de proteção suficientes, do cuidado com os/as pacientes e com a própria saúde - e se mantiveram na linha de frente, apesar das incertezas de um sistema de saúde fragilizado (PEDRINA, 2020). Elas foram um braço importante do combate ao vírus nas periferias. O protagonismo dado a elas na reportagem reivindica que esses territórios não sejam retratados pelo jornalismo somente pelo viés da pobreza, da precariedade, da falta.

O Nós, MDP, apesar de denunciar os desafios e impasses, se preocupa em enaltecer o que as periferias já têm, trazendo uma narrativa diferente daquela produzida pela grande imprensa. A organização evidencia que a condução da pandemia em bairros periféricos de São Paulo subutilizou uma estrutura que já era atuante nesses territórios: “Os programas de atenção primária do SUS (Sistema Único de Saúde), [...] os agentes comunitários de saúde, que já desempenhavam o papel de vigilância nos territórios [...] optou-se por não utilizar esse contingente de profissionais[...]” diz a pesquisadora Lara Cavalcante, do Instituto Pólis, que acredita que isso enfraqueceu o combate à pandemia nessas regiões (SILVA, 2020). Ou, ainda, o Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo, que teve início nos anos 1970 e foi um dos pilares da construção do SUS através da mobilização de mulheres periféricas (LIMA; MOREIRA, 2020). Esses são exemplos da produção de um jornalismo de memória, que vai além dos dados oficiais e da narrativa noticiosa massiva sobre a pandemia.

Já no caso da Amazônia Real, apesar de suas co-fundadoras, Elaíze Farias e Kátia Brasil, não utilizarem especificamente o termo ‘jornalismo de memória’, é possível perceber semelhanças nas produções jornalísticas delas e dos/as repórteres que compõem a agência de notícias. Reportagens que contam as histórias das vítimas da Covid-19, especialmente de lideranças indígenas de toda região amazônica, são recorrentes no site. Por exemplo, da anciã Lusía dos Santos Lobato, da etnia Borari, que faleceu em março de 2020, aos 87 anos, vítima da Covid-19 (ZUKER, 2020). Lusía era líder de uma aldeia matriarcal, localizada em Santarém, no Pará. Sua história de vida e de luta é contada pelos olhos de uma de suas sete filhas, a cacica Ludinea Lobato Gonçalves Dias, e registrada pelo repórter Fábio Zuker.

Assim como Lusía, outras perdas significativas para comunidades indígenas tiveram suas histórias registradas por jornalistas da Amazônia Real. O tuxaua Otávio dos Santos, um dos líderes do povo Sateré-Mawé, faleceu de Covid-19 aos 67 anos após receber visita do filho que morava em Salvador, que também apresentou sintomas da doença (FARIAS, 2020). A reportagem de Elaíze Farias, uma das co-fundadoras da agência de notícias, conta a história de Otávio, que era conhecido por sua comunidade pela atuação como produtor de guaraná no território indígena.

As mortes não contabilizadas nas estatísticas da pandemia também se fazem presentes, pois a população indígena lidou com a falta de atendimentos e de testes para Covid-19. O agente de combate às endemias da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), Aldevan Brazão Elias, indígena da etnia Baniwa, morreu em uma UTI com suspeita de Covid-19 em abril de 2020 (SANTOS, 2020c). Dias antes, ele havia denunciado em redes sociais a falta de testes para profissionais da área e o colapso nos hospitais, como revela a repórter Izabel Santos. O professor da língua Tikuna e vice-cacique Aldenor Basques Félix Gutchicü também não conseguiu atendimento médico e testagem à tempo (FARIAS, SANTOS, 2020). Seu atestado de óbito registrou ataque cardíaco como causa da morte, mas ele vinha sentindo sintomas como febre, falta de ar, tosse e dor no corpo há pelo menos vinte dias antes do óbito, segundo familiares. Ele foi sepultado em uma vala coletiva em abril de 2020, período em que a média de mortes em Manaus ultrapassou 100 enterros por dia (FARIAS, SANTOS, 2020).

Essas reportagens trazem relatos da luta pela vida de indígenas que enfrentaram a Covid-19 e o desamparo do poder público. Além dos registros de suas memórias, elas são um contraponto aos dados oficiais. A morte da dona Lusía, por exemplo, é contabilizada como decorrência da Covid-19, mas não consta que ela é indígena, pois a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde, não contabiliza a morte de

indígenas em áreas urbanas ou em terras não demarcadas pela Funai (ZUKER, 2020). Nos atendimentos em hospitais, indígenas não aldeados em Manaus foram registrados como brancos ou pardos ao não serem perguntados sobre suas etnias durante o preenchimento de formulários (FARIAS, 2020b). O reconhecimento da identificação indígena pelo SUS é uma das reivindicações da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), como relata a coordenadora Marcivana Paiva, da etnia Sateré-Mawé, que critica a falta de uma política de saúde de atenção à indígenas de Manaus: *“Essa política nos divide e temos sofrido muito mais com essa pandemia. Estamos vendo o quanto somos excluídos e invisibilizados. Indígena é indígena em qualquer lugar, não importa onde esteja”* (FARIAS, 2020b).

Com isso, vemos a produção de um jornalismo de memória em ambas organizações jornalísticas. Em editorial do Nós, MDP, a co-fundadora Jéssica Moreira evidencia o jornalismo da organização da qual faz parte como uma forma de honrar as memórias de quem partiu e de dar acesso para as próximas gerações à realidade dos fatos, mesmo que não sejam capazes de registrá-los em sua amplitude (MOREIRA, 2021). É justamente o que percebemos também na Amazônia Real ao retratar as perdas e a luta de povos tradicionais durante a pandemia da Covid-19.

4.2.2. A questão territorial

Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real trazem a defesa de seus territórios já no nome de suas organizações (periferia e Amazônia). A demarcação territorial é um elemento importante para ambas, como vemos em suas linhas editoriais e no perfil de suas co-fundadoras, que possuem um olhar de dentro da região. O mesmo pode ser evidenciado nas reportagens aqui analisadas.

A ênfase dada ao CEP é um elemento presente em todas as reportagens que lemos do Nós, mulheres da periferia. Essa é uma constatação de Roviada (2018) sobre as iniciativas de jornalismo periférico de forma geral. No Nós, MDP, percebe-se que a região em que as entrevistadas moram e/ou trabalham é uma informação que acompanha todas as reportagens. É comum também apontarem as distâncias que elas percorrem em suas rotinas, suas condições de mobilidade, as diferenças geográficas e identitárias que separam uma região das outras. A localidade das fontes entrevistadas, o lugar de onde se fala e o espaço que ocupam são elementos que recebem destaque maior do que aqueles priorizados pelo jornalismo convencional, como a idade e a profissão (não que estes não sejam mencionados).

Se o espaço territorial é constituído por àquelas/es que ali habitam, suas narrativas são importantes para caracterizar as periferias (ROVIDA, 2018).

Em “*Covid-19: professoras da periferia explicam...*”, a repórter Jessica Moreira cita a distância que separa duas das educadoras entrevistadas. Suas realidades são diferentes, apesar das semelhanças compartilhadas. “*Separadas por 54,2 quilômetros - primeira em Caieras, ao norte da Grande São Paulo, e a segunda em Itapecerica da Serra, ao sul da Grande São Paulo*” (MOREIRA, 2020). Ambas trabalham na mesma região em que residem, assim como as profissionais de saúde da reportagem “*Trabalhadoras da saúde relatam desafios...*” (PEDRINA, 2020). A reportagem também salienta através das entrevistas que, muitas vezes, é o CEP que determina o direito ou não à educação (MOREIRA, 2020).

As entrevistadas, por pertencerem ao território, denunciam as precariedades e carências de seus bairros. Mas não é só isso que marca a identidade territorial das periferias. Contra o estigma de que esses territórios carregam somente a violência e pobreza (D’ANDREA, 2020), na reportagem “*Amamentação em tempos de Covid-19...*”, a profissional de relações públicas Bárbara Lima destaca a distância da família após se mudar para a região central de São Paulo como um aspecto que dificultou a sua maternidade durante a pandemia, isolada longe de sua rede de apoio (PENINA, 2020).

Outra questão do Nós, MDP que merece ser mencionada são os quilombos como territórios de potência e auxílio às periferias na pandemia. Mais especificamente, o Quilombo da Parada, localizado a 85 quilômetros do centro de São Paulo, segundo a reportagem “*Desempregadas e sem renda, mulheres...*”, que também explica que ele é “*um espaço urbano construído pelas mãos de mulheres negras, localizado entre as remanescências da Mata Atlântica e o concreto da periferia da Parada de Taipas, zona norte da capital paulista*” (PEDRINA; MOREIRA, 2021).

O Quilombo da Parada tornou-se ponto de acolhida para as famílias do entorno, principalmente mulheres, jovens e crianças. Isso se dá também pela atuação do Instituto Esperança Garcia, espaço de formação artística e cultural para crianças da região, criado em 2011, do qual o quilombo é sede. Na pandemia, o espaço passou a organizar a distribuição de cestas básicas para as famílias vizinhas do quilombo. O contato das repórteres com a Sirlene de Jesus Santos, arte-educadora e responsável pela articulação entre comunidade e quilombo, demonstra bem a questão territorial: “*Ao caminhar com Sirlene pelas ruas que rodeiam o quilombo, é possível sentir como a comunidade reconhece o espaço como um lugar de referência. ‘E as atividades, já voltaram?’, perguntam ansiosas tanto as crianças, quanto as mulheres*” (PEDRINA; MOREIRA, 2021).

Em relação à Amazônia Real, o território também é demarcado nas reportagens. Em

todas as publicações, a informação do município e do estado em que o/a jornalista se encontra antecede o primeiro parágrafo. Nas matérias da nossa análise, são todas de Manaus/AM. Enquanto em Nós, MDP, a informação que acompanha as fontes é o bairro, no Amazônia Real é a etnia, a comunidade e, em alguns casos, a língua das populações indígenas entrevistadas.

Em “*Mulheres relatam os desafios dos três meses de pandemia em Manaus*” (SANTOS, 2020a) a primeira entrevistada da matéria é a Marinete Almeida, artesã e líder indígena do povo Tukano. Evidenciar a etnia, de indígenas aldeados e não aldeados como Marinete, demonstra a preocupação da iniciativa em não apagar as diferenças étnicas e territoriais. Junto ao nome, a reportagem indica que Marinete é também membra da Associação das Artesãs Indígenas da Amazônia Viva (Aaimav) e do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus (FPMM) (SANTOS, 2020a). Os vínculos institucionais, com associações e organizações, quando existem, também compõem a apresentação das fontes.

As populações indígenas nas reportagens de Amazônia Real não ocupam somente a função de personagens da história. São valorizadas como fontes especialistas e oficiais, como representantes de órgãos e entidades que atuam em defesa dos povos tradicionais. Um exemplo é a Marcivana Paiva, coordenadora da Copime, mencionada anteriormente. Ela é a fonte oficial em mais de uma reportagem (FARIAS, 2021; FARIAS, 2020b).

A escolha das fontes não-indígenas da Amazônia Real também revela uma demarcação territorial. As fontes especialistas (SCHMITZ, 2011) são em sua grande maioria da região amazônica. A reportagem “*Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas*” (SANTOS, 2020b) traz apontamentos de ativista, pesquisadora e advogada, todas do Amazonas. São elas, respectivamente, a presidente da Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do Estado do Amazonas (Assotram), Joyce Gomes, a coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Lidiany Cavalcante, e a membra da Comissão Especial Mista de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-Amazonas, Raquel Natalina (SANTOS, 2020b). Isso demonstra uma descentralização das fontes de informação (AGUIAR, 2016), que no jornalismo ‘nacional’ ainda é muito localizado nos eixos Rio-São Paulo.

Também são privilegiadas as fontes oficiais que têm proximidade com o território, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). São dessas organizações que vêm os dados sobre infecções e mortes por Covid-19 em povos indígenas utilizados na reportagem “*Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19*” (LOBATO, 2020). A

organização não se baseia somente nos levantamentos oficiais, justamente pela não inclusão de indígenas em zona urbana ou áreas ribeirinhas, como revela a reportagem “*Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia*” (FARIAS, 2021).

Ainda assim, a Amazônia Real cita em suas reportagens os órgãos do governo, como o Ministério da Saúde, a Fundação de Vigilância em Saúde do Governo do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, e os procuram para darem suas versões dos fatos reportados. Em “*Pandemia deixa população LGBTI...*”, por exemplo, a reportagem dedica um espaço para a resposta do governo estadual, representado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), e do governo municipal. Ambas apresentam, por meio de nota, o que as autoridades propõem para reduzir as vulnerabilidades de LGBTI durante a pandemia. A reportagem também apresenta o contraponto, que aparece nas falas das entrevistadas. A advogada Raquel denuncia a falta de programas efetivos da prefeitura: “*Eles preferem acreditar que a distribuição de preservativos é o suficiente. Agindo de forma hipócrita, pois todos os LGBTI+ são cidadãos, que pagam impostos e têm o direito de serem respeitados e terem preservados seus direitos hoje tão vilipendiados*” (SANTOS, 2020b). A reportagem finaliza com uma observação da pesquisadora Lidiany “[...] *estamos no meio de uma pandemia e não ouvimos falar de campanhas para LGBTs. É como se essas pessoas não existissem*” (SANTOS, 2020b).

A utilização de fontes próximas ao território como oficiais também é observada em Nós, MDP. A organização, frente às discrepâncias dos impactos da Covid-19 entre centro e periferias, produziu seus próprios levantamentos, como o Boletim Curva das Periferias. Assim como a Amazônia Real, recorre às fontes oficiais ‘tradicionais’, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Fiocruz e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mas não deixa de inserir levantamentos mais próximos da realidade em que está inserida, como o Data Favela e o Instituto Pólis.

Além das pautas, é na escolha de fontes e dados utilizados que percebemos a proximidade identitária e territorial (AGUIAR, 2016) de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real com as populações que buscam retratar em suas reportagens.

4.2.3. A subjetividade e a dialogia no jornalismo

a) Nós, mulheres da periferia

Moraes (2019) traz o jornalismo de subjetividade como uma forma de não excluir da produção jornalística as emoções, a proximidade com a realidade reportada, os detalhes da vida cotidiana. A reportagem *‘Trabalhadoras da saúde relatam desafios...’* (PEDRINA, 2020) carrega aspectos da prática jornalística subjetiva a começar pela sua estrutura inicial. O primeiro parágrafo não segue a ordem do lead tradicional (o quê, quem, quando, onde, como e por quê?). Inicia com questionamentos feitos às entrevistadas: *“Quais sentimentos e desafios permeiam o cotidiano das trabalhadoras da área da saúde que estão na linha de frente no combate ao Covid-19? Como essas mulheres, sujeitas à exposição da doença, encaram a volta para suas casas, para os seus filhos e demais familiares depois de um dia de trabalho? Como avaliam a estrutura de saúde para o acolhimento de pessoas que estão com coronavírus ou com suspeitas de terem a doença?”* (PEDRINA, 2020). Mostra, a partir daí, que a reportagem não enfoca somente na rotina de trabalho das profissionais, mas também em como conciliam o enfrentamento à Covid-19 com a vida pessoal.

Em diferentes momentos, a repórter Bianca Pedrina se coloca no texto e, no terceiro parágrafo, revela sua proximidade com as entrevistadas: *“Mulheres que estão próximas a mim, a minha mãe e a minha família. Trabalhadoras que compartilharam um pouco de sua vivência[...]*” (PEDRINA, 2020). Em outro trecho, ela relata que *“Priscila, assim como Bárbara, faz parte da minha família. Mesmo com o isolamento social, saber do mesmo que ambas estão vivenciando nos aproximou”* (PEDRINA, 2020). A reportagem vai contra as ideias de distanciamento e neutralidade perante as fontes, noções comuns ao jornalismo massivo/colonizador (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019).

O jornalismo de subjetividade defendido por Moraes (2019) enxerga a emoção como um ganho ao texto jornalístico. Esta também não é escondida pela repórter, que imprime suas percepções pessoais. *“Saber que Bárbara passa pelo medo constante de contaminar a família me comoveu”* (PEDRINA, 2020), escreve Bianca em outro trecho, revelando, também, um exercício da alteridade da repórter (SILVA, 2010). O afeto não é retirado ou distanciado da reportagem e, como pontua Medina (2014), é somente no contato direto com o mundo vivo que o repórter poderá orquestrar a voz coletiva.

A dialogia da qual Medina (2011) fala diz respeito a uma prática jornalística que estabeleça uma real aproximação entre comunicador/a e fonte, na qual o/a entrevistado/a seja

retratado como sujeito e não como objeto. Vemos nas reportagens do Nós, MDP uma ênfase nas vozes das entrevistadas, o que sugere a presença de polifonia nas reportagens. “*É nas vozes de todas elas que Nós, mulheres da periferia explicamos por que o direito constitucional à educação está sendo colocado, mais uma vez, à deriva*”, enfatiza a reportagem “*Covid-19: professoras da periferia explicam...*”, ainda nos primeiros parágrafos (MOREIRA, 2020). O direcionamento de que a pauta será abordada a partir das perspectivas das entrevistadas é expresso também na linha fina, que indica que “*professoras, mães e estudantes explicam como a pandemia [...] está afetando suas vidas e o direito à educação*”. (MOREIRA, 2020). O mesmo ocorre em outras reportagens. “*Confira a história de mulheres do Quilombo da Parada, na cidade de São Paulo [...]*”, descreve a linha fina de “*Desempregadas e sem renda, mulheres...*” (PEDRINA; MOREIRA, 2021). Ou, ainda, “*Quais os sentimentos e desafios permeiam o cotidiano das trabalhadoras da área da saúde[...]*”, indica a linha fina de “*Trabalhadoras da saúde relatam...*” (PEDRINA, 2020)

Esse protagonismo das entrevistadas também revela uma preocupação de Nós, MDP em não utilizar a comunicação como um instrumento verticalizado, como Torrico (2019) percebe na Comunicação Ocidental. As jornalistas não ocupam uma posição de detentoras do conhecimento ou dos fatos, apesar de compartilharem do mesmo território que suas fontes. Ao recorrerem a diferentes perspectivas e vivências de mulheres periféricas, se valem de sua voz para dar voz às outras (MEDINA, 2014). Além disso, muitas das entrevistas trazem aspectos da vida pessoal, do trabalho, os sentimentos em relação à pandemia, as dificuldades e a esperança de dias melhores. Suas fontes não ocupam uma única função na reportagem, são apresentadas em sua complexidade.

A professora Janaina da reportagem “*Covid-19: professoras da periferia...*”, por exemplo, fala sobre as dificuldades de ensinar os alunos que moram no extremo sul da capital, na região do Valo Velho, onde “*a maioria não possui computador em casa e, muitas vezes, dividem o aparelho com os demais membro da família*”, mas também enfrenta desafios pessoais, pois divide-se entre ficar disponível o dia todo para os/as estudantes e para a filha, além dos afazeres com a casa (MOREIRA, 2020).

As entrevistas também conseguem dar rosto aos dados e estatísticas trazidos pelas reportagens, de forma que aproxima o/a leitor/a da realidade apreendida. Em “*Desempregadas e sem renda, mulheres...*”, uma pesquisa do DataFavela evidencia que 68% dos/as respondentes de um questionário tiveram uma piora na sua alimentação com a pandemia. Mas é na história de Maria de Lourdes, conhecida como Dona Preta, que a insegurança alimentar, frente à alta no preço dos alimentos, fica evidente: “*Não estou*

comendo carne porque está muito cara, mas o resto: fruta, verdura, tem graças a Deus. E essa ajuda da cesta, que já é o básico. Se vou comprar, só vou comprar algum material de limpeza, que o arroz e feijão já tem”, diz ela à reportagem (PEDRINA; MOREIRA, 2021).

A relação dialógica com as entrevistadas também pode ser vista em trechos que as repórteres procuram descobrir seus anseios, desejos, sonhos para o futuro. *“Querida que o nosso governo vacinasse todo mundo pra vida da gente voltar ao normal. [...] As pequenas coisas da vida que antes não faziam falta, hoje faz: estar na casa de um amigo, de um parente que não pode abraçar, são essas coisas”,* compartilha Dona Preta. Na mesma reportagem, Eliane concorda e diz que seu maior sonho *“é a gente passar com vida por essa pandemia, que a gente possa encontrar as pessoas que a gente gosta, e passar por ela com saúde”* (PEDRINA; MOREIRA, 2021).

b) Amazônia Real

Diferente do Nós, mulheres da periferia, as reportagens da Amazônia Real guardam relações mais estreitas com os formatos noticiosos da grande imprensa. Suas pautas são distantes do jornalismo convencional ao trazerem as populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e tantas outras questões da Amazônia que não recebem atenção midiática, salvo exceções, como escândalos envolvendo desmatamento, por exemplo. No entanto, o formato textual das reportagens segue, em grande parte, o modelo jornalístico convencional. Não é comum (e não encontramos durante a busca pelas matérias) reportagens escritas em primeira pessoa, como é o caso da matéria do Nós, MDP mencionada no item anterior.

Um dos motivos para isso, provavelmente, é a trajetória profissional das co-fundadoras. Kátia e Elaíze trabalharam por anos em redações tradicionais antes de lançarem o seu próprio empreendimento jornalístico. Com isso, utilizaram as experiências anteriores na profissão, bem como as suas insatisfações com o mercado (RIBAS, 2017), para fundar a primeira agência de jornalismo investigativa sem fins lucrativos da Amazônia. O tom pessoal é deixado para os textos de colunistas e artigos de opinião, presentes no conteúdo da agência, e as reportagens não incorporam explicitamente a visão do/a repórter. Uma divisão que é replicada de jornais convencionais.

Isso não quer dizer que o jornalismo de subjetividade não esteja presente na Amazônia Real. Moraes (2019, p. 209) diz que a subjetividade “não repousa apenas na questão emoção”, é também uma forma de desestabilizar representações estigmatizantes de pessoas, grupos e lugares. Na reportagem *“Jovens indígenas se reinventam...”*, por exemplo, os jovens não

compõem a reportagem somente pela identificação indígena, mas também relatam suas aspirações como estudantes, trabalhadores e comunicadores (LOBATO, 2020). O jovem Puré Juma destaca que sua rotina diária tem sido as aulas virtuais do Ensino Médio e a prática do Muay Thai, também instruída de forma online pelo professor. Já a estudante Hamangai Melo Pataxó, além das aulas remotas da universidade, têm se inserido em grupos de trabalhos sobre Gênero da rede Engajamundo, uma organização que incentiva a participação de jovens em espaços de decisão e discussões globais (LOBATO, 2020). Essa forma de apresentar as juventudes indígenas, não atribuindo-lhes apenas o pertencimento étnico, entra em consonância com as características do jornalismo de subjetividade.

O jornalismo convencional tende a escutar fontes indígenas somente em pautas sobre meio ambiente ou em questões propriamente das comunidades locais (quando estas conseguem uma abrangência nacional). Ocorre, também, uma redução da cobertura na Amazônia ao desmatamento (DIEB, 2022) e ignora outras demandas e assuntos importantes da região. A Amazônia Real também recorre a fontes indígenas em outras pautas que não remetem aos povos originários. Como por exemplo, na reportagem *“Mulheres relatam os desafios...”* a liderança do povo Tukano, a Marinete Almeida, fala sobre a maternidade, a gestação e o luto após a perda da mãe durante a pandemia (SANTOS, 2020a).

A subjetividade na Amazônia Real também se apresenta em suas editorias que, além das comuns ao jornalismo convencional (Política, Economia e Cultura), há as que marcam as pautas de maior interesse da agência: Meio Ambiente, Povos Indígenas e Questão Agrária.

Assim como em Nós, MDP, as/os repórteres da Amazônia Real estabelecem uma relação dialógica com os sujeitos entrevistados/as. Em primeiro lugar, por não reproduzirem um olhar exótico ou colonizador sob as populações retratadas, como Quijano (2005) percebe nas relações coloniais. Um motivo para isso não ocorrer é que a organização é criada e alimentada pelo olhar ‘de dentro’. Elaíze é amazonense, remanescente do povo Sateré Mawé e de origem ribeirinha, e Kátia, mesmo sendo natural do Ceará e criada no Rio de Janeiro, chegou à Amazônia no início dos anos 1990 (MEDEIROS, 2021). Essas identidades e o pertencimento ao território moldam suas práticas jornalísticas, afinal, os atributos, valores e posicionamentos do/a repórter não se desvinculam do/a profissional quando vai trabalhar, estão intrínsecos à práxis (VEIGA DA SILVA, 2010).

Um exemplo da prática dialógica e subjetiva na Amazônia Real é percebida na reportagem *“Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia”* (2021), escrita por Elaíze. Para explicar como os indígenas foram esquecidos na pandemia pelas autoridades públicas da saúde, nas esferas municipal, estadual e federal, Elaíze faz uma retrospectiva da

história da artesã e agricultora Terezinha Ferreira de Souza, do povo Sateré-Mawé. Apesar do alívio ao ser vacinada nos primeiros meses de 2021, ela lutou para sobreviver à Covid-19 em junho de 2020. Entre idas e vindas a unidades de saúde, o primeiro obstáculo foi quando precisou ser internada. *“Queriam registrá-la como “parda” e não como Sateré-Mawé. Ficou 14 dias internada, recusou ser intubada, recorreu escondida a medicamentos tradicionais indígenas e sonhou que recebeu auxílio de três pajés durante o tempo em que ficou hospitalizada”* (FARIAS, 2021).

A história de Terezinha abre a reportagem. O encontro entre a repórter e a fonte é humanizado, como defende Medina (2014) para que a prática jornalística seja verdadeiramente dialógica. Elaíze não desconsidera as crenças e a ancestralidade de Terezinha, que conta à reportagem sobre a experiência de ser tratada por pajés enquanto dormia na internação e da ajuda de plantas medicinais. *“Teve uma vez que uma técnica em enfermagem perguntou discretamente: ‘A senhora não trouxe nenhum remédio caseiro? Se trouxe, tome’. A gente fica nas mãos dos médicos, mas só Tupana (Deus) para nos curar”*, diz a liderança indígena à reportagem (FARIAS, 2021).

Segundo Farias (2021), Terezinha foi a única indígena de contexto urbano em Manaus a ser internada na ala destinada a indígenas do hospital, que aconteceu por pressão de amigos e familiares que fizeram uma manifestação. *“O barulho deu certo, mas o acesso à ala especial do hospital não se repetiu em momento algum para outros indígenas doentes que vivem na capital amazonense”*, enfatiza a coordenadora da Copime, Marcivana Paiva. Em outro trecho, Marcivana relata que a crise da Covid-19 mostrou o que, há muito tempo, estava maquiado no cuidado aos povos originários: *“As subnotificações sempre existiram, assim como a falta de acesso à educação, ao saneamento básico, a falta de atenção médica”* (FARIAS, 2021). Nessa reportagem, as fontes enfatizam o que já vinha sendo desenhado por associações indígenas, como a APIB, desde o estágio inicial da pandemia no país: o racismo institucional impõe barreiras intransponíveis para a saúde indígena, como elucidamos no capítulo contextual (tópico 2.1.1).

O olhar de dentro da Amazônia Real permite que as reportagens sejam cúmplices de uma narrativa polifônica, polissêmica, que compreenda as particularidades da região e dos povos tradicionais e que não os retratem como sinônimos de passado. É um destaque feito por Elaíze Farias, durante a homenagem que ela e Kátia receberam da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) no 16º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, em 2021. Em sua fala, ela também evidencia o papel do/a jornalista na cobertura sobre a Amazônia:

“[...]as populações amazônicas não estão paradas no tempo. Elas estão sempre se reinventando e isso não é apenas uma forma de reinvenção para se manter, mas é uma estratégia de luta. É uma estratégia identitária. Não vejo a Amazônia como uma região estagnada. Não olhem a Amazônia com o senso comum. Vejam a Amazônia com outro olhar. Os jornalistas também precisam se reinventar para cobrir a Amazônia, para compreender a Amazônia” (LIMA, 2021)

4.4. AS PAUTAS JORNALÍSTICAS E OS MARCADORES SOCIAIS: A INTERSECCIONALIDADE NOS SITES

Em nosso percurso metodológico, utilizamos os marcadores para definir as palavras-chave utilizadas em nossas buscas. Do total de matérias encontradas, 33 do Nós, mulheres da periferia e 68 da Amazônia Real, nove e seis, respectivamente, aparecem em buscas de, no mínimo, quatro dos cinco marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe e território). Com base na nossa leitura dessas 15 reportagens, elencamos em quais eixos temáticos cada uma se enquadra, sendo eles: Trabalho, Educação, Violência, Saúde e Maternidade.

Outros critérios, mencionados no capítulo 1, nos ajudaram a reduzir nosso corpus de análise para oito reportagens, quatro de cada iniciativa jornalística. Dessas, considerando os dois sites, a pauta mais presente é o Trabalho (presente em seis reportagens), enquanto nas outras, há um equilíbrio: Saúde (2), Maternidade (2) e Educação (2). Lembrando que, algumas matérias se encaixam em mais de um eixo. Violência foi a única pauta que ficou fora da análise, pois estava presente em apenas uma reportagem do Nós, MDP e não levou a assinatura de nenhuma jornalista. A Saúde, apesar de ter um enfoque maior em duas delas, permeia todas as matérias pela questão da pandemia. Por isso, essa parte da análise centraliza a questão do trabalho, da educação e da maternidade, pautas que se conectam em determinados momentos (como por exemplo, em *‘Covid-19: professoras da periferia explicam...’*, do Nós, MDP) e que são uma amostra do conteúdo jornalístico produzido pelos dois sites durante a pandemia.

4.4.1. Trabalho

“Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar

das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas (VERGÈS, 2020, p. 12).

O trecho retirado do prefácio de Vergès (2020) à edição brasileira de *Um feminismo decolonial* traz um aspecto importante sobre a realidade de muitas mulheres negras e periféricas. São mulheres que “abrem a cidade” ao realizarem o trabalho invisível e mal remunerado de limpar as ruas, os escritórios, restaurantes, hospitais, universidades. Espaços que serão usufruídos pelo capitalismo (VERGÈS, 2020). Trabalhadoras como Bárbara Cristina que, há 13 anos atua na limpeza urbana de São Paulo e não pôde parar durante a pandemia, apesar do medo de adoecer. Ela continuou sua rotina, que começa antes do sol, às 4h30 da manhã, no transporte público, como relata em reportagem do *Nós*, mulheres da periferia (MOREIRA, 2020b). Assim como Bárbara, tantas outras mulheres não tiveram a opção do isolamento remunerado. Como diz Vergès (2020, p. 15), “o confinamento é uma política de ricos”.

O trabalho é uma pauta de destaque nas iniciativas jornalísticas analisadas. Das 15 reportagens que compõem nossa seleção, seis em *Nós*, MDP e quatro em *Amazônia Real* se enquadram neste eixo. A pandemia afetou diretamente as condições de trabalho e acentuou desigualdades, como explicamos no capítulo 2. A realidade de professoras, assistentes sociais, profissionais da saúde, trabalhadoras domésticas, assim como os desafios do desemprego, da manutenção da renda e do transporte público são alguns dos assuntos privilegiados por *Nós*, MDP durante a pandemia. Pautas similares à *Amazônia Real*, que apresenta as vulnerabilidades sociais da população LGBTI, indígena, mulheres amazonenses, e também entrevista trabalhadoras informais, que vivenciaram a instabilidade financeira causada pela falta de direitos trabalhistas, como profissionais do ramo da beleza, artesãs indígenas e comerciantes.

Durante a pandemia, o jornalismo deu enfoque para a atuação médica, afinal, foram e são trabalhadoras e trabalhadores essenciais no papel de orientação, atendimento e cuidado com pacientes infectados pela Covid-19. Há, no entanto, uma gama de profissionais da saúde tão fundamentais quanto e que não vislumbram a mesma posição de prestígio. É o caso das entrevistadas da reportagem ‘*Trabalhadoras da saúde relatam desafios...*’, que centraliza no papel de enfermeiras, técnicas de enfermagem e agentes de saúde, atuantes na linha de frente da Covid-19. São profissões, sobretudo a Enfermagem, predominadas por mulheres no Brasil. Segundo a pesquisa *Perfil da Enfermagem*, trazida pela reportagem, 85,5% dos profissionais no país são mulheres, um percentual que é maior que o mundial (80% do

segmento, segundo a OMS). O Brasil ainda se destaca por ser, de acordo com a OMS, “o que menos dá estrutura de trabalho adequado para essas profissionais. Em uma escala de 1 a 6, o país recebeu nota 2 quando se trata de direitos trabalhistas e estruturais” (MOREIRA, 2020b). Uma informação que demonstra a intersecção entre Classe e Gênero na reportagem.

Desde os primeiros meses de 2020, essas profissionais foram gravemente afetadas pelo vírus, como demonstra o levantamento do Conselho Federal de Enfermagem. “O número de enfermeiros e técnicos possivelmente infectados teve um aumento de 660% na última semana [segunda semana de abril/2020], e passou de 158 para 1203 casos. Deste percentual, boa parte dos trabalhadores era da enfermagem, sendo 83% mulheres”. Situação que é ilustrada pelas fontes. A técnica de enfermagem Priscila estava isolada e com sintomas da Covid-19 na época da publicação, mas não teve confirmação pela falta de testes para todos/as profissionais. “Sem ter o diagnóstico preciso, segue isolada na parte de cima da casa, e sua mãe e filho ficam no piso inferior” (MOREIRA, 2020b). Já a Renata, que é agente comunitária de saúde, denuncia a falta de equipamentos de proteção, tendo que recorrer às máscaras de pano compradas com o próprio dinheiro. “Proteção é complicado,[...] a demanda não vem para todo mundo. Nós precisaríamos de quatro por dia, pelas horas trabalhadas, mas na região em que atuo são 42 agentes comunitárias, não teria quantidade suficiente” (MOREIRA, 2020b).

A reportagem também reforça o que apontamos no capítulo contextual (cap. 2) sobre as condições de moradia e de isolamento nas periferias. Paloma, que trabalha em um posto de saúde do bairro em que mora (não identificados para preservar a identidade da fonte), na zona noroeste de São Paulo, relata o adensamento domiciliar e a escassez de água dos moradores. “As casas são pequenas e moram muitas pessoas. Em alguns locais não há saneamento básico, não há água encanada, ou convivem com o corte no abastecimento em grandes períodos do dia” (MOREIRA, 2020b). Podemos destacar que, nesta reportagem, três dos cinco marcadores sociais se sobressaem. Território - no vínculo com a periferia; Classe - pela ênfase nas precariedades habitacionais e nas questões trabalhistas; e Gênero - através da perspectiva das entrevistadas. A questão racial não é expressa neste texto jornalístico, mas, com base nas fotografias, podemos afirmar que a reportagem conta com a visão de mulheres negras para a construção do texto.

Além do trabalho com a saúde, os efeitos da pandemia para outros grupos de trabalhadoras/es também compõem as matérias analisadas. Em “Mulheres relatam os desafios...”, da Amazônia Real, as entrevistadas revelam a insegurança do trabalho

informal. A manicure Any Martins, que trabalhava em uma franquia de salões de beleza quando despontou a pandemia, não teve a renda salarial mantida. A repórter menciona que *“o que tem sustentado ela, o marido, as duas filhas, um filho, uma nora e uma neta de 3 meses são as cestas básicas doadas pelos patrões, a solidariedade de amigos e os 600 reais do auxílio emergencial do governo federal”* (SANTOS, 2020a). A preocupação com as mudanças súbitas na renda transparece nas falas de todas as entrevistadas da reportagem.

A também manicure Débora Matos relata que todos da casa (ela, o marido e seus dois irmãos mais novos) sentiram os sintomas da Covid-19. Com os salões de beleza fechados, o sustento da casa teve que ser mantido somente pelo marido, que trabalha na área de logística. Na família de Gabriela, a infecção pelo vírus também ocorreu nos primeiros meses de pandemia. Apesar dela e da irmã apresentarem sintomas leves, a mãe precisou ficar um mês em casa, longe do trabalho, para se recuperar. A reportagem não informa a ocupação de Meire, mãe da Gabriela, mas demonstra a preocupação de Gabriela se os direitos trabalhistas da mãe serão mantidos. Ela também relata que teve que mudar sua área de atuação para subsidiar parte da renda familiar, que é mantida somente por mulheres. Recém formada como atriz, ela era empreendedora no ramo de festas infantis e passou a trabalhar com a produção de doces (SANTOS, 2020a). As entrevistas corroboram com as preocupações de Costa Silva (2020) sobre as vulnerabilidades da pandemia para ocupações informais e autônomos, que se viram sem mecanismos de proteção social.

Dentre as reportagens analisadas, a questão do desemprego é preponderante em *“Desempregadas e sem renda...”*, de Nós, MDP, que conta a história de mulheres, moradoras da região norte de São Paulo, que perderam seus empregos por causa da pandemia (PEDRINA; MOREIRA, 2021). Maria de Lourdes, Eliene e Katia, frente às dificuldades financeiras, insegurança alimentar e ausência do Estado, encontraram apoio no Quilombo da Parada, no qual há uma organização que distribui cestas básicas para as famílias que vivem no entorno. *“Com a pandemia, acabei não podendo mais trabalhar, porque servia cliente, tinha contato com muita gente, e a empresa era terceirizada, acabou me mandando embora”*, revela Eliene, que era copeira em uma agência bancária (PEDRINA; MOREIRA, 2021). A reportagem aponta que a alta no preço dos alimentos, da energia elétrica, do gás e de medicamentos atingiu principalmente as famílias mais pobres. *“Nas periferias, não faltam relatos de dificuldades financeiras e pedidos de ajudas, sobretudo de mulheres”*, escrevem as jornalistas Bianca Pedrina e Jéssica Moreira. As repórteres não espetacularizam a pobreza e a história das entrevistadas. Não há fotos das personagens e, apesar das entrevistas serem coletadas durante uma doação de cestas básicas que o Nós, MDP contribui, as jornalistas

não ocupam um papel de heroínas ou salvadoras, como ocorre, muitas vezes, no jornalismo massivo ao noticiar a pobreza (MORAES, 2019).

A exclusão no mercado de trabalho também é causada por fatores que antecedem à Covid-19. Em “*Pandemia deixa população LGBTI...*”, da Amazônia Real, a presidente da Assotram, Joyce Gomes, expõe a falta de oportunidades para travestis e homossexuais como um dos motivos que as levam à prostituição. “*Algumas deixaram de ir para a rua trabalhar, mas outras continuam se expondo para levar o sustento para casa, porque a maioria é provedora do seu próprio lar, têm contas para pagar, como aluguel*” (SANTOS, 2020b). Para as populações indígenas, a questão do trabalho aparece na reportagem “*Jovens indígenas se reinventam...*”. Samela, jovem liderança indígena e estudante, fala sobre o impacto do fechamento de feiras e comércios, onde os artesanatos confeccionados por ela e outras mulheres da família eram vendidos. Com a falta de alimentos para os Sateré-Mawé, elas começaram a produzir máscaras de pano. “*Foi uma alternativa para manter nossos subsídios, além de ser uma forma de nos reinventarmos*”, diz a jovem à reportagem (LOBATO, 2020).

Percebe-se, nas pautas que se enquadram no eixo do Trabalho, que os marcadores de Classe e Gênero estão sempre associados. Os desafios para manter a renda, a alimentação e outros direitos humanos básicos, bem como a incerteza quanto aos direitos trabalhistas, estão presentes nas falas de mulheres entrevistadas em todas as reportagens. Suas posições e lugares de fala também demonstram a articulação com outros marcadores: quem denuncia essas precariedades são mulheres trabalhadoras periféricas, ativistas LGBTI, mulheres negras e indígenas. Demarcando que, além de Gênero e Classe, os marcadores de Raça, Etnia e Território também compõem as reportagens sobre a pauta Trabalho.

4.4.2. Maternidade

Uma das pautas presentes na análise é a Maternidade, principalmente na reportagem “*Amamentação em tempos de Covid-19...*” e em “*Covid-19: professoras da periferia explicam...*”, ambas do Nós, MDP. A segunda, apesar de não fazer menção no título, indica na linha fina que a repórter ouviu mães e alunas, além das educadoras. A sobrecarga materna, a gestação durante a pandemia e o cuidado (não só com os filhos, como também com familiares e com a casa) também estão expressas em outras reportagens através das perspectivas das fontes. Como por exemplo, na reportagem da Amazônia Real “*Mulheres relatam os desafios...*” e em “*Trabalhadoras da saúde relatam...*”, do Nós, MDP.

Importante não partirmos de uma visão universalizante das mulheres (CARNEIRO, 2003) quando falamos em maternidade. No contexto pandêmico, a professora Janaina teve que lidar com a demanda do/as alunos/as e das aulas ministradas dentro de casa, no mesmo ambiente em que precisa conciliar o cuidado com a filha e com os afazeres domésticos (MOREIRA, 2020). A Paloma, por atuar na saúde, continuou o trabalho fora de casa. Mas, com o medo de adoecer e infectar os filhos, principalmente sendo um deles asmático (PEDRINA, 2020). Para a artesã indígena Marinete os desafios foram outros: grávida e enfrentando o desemprego, ela também se preocupou com a mudança de rotina ocasionada pela pandemia para o filho mais velho, que é autista (SANTOS, 2020a).

Com angústias e rotinas distintas, o que essas mães têm em comum é a sobrecarga e a exaustão durante - e provavelmente antes - a pandemia. Em *“Covid-19: professoras da periferia explicam...”*, a estudante de Biblioteconomia Érica Barbosa, 30, relata que tem se dividido entre “aulas da faculdade, amamentação da caçula, serviços domésticos e auxílio principalmente do mais velho, que já estava no Ensino Fundamental” (MOREIRA, 2020). Mãe de três filhos, Érica afirma que as obrigações são compartilhadas com o companheiro, mas a carga desigual transparece em sua fala. *“O pai pode estar em casa, mas é sempre a mãe que eles querem, que eles solicitam o dia inteiro. O tempo que estavam na escola era o tempo que eu podia me dedicar a fazer as minhas atividades”* (MOREIRA, 2020).

A reportagem *“Amamentação em tempos de Covid-19...”*, ao tratar das orientações de como amamentar em casos de infecção pelo vírus, considera as particularidades da maternidade a depender dos marcadores sociais de cada mãe. Na contextualização da importância e dos benefícios da amamentação, a reportagem enfatiza que um dos fatores que corrobora para o desmame precoce é o esgotamento materno, e *“o impacto é ainda maior para as mulheres que atuam na informalidade ou que exercem a maternidade solo, acumulando mais jornadas de trabalho”* (PENINA, 2020). A dimensão racial também é exposta através da perspectiva da doula Daniella de Oliveira. Ela não é entrevistada pela repórter, mas seus questionamentos presentes em post do Instagram constam na reportagem.

A publicação da doula (de 13 de agosto de 2020) fala sobre a exploração histórica dos corpos de mulheres negras escravizadas que, obrigadas a serem amas de leite e impedidas de alimentarem seus próprios filhos, tiveram seu direito à maternidade negado. A repórter Mayara Penina também grifa uma constatação da doula sobre os dias atuais: *“O machismo diz que nossos corpos existem para o deleite masculino e, portanto, os seios de fora para amamentar é uma provocação, exibicionismo. Somando-se, no caso das mães negras, ao racismo que hipersexualiza seus corpos”* (PENINA, 2020).

A reportagem *“Covid-19: professoras da periferia explicam...”* também traz o recorte racial ao destacar, em olho, a informação de que *“mulheres dedicavam 18,1 horas por semana, com cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, sendo que entre as mulheres negras, essa média sobe para 18,6 horas semanais”* (MOREIRA, 2020).

Os impactos da pandemia na saúde mental de mães são evidenciados em *“Mulheres relatam os desafios...”*. Segundo a reportagem, a angústia de Marinete aumentou em abril de 2020, quando gestantes e puérperas foram incluídas no grupo de risco da Covid-19. A artesã conta que ter uma gestação durante a pandemia foi traumático. *“Fiquei e estou muito abalada, porque isso mudou a rotina de muita gente, imagina de uma grávida? [...] tem hora que bate uma depressão, porque não sabemos se vai melhorar ou piorar. Eu estou com uma bebê nova, que exige cuidados redobrados...é o medo que nós temos”* (SANTOS, 2020a).

Já em *“Amamentação em tempos de Covid-19...”* é possível notar a diferença que uma rede de apoio estruturada faz para mães puérperas, especialmente durante a pandemia. Apesar do cansaço do cuidado de um recém nascido durante o isolamento social, Bárbara Lima pode contar com o acompanhamento de profissionais e apoio do companheiro. *“A sorte é que estou fazendo acompanhamento com terapeuta, ginecologista e pediatra. Eu consegui passar por isso com uma rede de apoio”*, conta a profissional de Relações Públicas (PENINA, 2020).

Com base nas reportagens, podemos destacar que as vivências e experiências de mães durante a pandemia aparecem em ambos sites, não somente quando a pauta é a maternidade. Além disso, no caso do Nós, MDP, há a dimensão racial nas duas reportagens que trazem a Maternidade como pauta, reforçando dois marcadores defendidos na linha editorial da iniciativa jornalística: Gênero e Raça. As entrevistas também revelam que as mães estão sobrecarregadas. Além do cuidado com os filhos, há as preocupações com o trabalho, com a casa, com o estudo das crianças durante a pandemia e com o vírus. Compactua com a afirmação de que a Covid-19 é uma crise do cuidado, como relata a pesquisa *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia (2020)*, mencionada também no capítulo contextual. Segundo a pesquisa, o apoio às mulheres, que já era insuficiente, foi reduzido durante a pandemia da Covid-19.

4.4.3. Educação

Por último, a Educação como um eixo temático das reportagens ganha relevância em

“Covid-19: professoras da periferia explicam...”, do Nós, MDP, e em “Jovens indígenas se reinventam...”, da Amazônia Real.

As condições de acesso à educação são desiguais a depender do bairro e região em que se mora, enfatiza a reportagem do Nós, MDP, que aborda as dificuldades para estudantes periféricos acompanharem as aulas no ensino remoto. O principal empecilho é o acesso à internet. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), “entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular”, enfatiza um olho da reportagem (MOREIRA, 2020). No subtítulo ‘Onde o Google Classroom não chega’ consta relatos que a professora Janaina ouviu logo no início das aulas remotas: “Professora, como é que eu vou fazer lição com meu filho se eu só tenho um celular e eu tenho quatro crianças? Meu celular não é um celular tão potente, então, não posso baixar lição assim para todo mundo”, conta à reportagem a professora, que ouviu da mãe de um dos alunos (MOREIRA, 2020).

Na época da publicação (maio de 2020), discutia-se em nível nacional que a permanência do ENEM 2020 seria prejudicial para estudantes que não pudessem manter a mesma rotina de estudos. A reportagem conta que no mês anterior (abril de 2020), o então ministro da Educação Abraham Weintraub, afirmou em entrevista à Jovem Pan que “o objetivo do Enem é selecionar as pessoas mais qualificadas e inteligentes” (MOREIRA, 2020). A reportagem menciona o comentário e traz professoras que contrapõem a fala: “[...]o não adiamento do ENEM é um processo de seleção, um processo de seleção do qual vai entrar somente a elite”, diz a professora Joice. Já a professora Iracema critica que as desigualdades de acesso não foram consideradas no planejamento das secretarias de educação.

“A gente não pode falar que elas desconhecem a realidade, pois a gestão pública realiza levantamentos estatísticos sobre condições sociais de vida da população. Eles sabem onde estão as maiores dificuldades. Só que boa parte dos gestores de plantão não fazem política pública pensando nesses grupos sociais. Pensam primeiro, ou exclusivamente, em quem pode acessar. É sempre um pensamento meritocrático e excludente. Quem não pode, se vira”. Iracema Ribeiro, professora da USP, à reportagem (MOREIRA, 2020)

Além das professoras, a reportagem de Nós, MDP ouviu as alunas Maria Eduarda e Érica, como mencionado no tópico anterior. Para Érica, que é mais velha e mãe de três crianças, suas preocupações esboçadas na reportagem referem-se a tentar conciliar muitas atividades, ajudar o filho mais velho nos estudos e, enquanto isso, ter tempo para os trabalhos. A rotina de Maria Eduarda, de 17 anos, é outra. A estudante de escola pública e moradora do bairro Jardim Brasil fala sobre o desejo de cursar

Direito ou Fisioterapia, mas revela que, sem as aulas presenciais, não conseguiu manter a mesma rotina de estudos. *“Sem a escola, eu estou meio perdida nos meus estudos. Muitos nem ligam se estão indo na escola ou não. Mas, tanto eu quanto uma amiga queremos fazer o Enem e ficamos muito perdidas nos estudos”*, diz Maria Eduarda (MOREIRA, 2020).

Distante de Maria Eduarda, a estudante indígena Hamangai Melo Pataxó compartilha receios similares sobre o estudo e a pandemia, na reportagem da Amazônia Real. Ela tem acompanhado virtualmente as aulas da graduação em Medicina Veterinária, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e comenta os impactos na saúde mental do ensino remoto. *“Já tem uns 20 dias que eu tomo remédio e consigo dormir até às 5 da manhã”*, diz a jovem (LOBATO, 2020). Apesar disso, o estudo virtual também se apresenta na fala da estudante como uma ferramenta de politização e ampliação do conhecimento. Segundo a reportagem, a jovem está aprendendo a trabalhar com plataformas de comunicação na rede Engajamundo, mencionada anteriormente, e que ela faz parte. *“Estou conseguindo me inserir mais nos GT (grupos de trabalhos) de gênero que faço parte na rede, inclusive, vamos começar em breve nosso clube do livro no qual já estou ansiosa para as leituras”*, diz a estudante Pataxó (LOBATO, 2020).

Para outros alunos indígenas, como o Puré Juma, de 18 anos, a continuidade dos estudos implicou no distanciamento dos familiares. Ele conta à repórter que se sente sozinho na cidade, em Humaitá, a 250 quilômetros da aldeia Juma, apesar disso, optou por concluir os estudos do Ensino Médio e não colocar a família em risco (LOBATO, 2020).

No eixo Educação, podemos destacar que a dimensão territorial impõe diferentes obstáculos no acesso e nas possibilidades de estudo. Assim como para as mães, as reportagens evidenciam os prejuízos na saúde mental dos/as estudantes. A impossibilidade de acesso pleno à internet e a falta de atenção dos governos a essa questão estão presentes em ambas reportagens. A dimensão étnica também se faz presente. O conhecimento ancestral não deixa de ser mencionado pela estudante Hamangai, que também revela as preocupações com a falta de orientação sobre a Covid-19 para os anciões. *“Se a gente perde um ancião da aldeia, a gente perde um livro aberto. Ele é o que nos orienta em tudo, quando a gente perde, perdemos o livro, ele vai se fechar”* (LOBATO, 2020). A adição desta perspectiva da estudante na reportagem demonstra, também, o reconhecimento da Amazônia Real com os saberes ancestrais, que não são comumente associados ao ensino e à educação no jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se dividiu em dois movimentos a fim de investigar a cobertura jornalística sobre a Covid-19 realizada por organizações jornalísticas independentes. Em um primeiro momento, nossa preocupação residiu na busca por outras narrativas sobre a pandemia para além do discurso hegemônico de que estávamos todos e todas “no mesmo barco” (MATTA *et al.*, 2021), ou seja, evidenciar como as desigualdades interseccionais influenciaram na disseminação do vírus para populações periféricas, indígenas, de classes baixas, mulheres, negros/as, entre outras parcelas significativas da população brasileira.

Perceber como as desigualdades de gênero, raça, etnia, classe e território foram apreendidas nos produtos jornalísticos de Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real foi uma questão que norteou este trabalho, visto que, ambas defendem em suas linhas editoriais, respectivamente, mulheres negras e periféricas e os povos indígenas da Amazônia. Logo, já era esperado que as desigualdades interseccionais seriam incluídas na cobertura noticiosa sobre a pandemia produzida por elas.

Mas, para além disso, outras inquietações foram surgindo na elaboração da pesquisa. O contato com autoras e autores decoloniais acentuou a necessidade de trazer uma perspectiva teórico-metodológica que dialogasse com o objeto empírico de pesquisa e com as regiões e populações às quais ambas buscam abranger. Dessa forma, a literatura decolonial nos deu ferramentas possíveis para compreender a territorialidade geográfica e identitária das organizações jornalísticas, bem como a subjetividade, alteridade e dialogia presente no jornalismo praticado por elas. É aqui que se encontra o nosso segundo movimento de pesquisa: discutir as potencialidades de um jornalismo denominado decolonial.

Tratamos, na discussão conceitual sobre o Jornalismo, como a herança positivista influenciou na teorização e nos modelos da profissão. Essa influência dos cânones do pensamento científico moderno no jornalismo incide, até hoje, sob os valores-notícia, no que é considerado noticiável ou não, na reprodução de preconceitos e estereótipos escondidos por uma pretensa objetividade jornalística. A ruptura com essa construção colonial é discutida por autoras (SILVA, 2010; 2015; MEDINA, 2011; 2014; 2020; MORAES, 2019; ROVIDA, 2018) que concebem o jornalismo com um potencial transformador ao exercitar a alteridade, a dialogia e/ou subjetividade. Esses elementos, presentes na construção da reportagem e na observação do mundo vivo, é capaz de alcançar os/as sujeitos/as atingidos/as pelas subordinações interseccionais e retratá-los/as sem perpetuar o racismo, machismo ou classicismo, partícipes da dominação colonial. Nosso olhar para a produção jornalística

de Nós, MDP e Amazônia Real revela que ambas conseguem cumprir com esses propósitos que acreditamos que são importantes para um jornalismo dito decolonial.

Essa discussão também é trazida na pesquisa na tentativa de responder nosso primeiro objetivo específico: *Refletir sobre as possibilidades de um jornalismo decolonial, ou seja, um jornalismo descentrado da lógica convencional, que se aproxima das práticas empresariais e liberais*. Nas organizações jornalísticas analisadas, essa descentralização da lógica convencional pode ser vista desde a gênese de ambas iniciativas de jornalismo. Nós, mulheres da periferia é uma organização feita por mulheres negras e periféricas que sentiram o vazio de representatividade na grande mídia e o utilizaram como propulsor da criação da empresa jornalística (presente no tópico 1.1.2). Já a Amazônia Real surgiu a partir de percepções das fundadoras sobre o pouco interesse da grande imprensa nas questões da Amazônia e, por isso, defende o protagonismo dos povos originários em suas histórias (tópico 1.1.1). Ambas revelam o descontentamento com a imprensa convencional e a demarcação de que procuram contar histórias que não encontram em outros lugares. A longevidade das redações também sugere as possibilidades de existência de um jornalismo com práticas empresariais alternativas: Desde a criação, em 2013, a Amazônia Real se expandiu e, hoje, tem jornalistas em todos os estados da região Norte. O Nós, MDP, mesmo sendo uma redação menor, se mantém por financiamentos coletivos e concorrência de editais desde 2014. Elas se distanciam da lógica convencional nos seus modelos de negócio, que são mantidos de maneiras criativas e sem cobrar assinatura para o acesso de suas reportagens.

Para além do distanciamento do jornalismo convencional no escopo editorial e nas formas de financiamento das organizações, é na produção jornalística de ambas que as potencialidades decoloniais foram mais marcantes. Destacamos, no capítulo conceitual, que as características de um jornalismo decolonial podem se fazer presentes na escolha das fontes e dados referenciados, nas pautas priorizadas (e em como elas são trabalhadas) ou na construção textual. São esses elementos do jornalismo que, triangulados com as perspectivas teóricas, investigamos em nossa análise dos materiais através do apoio das fichas de análise.

Em relação às pautas jornalísticas, ‘Trabalho’, ‘Maternidade’ e ‘Educação’ foram as mais presentes nas reportagens analisadas. Elas convergem em determinados momentos, como por exemplo, em “Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco (2020)”. De modo geral, elas são assuntos rotineiros no jornalismo, mas que, nessas iniciativas são pautas apreendidas pelo viés interseccional. Um exemplo em Nós, MDP é a reportagem sobre amamentação (PENINA, 2020), que traz, além de gênero, os marcadores de raça e de classe ao abordar os fatores que inviabilizam ou dificultam o aleitamento

materno: a informalidade no mercado de trabalho e a hipersexualização dos corpos de mulheres negras. Já na Amazônia Real, um exemplo da apreensão dos marcadores interseccionais de etnia, classe e gênero se encontra na reportagem sobre os desafios da pandemia para mulheres de Manaus (SANTOS, 2020a), em que a líder e artesã indígena Marinete fala sobre a maternidade e o desemprego, mas a repórter não deixa de mencionar a etnia e os vínculos da fonte com associações indígenas. Apesar do enfoque na Covid-19, que compõe todas as reportagens, a presença dessas pautas mostra que vulnerabilidades anteriores à pandemia não deixaram de existir, assim como as organizações jornalísticas aqui estudadas continuaram a pautar tais questões.

Em relação às fontes, a Amazônia Real prioriza aquelas que se situam na região amazônica. Por exemplo, as especialistas da reportagem sobre a população LGBTI (SANTOS, 2020b) são todas do Amazonas. As populações indígenas, defendidas em sua linha editorial, não aparecem somente como personagens, mas também como fontes especialistas e oficiais. É o caso da Marcivana Paiva, coordenadora da Copime e fonte oficial em duas reportagens (FARIAS, 2021; FARIAS, 2020b). A iniciativa amazonense também recorre a associações e organizações indígenas - como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) - para utilizar seus levantamentos e contrapor as estatísticas oficiais das autoridades sanitárias, que reconhecem somente indígenas em áreas aldeadas demarcadas na contabilização do número de infecções por Covid-19 em povos originários.

Já no Nós, MDP, as fontes entrevistadas nas reportagens analisadas são todas mulheres e majoritariamente periféricas, o que condiz com a linha editorial da organização. Apesar delas compartilharem entre si o vínculo de território e de gênero, elas apresentam experiências e perspectivas heterogêneas. São mães, professoras, profissionais da saúde, estudantes, mulheres de diferentes faixas etárias e substratos sociais. Aqui também nos é pertinente a perspectiva interseccional, pois apesar das características em comum entre as entrevistadas, elas não são representadas em uma condição universalizante do que é “ser mulher”. Essa questão dialoga com o nosso segundo objetivo de pesquisa: *Analisar e qualificar como e quais mulheres são referenciadas nos textos jornalísticos de Nós, MDP e Amazônia Real produzidos sobre e no contexto da pandemia de Covid-19*. Diferente do Nós, MDP, a questão de gênero não é um componente central das produções jornalísticas da Amazônia Real. Ainda assim, é um elemento presente em sua missão editorial e nas reportagens. Lideranças indígenas, ativistas, artesãs, trabalhadoras informais, advogadas,

mães e estudantes aparecem nas reportagens analisadas.

Assim como a Amazônia Real procurou entidades indígenas para obter dados sobre os impactos da pandemia nos povos, o Nós, MDP também recorreu a órgãos que consideram as diferenças na disseminação do vírus em bairros periféricos, como o Data Favela e o Instituto Pólis. Além disso, produziu seus próprios levantamentos, como o Boletim Curva das Periferias, feito em parceria com o Alma Preta. Pela proximidade com suas fontes e com o território retratado, a organização também pautou a mídia tradicional. Durante a live “Cesta de Direitos: Diálogos da Memória na Pandemia” (2021), Jéssica Moreira revela que as gestoras da organização passaram a ser procuradas por veículos tradicionais, principalmente para terem acesso às fontes que elas referenciam. É um sinal interessante para um movimento inverso que ocorreu na pandemia, de veículos ‘independentes’ pautarem os ‘tradicionais’.

Em relação à construção dos textos jornalísticos, o Nós, MDP apresentou um distanciamento maior da linguagem canônica do jornalismo. Há momentos em que as repórteres se colocam em primeira pessoa no texto, como é o caso de Pedrina (2020) na matéria sobre as trabalhadoras da saúde. Em outra reportagem, de Pedrina e Moreira (2021), as jornalistas utilizam a expressão ‘Nóis por Nóis’ em um dos subtítulos, em referência à fala de uma das fontes. A grafia do termo faz menção à cultura e linguagem periférica, uma demarcação da subjetividade e da territorialidade. Já a Amazônia Real guarda relações mais estreitas com as formas de escrita da grande imprensa, deixando a linguagem em primeira pessoa restrita aos textos de colunistas.

Essa diferença não significa que uma esteja mais próxima da decolonialidade que a outra, uma vez que a pesquisa também não teve intuito de comparação entre elas ou de apontar qual apresenta um potencial decolonial maior. Porém, essa diferença abre espaço para algumas hipóteses que, apesar de não serem respondidas no decorrer da pesquisa, apresentam caminhos possíveis para futuras investigações. Uma hipótese é que a diferença geracional entre as mantenedoras das duas organizações influencia nas formas de fazer jornalístico. Enquanto as co-fundadoras do Amazônia Real possuem uma longa trajetória em jornais impressos, as co-fundadoras do Nós, MDP são jovens mulheres, grande parte delas que iniciaram suas carreiras na organização periférica.

Outro ponto a ser constatado é que nem todas as escolhas feitas no percurso metodológico se mostraram favoráveis no desenvolvimento da pesquisa. A opção pelos termos de busca que se articulam com os marcadores interseccionais (mulheres, negras, indígenas, pobreza, entre outros) limitou o número de reportagens e restringiu a análise para os resultados entregues pelo algoritmo. Apesar dessa escolha excluir reportagens

consideradas importantes para a pesquisa, esse critério foi necessário para afunilar o corpus empírico, ao mesmo tempo em que pudesse abarcar reportagens desenvolvidas ao longo dos anos de 2020 e 2021.

A fins de conclusão, percebemos que Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real continuaram o trabalho que já vinha sendo feito antes da pandemia: um jornalismo produzido com o olhar ‘de dentro’, que não dá voz, e sim ouvidos (ROVIDA, 2018) para as populações periféricas e indígenas. Como resposta ao nosso terceiro e último objetivo de pesquisa, nossa análise das fontes, pautas e construção textual das reportagens demonstrou que as organizações atuam com uma prática jornalística dialógica, na qual o contato humanizado entre fontes e repórteres é transposto para o texto jornalístico e alcança os leitores e leitoras. A proximidade identitária com seus respectivos territórios não diminui a qualidade do jornalismo produzido por ambas, pois é justamente esse vínculo que as garante o conhecimento pleno das demandas da população e de suas regiões.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: 2ª ed. **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2016.

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: **Sueli Carneiro, Pólen**, 2019

ALMEIDA, G. C. C. **A mulher na pesquisa em jornalismo teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

AGUIAR, S. **Territórios do Jornalismo: Geografias da mídia local e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Editora Vozes, 248p., 1ª Ed, 2016.

ALVES, P.P. et al. Atlas da Violência 2020. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8733-atlastdexpressversaofinal-2.pdf> Acesso em: 15 de out. 2020.

AMARAL, M.E.P.; ROCHA, P.M.; CLARO, P.C. "Um vírus e duas guerras": por uma cobertura jornalística feminista e decolonial. **Discurso & Sociedad**, v. 15, n. 1, p. 143-165, 2021.

AMARAL, M.E.P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa - Cultura e Comunicação na América Latina**. v. 14, n. 2, p. 471-487. DOI: 10.11606/extraprensa2021.181765. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/181765>. Acesso em: 08 de ago. 2022.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). **Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas**. Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 2020. Disponível em: <http://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/DIAGNOSTICO-SOCIOTERRITORIAL-DO-ESTADO-DO-AMAZONAS.pdf> Acesso em: 20 de out. 2021.

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. Decreto nº 42.061, de 16 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Poder executivo – Seção 1. Manaus: n 34.203, 16 de mar. 2020a. Disponível em: <http://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Decreto-42.061-situa%C3%A7%C3%A3odeemergencia.pdf> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Quem Somos, **Amazônia Real**. Manaus, 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quemsomos/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Sobre a Amazônia Real, **Amazônia Real**. Manaus, 2021a. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/por-que/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Diversidade de Vozes, **Amazônia Real**. Manaus, 2021b. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/diversidade-de-vozes/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Parceiros. **Amazônia Real**. Manaus, 2021c. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/parceiros/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Tipos de textos. **Amazônia Real**. Manaus, 2021d. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/tipos-de-textos/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Financiadores. **Amazônia Real**. Manaus, 2021e. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/financiadores/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Audiência. **Amazônia Real**. Manaus, 2021f. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/audiencia/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Emergência Indígena. **Panorama Geral da Covid-19**, 2020a. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/ Acesso em: 28 de out. 2021.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Emergência Indígena. **Nossa luta é pela vida. Covid-19 e povos indígenas, o enfrentamento das violências durante a pandemia.** Nov. 2020b. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf Acesso: 23 de nov. 2021.

ARTIGO PUBLICADO no Tendências e Debates da Folha de S. Paulo. **Nós, mulheres da periferia.** São Paulo, 2014. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/artigo-publicado-no-tendencias-e-debates-da-folha-de-s-paulo/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

ARRAIS, T.A., OLIVEIRA, A. R., VIANA, J. L., ALENCA, D. P., SALGADO, T.R., DE MORAIS, J. P., DE SOUZA, M. E. Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 11-25, mai. 2020. <https://doi.org/10.22239/2317-269x.01609>

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.11, p. 89-117, 2013. DOI [10.1590/S0103-33522013000200004](https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004)

BARRETO, I.C.H.C; COSTA, V.; RAMOS, R.F.; OLIVEIRA, L.G.; MARTINS, N.R.A.V.; CAVALCANTE, F.V.; ANDRADE, L.O.M.; SANTOS, L.M.P. Colapso na Saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução de transmissão da COVID-19. **Scientific Electronic Library Online**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1862/3001>>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

BARROSO, H. C.; GAMA, M.S.B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 84–94, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3953300

BRASIL, Presidência da República. Lei de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília: n. 182, seção 1, 20 de set. 1990.

BRASIL, Presidência da República. Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília: ed. 49, seção 1 p. 185, 11 de mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Ministério da Saúde. Decreto de 16 de setembro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília: n. 178-A, seção 2, edição extra, 15 de set. 2020a.

BRASIL, Presidência da República. Congresso Nacional. Medida Provisória nº 926, de 20 de mar. 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública... **Mesa Diretora do Congresso Nacional**, Brasília: 20 de mar. 2020b.

BRASÍLIA. Governo do Distrito Federal. Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília: Edição Extra, nº 25, p. 3, 11 de mar. 2020
BOLSONARO CUMPRIMENTA participantes aglomerados em ato de apoio ao governo. **Reuters**, 24 de maio 2020. Disponível em:
<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-bolsonaro-protestos-idLTAKBN2300OX>
Acesso em: 23 de nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em: 10 de set. 2021.

BUENO, F. T. C., SOUTO, E. P., MATTA, G. C. Notas sobre a Trajetória da Covid-19 no Brasil. In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 27-40. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003, p. 117-132.

CARNEIRO, S. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 2017. ISBN: 978-85-62750-02-1

CASTRO-GOMÉZ, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 80-87, 2005.

CEM; SEHAB. Relatório 2. Estimativas Relativas à Precariedade Habitacional e ao Déficit Habitacional no Município de São Paulo. **Secretaria Municipal de Habitação** (Sehab) - São Paulo, 2016 Disponível em:
https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/relatorio2_CEMSehab2016.pdf Acesso em: 15 de nov. de 2022.

CEM; SEHAB. Relatório 1. Sistematização de Informações Relativas à Precariedade e ao Déficit Habitacional e Correção de Bases de Favelas e Loteamentos. **Secretaria Municipal de Habitação** (Sehab) - São Paulo, 2016. Disponível em:
https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/cke

[ditor/relatorio1_CEMSehab2016.pdf](#) Acesso em: 15 de nov. de 2022.

COSTA SILVA, R. G. Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil.: O caso de Manaus, Amazônia. **Finisterra**, [S. l.], v. 55, n. 115, p. 61–68, 2021. DOI: 10.18055/Finis20341.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Rev. Estud. Fem.** V.10, n.1, jan. 2002. DOI: [10.1590/S0104-026X2002000100011](#)

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: **Boitempo**, 2016.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. Dossiê Subjetividades Periféricas. **Novos Estud. Cebrap**. São Paulo: v. 39, p. 19-36, jan-abr. 2020.

DA DITADURA À PANDEMIA de Covid-19: a necropolítica brasileira. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 04 de set. 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/da-ditadura-a-pandemia-de-covid-19-a-necropolitica-brasileira/> Acesso em: 10 de out. 2022.

DATAFOLHA. Opinião sobre a pandemia coronavírus. Conhecimento e meios de informação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/09/conhecimento-e-meios-de-informacao.pdf> Acesso em: 15 de ago. 2021.

DESACELERAÇÃO DE MORTES por Covid-19 é menor nos bairros da periferia. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 18 de set., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/desaceleracao-de-mortes-por-covid-19-e-menor-nos-bairros-da-periferia/> Acesso em: 10 de out. 2022.

DIEB, B. Jornalismo e o contato com comunidades indígenas. **IJNet - International Center For Journalists**. 07 de out., 2022. Disponível em: <https://ijnnet.org/pt-br/story/jornalismo-e-o-contato-com-comunidades-ind%C3%ADgenas>

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020. **Nota à Imprensa**. São Paulo: 11 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202012cestabasica.pdf> Acesso em: 15 de out. 2021.

DISTRITOS MAIS NEGROS DE SP têm maior número de casos de Covid-19. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 08 de set., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/distritos-mais-negros-de-sp-tem-maior-numero-de-casos-de-covid-19/>

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 24-32, 2005.

ESTRELA, F.M.; SOARES, C.F.S.; CRUZ, M.A.; SILVA, A.F.; SANTOS, J.R.L.; MOREIRA, T.M.O.; LIMA, B.A.; SILVA, G.M. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol.25 n.9, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020259.14052020

FARIAS, E. Sesai confirma primeiro caso de coronavírus em indígena brasileiro. **Amazônia Real**, Manaus, 01 de abr. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sesai-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-em-indigena-brasil> Acesso em: 17 de out. 2021

FARIAS, E.. Grande liderança Sateré-Mawé, tuxaua Otávio dos Santos morre por Covid-19, no Amazonas. **Amazônia Real**. Manaus, 14 de abr., 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/grande-lideranca-satere-mawe-tuxaua-otavio-dos-santos-morre-por-covid-19-no-amazonas/>

FARIAS, E.. Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia. **Amazônia Real**. Manaus, 17 de dez., 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/como-os-indigenas-de-manaus-foram-apagados-na-pandemia/>

FARIAS, E.; SANTOS, I. Professor Tikuna, que morreu por suspeita de Covid-19, é enterrado em vala coletiva em Manaus. **Amazônia Real**. Manaus, 30 de abr., 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/professor-tikuna-que-morreu-por-suspeita-de-covid-19-e-enterrado-em-vala-coletiva-em-manaus/>

FARIAS, J.E.M.; PILATI, R. Violating social distancing and the COVID-19 pandemic: Psychological factors to improve compliance. **PsyArXiv Preprints**, p. 1-45, abr. 2020. <https://psyarxiv.com/apg9e/>

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019. [Versão Kindle]

FIGARO, R. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. **Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP)**. Roseli Figaro (org.). São Paulo, 245 p., 2018. ISBN 978-8507205-226-9.

FIOCRUZ. Observatório Covid-19. Série histórica da situação de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**, 04 de mar. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/serie-historica-da-situacao-de-ocupacao-de-leitos-de-uti-covid-19-para-adultos-no-sus> Acesso em: 20 de nov. 2021.

FIOCRUZ. Boletim extraordinário do Observatório Covid-19. 17 estados e DF têm ocupações de leitos de UTI superiores a 90%. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**, 30 de mar. 2021a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-extraordinario-do-observatorio-covid-19-17-estados-e-df-tem-ocupacoes-de-leitos-de-uti> Acesso em: 20 de nov. 2021

FIOCRUZ. Boletim Observatório Covid-19. Semanas epidemiológicas 43 e 44 (de 24 de out. a 06 de nov. 2021). Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**, 06 de nov. 2021b.

Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021-semanas_43-44.pdf Acesso em: 25 de nov. 2021.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. São Paulo: 2ª ed., 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-Covid-19-ed02-v5.pdf>

GARNELO, L.; SOUSA, A.B.L.; SILVA, C.O.; Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios. **Ciênc. saúde colet.** v. 22, n. 4. Rio de Janeiro, abr. 2017. DOI: [10.1590/1413-81232017224.27082016](https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.27082016)

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2008.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: DE HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo, 1ª ed., p. 42-56 [Versão Kindle], 2020. ISBN: 978-85-69924-78-4.

HÁ 4 MESES no Planalto em cargo de confiança, Pazuello tem agenda vazia. **Poder 360**. Brasília, 15 de out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-4-meses-no-planalto-em-cargo-de-confianca-pazuello-tem-agenda-vazia/> Acesso em: 29 de ago. 2021.

HENRIQUE, G.; ARCOVERDE, L.; CORSALETTE, C. Pronunciamento de Bolsonaro na TV: o contexto e as contestações. **Nexo Jornal**. São Paulo, 24 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Pronunciamento-de-Bolsonaro-na-TV-o-contexto-e-as-contestacoes> Acesso em: 03 de set. 2021.

HENRIQUES, C.M.P.; VASCONCELOS, V. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n.99, maio-ago. 2020. DOI: [10.1590/s0103-4014.2020.3499.003](https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.003)

HOOKS, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIROS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIROS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos & Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 41, 2019. ISBN 978-85-240-4513-4

IBGE – INSTITUTO BRASILEIROS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de

Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 43, 2020. ISBN 978-65-87201-28-3

INSTITUTO PÓLIS. Trabalho, território e covid-19 no msp. **Instituto Pólis**. São Paulo, maio 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/trabalho-territorio-e-covid-no-msp/> Acesso em: 01 de nov. 2021

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Regiões metropolitanas reduzem disparidades**. IPEA [site]. 25 de nov. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24038:regioes-metropolitanas-reduzem-disparidades&catid=4:presidencia&directory=1 Acesso em: 05 de out. 2021.

JUCÁ, B. Ceará tem todos os leitos de UTI do SUS ocupados em meio à crise do coronavírus. **El País**. São Paulo, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-16/ceara-tem-todos-os-leitos-de-uti-do-sus-ocupados-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html> Acesso em: 10 de set. 2021.

LAGO, C.; GONÇALVES, G.; KAZAN, E. Jornalismo na lógica descolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. **17º Encontro da SBPJor**. Goiânia, 2019.

LANA, R.M.; COELHO, F.C.; GOMES, M.F.C.; CRUZ, O.G.; BASTOS, L.S.; VILLELA, D.A.M.; CODEÇO, C.T. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.36, n.3, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00019620

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.

LERNER, K. CARDOSO, J. M., CLÉBICAR, T. Covid-19 nas Mídias: medo e confiança em tempos de pandemia In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 221-231. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2021.

LIMA, L. Um ano de pandemia: Brasil, espelho de Manaus. **Amazônia Real**. Manaus, 11 de mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-brasil-espelho-de-manau/> Acesso: 14 de nov. 2021.

LIMA, L.; MOREIRA, J. Zona Leste: o berço do sus. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 23 de mar., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/zona-leste-o-berco-do-sus/>

LOBATO, A. Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19. **Amazônia Real**. Manaus, 14 de jun., 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/jovens-indigenas-se-reinventam-no-trabalho-e-no-estudo-para-enfrentar-a-quarentena-da-covid-19/>

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set-dez, 2014.

LUGONES, M.. Colonialidade e Gênero. In: DE HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., p. 58-91 [Versão Kindle], 2020.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo: três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. **E-Compós**. 2004. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2/4>

MAPA DA DESIGUALDADE 2019. **Rede Nossa São Paulo**, 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf Acesso em: 30 de set. 2021

MARINO, A.; KLINTOWITZ, D.; BRITO, G.; ROLNIK, R.; SANTORO, P.; MENDONÇA, P. Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. **LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 30 de jun. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/> Acesso em: 04 de nov. de 2022.

MARINO, A.; KLINTOWITZ, D.; BRITO, G.; MENDONÇA, P.; NISIDA, V.; CAVALCANTE, L. Simplificação da leitura do comportamento da epidemia no território dificulta seu enfrentamento. **LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 04 de jun. 2020b. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/simplificacao-da-leitura-do-comportamento-da-epidemia-no-territorio-dificulta-seu-enfrentamento/> Acesso em: 04 de nov. de 2022.

MARINO, A; BRITO, G; MENDONÇA, P; ROLNIK, R. Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo. **LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 26 de maio 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/> Acesso: 05 de nov. 2022.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASSEY, D. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2008. 312p. ISBN 978-85-286-1307-0.

MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia** - Ano. 6, n. 12, 2004.

MATTA, G.C., SOUTO, E.P., REGO, S, SEGATA, J. A Covid-19 no Brasil e as Várias Faces da Pandemia. In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 15-24. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>>.

Acesso em: 29 de ago. 2021.

MEDEIROS, J. Documentário revela a ‘visão de dentro’ da Amazônia Real. **Amazônia Real**. Manaus, 06 de set. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/documentario-revela-a-visao-de-dentro-da-amazonia-real/>

MEDINA, C.A. Entrevista: O diálogo possível. 1ª.ed. São Paulo: **Ática**, 2011.

MEDINA, C.A. Narrativas da Contemporaneidade: Epistemologia do Diálogo Social. Triáde: **comunicação, cultura e mídia**. Sorocaba, v. 2, n. 4, p. 8-22, dez. 2014

MEDINA, C.A. et al. Cremilda Medina: pedagogia dos afetos na universidade. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**. Brasília, v. 13, n. 2, p. 583-591, maio/agosto, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v13.n2.2020.30889>

MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis, SC: **Insular**, 2012, p. 146-173

MINISTÉRIO DA SAÚDE declara transmissão comunitária nacional. **Governo Federal**. Brasília, 21 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional> Acesso: 12 de set. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Brasília, v. 51, n. 1, 16 de jan. 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/15/Boletim-epidemiologico-SVS-01.pdf> Acesso em: 02 de set. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim COE COVID-19. Situação epidemiológica. **Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID-19)**. Brasília: 20 de abr. 2020a. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/21/BE13---Boletim-do-COE.pdf> Acesso em: 03 de set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19 Secovid. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19**. Brasília, v. 11, 07 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19/view> Acesso em: 10 de set. 2021.

MORENO, A. B., MATTA, G. C. Covid-19 e o Dia em que o Brasil Tirou o Bloco da Rua: acerca das narrativas de vulnerabilizados e grupos de risco. In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 41-50. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

MONTEIRO, T.R.; XAVIER, D.S.; MAZZARI, A.S. Epidemiologia da COVID-19 no Amazonas, Brasil. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 17, n. 201, p. 19, 30 sep. 2020. MORAES, F. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **XXVIII Encontro Anual da Compós**. PUC-RS. Porto Alegre, 2019.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. ONDE ESTÁ RUANDA NO MAPA? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: MENDES, F.M.; QUEIRÓS, F.T.; SILVA, W.C. (org.) **Pesquisa em Comunicação: Jornalismo, Raça e Gênero**. Rio Branco: Neplan, 2021. ISBN: 978-65-89135-20-3

MOREIRA, J. Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 05 de maio, 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-professoras-da-periferia-explicam-por-que-a-educacao-esta-em-risco/>

MOREIRA, J.. Covid-19: impacto na vida de trabalhadoras da limpeza urbana. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 02 de out., 2020b. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/com-ou-sem-covid-19-o-impacto-na-vida-de-mulheres-que-cuidam-da-limpeza-urbana/>

MOREIRA, J. De vizinha para vizinha: a solidariedade periférica feminina. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 11 de nov., 2020c. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/de-vizinha-para-vizinha-a-solidariedade-periferica-feminina/>

MOREIRA, J.. Por que fazemos um jornalismo de memória em meio à pandemia? **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 06 de out., 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/por-que-fazemos-um-jornalismo-de-memoria-em-meio-a-pandemia/>

MOTA, C.V. Mais de 20 militares, ‘capitã cloroquina’ e médico olavista ocupam cargos estratégicos no Ministério da Saúde. **BBC News**, São Paulo, 04 de fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55923963> Acesso: 23 de nov. 2021.

NERI, M. Mapa da Nova Pobreza. **FGV Social**. Rio de Janeiro, jun. 2022. Disponível em: https://www.estadopolitico.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf Acesso em: 30 de out. 2022.

NONATO, C.; FIGARO, R.; FILHO, F.F.P.; Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção de notícia. **Revista Líbero**. ano XXI, n 41, jan./jun. 2018.

NÓS, mulheres da periferia fortalece organização com novas parcerias. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-mulheres-da-periferia-fortalece-organizacao-com-novas-parcerias/>

NÓS, mulheres da periferia. Quem somos. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

NÓS, mulheres da periferia. Equipe. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 2021a.

Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/equipe/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

NÓS, mulheres da periferia. Manifesto. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/> Acesso em: 28 de nov. 2021.

NUNOMURA, E. Caos na Pandemia: O que se sabe sobre a nova cepa do Amazonas. **Amazônia Real**. Manaus, 17 de jan. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/nova-cepa-do-amazonas/> Acesso em: 25 de nov. 2021.

OLIVEIRA, S. Covid-19 e o transporte público: 'Essa semana eu me livrei e na próxima'? **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 13 de maio, 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-e-o-transporte-publico-essa-semana-eu-me-livrei-e-na-proxima/>

OLIVEIRA, G. Pazuello afirma que não foi avisado sobre a falta de oxigênio em Manaus. **Senado Notícias**. Brasília, 11 de fev. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/11/pazuello-afirma-que-nao-foi-avisado-sobre-falta-de-oxigenio-em-manaus> Acesso em: 20 de nov. 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO Health Emergency Dashboard COVID-19**, 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: 10 de nov. 2021.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 22 de set. 2021.

ORELLANA, J. A dupla catástrofe sanitária em Manaus, durante a pandemia de Covid-19. **Amazônia Real**. Manaus, 28 de jan. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-dupla-catastrofe-sanitaria-em-manaus-durante-a-pandemia-de-covid-19/> Acesso em: 10 de nov. 2021.

ORELLANA, J.D.Y.; CUNHA, G.M.; MARRERO, L.; MOREIRA, R.I.; LEITE, I.C.; HORTA, B.L. Explosão da mortalidade no epicentro amazônico da epidemia de COVID-19. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, 2020.

ORELLANA, J.D.Y.; CUNHA, G.M.; MARRERO, L.; MOREIRA, R.I.; LEITE, I.C.; HORTA, B.L. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2020a.

PEDRINA, B. MOREIRA, J. Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 14 de out., 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/desempregadas-e-sem-renda-mulheres-se-ajudam-no-quilombo-da-parada/>

PEDRINA, B. Trabalhadoras da saúde relatam os desafios no combate ao Covid-19 nas periferias. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 14 de abr., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/trabalhadoras-da-saude-relatam-desafios-no-combate-a-o-covid-19-nas-periferias/>

PENINA, M. Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 14 de ago., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/amamentacao-em-tempos-de-covid-19-entenda-a-importancia-de-manter-o-aleitamento/>

PERUZZO, C.M.K. Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. **Comunicação e sociedade**, n. 33, p. 25-40, 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

PORTELA, M.C.; PEREIRA, C.C.A.; ANDRADE, C.L.T.; LIMA, S.M.L.; NETO, F.C.B.; SOARES, F.R.M.; MARTINS, M. As regiões de saúde e a capacidade instalada de leitos de UTI e alguns equipamentos para o enfrentamento dos casos graves de Covid-19. Nota Técnica 2. **Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**. Rio de Janeiro: 20 de abr. 2020 Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-regioes-de-saude-e-capacidade-instalada-de-leitos-de-uti-e-alguns> Acesso: 02 de nov. 2021.

QUILOMBO SEM COVID. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos**, 2021. Disponível em: <https://quilombossemcovid19.org> Acesso em: 27 de nov. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, p. 107-130, 2005.

RIBAS, G. P. **(In)dependência das iniciativas jornalísticas digitais do século XXI com escopo na região amazônica: análise dos sites Amazônia real e Infoamazonia**. 2017, 311f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: n049-A., 17 de mar. 2020. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjI%2C>

RIBEIRO, K.B.; RIBEIRO, A.F.; VERAS, M.A.S.M., CASTRO M.C. Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. **International Journal of Epidemiology**. v. 50, n. 3, p. 732-742. jun. 2021 DOI [10.1093/ije/dyab022](https://doi.org/10.1093/ije/dyab022)

REGO, S., PALÁCIOS, M., BRITO, L. DOS SANTOS, R. L. Bioética e Covid-19: vulnerabilidades e saúde pública In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 61-72. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>.

Acesso em: 29 de ago. 2021.

ROLIM, D.C. A pobreza e a riqueza na região Amazônica e a contribuição da política de Assistência Social: o Estado do Amazonas em foco. In: VII Jornada Internacional Políticas

Públicas, 2015, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015.

ROUBICEK, M. A gestão de Pazuello no Ministério da Saúde em 4 eixos. **Nexo Jornal**. São Paulo, 15 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/15/A-gestao-de-Pazuello-no-Ministerio-da-Saude-em-4-eixos> Acesso em: 22 de set. 2021.

ROVIDA, M. As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 50 – 65, jul./dez, 2018.

ROVIDA, M. Jornalismo das periferias: uma pesquisa de campo na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-11, jan.-dez. 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.37004.

SACK, R.D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L.C.; FERRARI, M. (orgs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2 ed. rev., p. 63-89, 2013.

SALAMON, M. “Queima” de cloroquina pré-CPI. **Revista Piauí**. São Paulo, 06 de maio de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/queima-de-cloroquina-pre-cpi/> Acesso em: 22 de set. 2021.

SANCHES, M.; MAGENTA, M. Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus. **BBC News**. 20 de abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730>> Acesso em: 30 de ago. 2021

SANTOS, I. Com 12 mortes por Covid-19, Amazonas entra na curva do colapso no sistema de saúde. **Amazônia Real**. Manaus, 04 de mar. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/com-12-mortes-por-covid-19-amazonas-entra-na-curva-do-colapso-no-sistema-de-saude/> Acesso em: 15 de nov. 2021.

SANTOS, I. Mulheres relatam os desafios dos três meses de pandemia em Manaus. **Amazônia Real**. Manaus, 12 de jun., 2020a. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/mulheres-relatam-os-desafios-dos-tres-meses-de-pandemia-em-manaus/>

SANTOS, I. Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas. **Amazônia Real**. Manaus, 18 de maio, 2020b. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-deixa-populacao-lgbti-mais-vulneravel-no-amazonas/>

SANTOS, I. Aldevan Baniwa, que denunciou a falta de testes para Covid-19, morre em UTI de Manaus. **Amazônia Real**. Manaus, 19 de abr., 2020c. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/aldevan-baniwa-que-denunciou-a-falta-de-testes-para-covid-19-morre-em-uti-de-manaus/>

SANTOS, I. Pandemia: Ministro da Saúde diz que prioridade na vacinação “é o Brasil todo” e indica “tratamento precoce” em Manaus. **Amazônia Real**. Manaus, 11 de jan. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-ministro-da-saude-diz-que-prioridade-na-vacinacao-e-o-brasil-todo-e-indica-tratamento-precoce-em-manaus/>

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: 7ª ed, **Editora da Universidade de São Paulo**, 2007.

SANTOS, R.; TEIXEIRA, P. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, jun. 2011.

SANTOS, D.; MOSANER, M.; CELENTANO, D.; MOURA, R.; VERÍSSIMO, A. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira (IPS AMAZÔNIA 2018). **Imazon; Social Progress Imperative**. Belém, 2018. ISBN 978-85-86212-99-4

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo: v. 130, n. 51, 14 de mar. 2020. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64862-13.03.2020.html>

SENADO FEDERAL. **Requerimento nº 1371, de 15 de jan. 2021**. Propõe Criação de CPI. Sala das Sessões, Brasília, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8951652&ts=1618402841983&disposition=inline> Acesso em: 10 de set. 2021.

SINGER, M.; BULLED, N.; OSTRACH, B.; MENDENHALL, E. Syndemics and the biosocial conception of health. **The Lancet**, v. 389, p. 941-950, 2017. DOI: [10.1016/S0140-6736\(17\)30003-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30003-X)

SILVA, M.V. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado – Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, M.V. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

SILVA, R. Covid-19 nas periferias: Estado falha no controle local da pandemia. **Nós, mulheres da periferia**. São Paulo, 28 de out., 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-nas-periferias-estado-falha-no-controle-local-da-pandemia/>

SILVINO, A.M.D. Epistemologia Positivista: Qual a sua influência hoje? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 276-289, 2007. ISSN 1982-3703.

SCHMIDT, B., NOAL, D. S., MELO, B. D., DE FREITAS, C. M., RIBEIRO F. M.L., PASSOS, M. F. D. Saúde Mental e Atenção Psicossocial a Grupos Populacionais Vulneráveis por Processos de Exclusão Social na Pandemia de Covid-19 In: **Os impactos sociais da Covid-19**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 7 -98. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

SCHMIDT, S. Um ano de pandemia: no Amazonas, a luta contra a negligência do Estado. **Amazônia Real**. Manaus, 26 de mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-no-amazonas-a-luta-contr-a-negligencia-d-o-estado/> Acesso em: 21 de nov. 2021.

SODRÉ, Muniz A. C. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOUZA e SOUZA, L.P.; SOUZA, A.G. No mar brasileiro agitado pela COVID-19, não estamos todos no mesmo barco. Dossiê especial: Pandemia coronavírus, política e Atenção Primária à Saúde. **Journal of Management & Primary Health Care (JMPHC)**, [S. l.], v. 12, p. 1-10, 2020. DOI: [10.14295/jmphc.v12.999](https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.999).

SOUZA, M.P.D.; SANTOS, I.M.N. Necropolítica e pandemia: A Covid-19 na periferia da cidade de São Paulo. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, São Paulo. v. 46, n. 1, 2021. ISSN: 1983-8700.

TALARICO, P; VELOSO, L. Favelas invisíveis: como está a vida em pequenas comunidades na Grande SP. **Agência Mural**. São Paulo, 12 de abr. 2020a. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/favelas-invisiveis-sao-paulo-covid19/#NOC%C3%93RREGODAON%C3%87A> Acesso em: 23 de out. 2022.

TALARICO, P; VELOSO, L.. Letalidade da Covid-19 em periferias de SP é cinco vezes maior que a média do Brasil. **Agência Mural**. São Paulo, 23 de abr. 2020b. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/letalidade-da-covid-19-em-periferias-de-sp-e-cinco-vezes-maior-que-a-media-do-brasil/> Acesso em: 24 de out. 2022.

TORRICO, Erick. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019

TORRICO, Erick. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1983.

UNICEF – UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. **How Covid-19 is changing the world: a statistical perspective**. UNICEF, v. 1, maio 2020. Disponível em: https://data.unicef.org/resources/how-covid-19-is-changing-the-world-a-statistical-perspective_/ Acesso em: 01 de set. 2021.

VALENTE, J. Mortes por Covid-19 no Brasil passam de 300 mil. **Agência Brasil**. Brasília, 24 de mar. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/mortes-por-covid-19-no-brasil-passam-de-300-mil> Acesso em: 13 de set. 2021

VERDÉLIO, A. Nelson Teich pede demissão do Ministério da Saúde. **Agência Brasil**. Brasília, 15 de maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude> Acesso em: 30 de set. 2021

VERDÉLIO, A. Primeira morte por Covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. **Agência Brasil**. Brasília, 28 de jun. 2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco> Acesso: 20 de nov. 2021.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial** Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo, Editora Ubu, 2020.

VIEIRA, A. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. **Senado Notícias**. Brasília, 16 de mar. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-d-e-estados-e-municipios-repercute-no-senado> Acesso em: 20 de set. 2021.

WINCH, R. Contribuições teóricas de Cremilda Medina para pensar complexamente o jornalismo. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa v.5, n.2, p.89-105, Jul/Dez, 2018.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.

ZUKER, F. Entre festa e luta, a vida da indígena Borari vítima da Covid-19. **Amazônia Real**. Manaus, 16 de abr., 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/entre%e2%80%8c-%e2%80%8cfesta%e2%80%8c-%e2%80%8ce%e2%80%8c-%e2%80%8cluta-%e2%80%8ca%e2%80%8c-%e2%80%8cvida%e2%80%8c-%e2%80%8c-da%e2%80%8c-%e2%80%8cindigena%e2%80%8c-%e2%80%8cborari%e2%80%8c-%e2%80%8cv/> Acesso em: 08 de out. 2021.

APÊNDICE A – REPORTAGENS DO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA QUE APARECEM EM BUSCAS DE, NO MÍNIMO, QUATRO MARCADORES

(continua)

Título	Data	Autoria	Aparece nas buscas por	Pauta/eixo temático	Link
Auxílio emergencial para mulheres chefes de família: veja como conseguir o seu	07/04/2020	Mayara Penina	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/auxilio-emergencial-para-mulheres-chefes-de-familia-veja-como-conseguir-o-seu/
Trabalhadoras da saúde relatam desafios no combate ao Covid-19 nas periferias	14/04/2020	Bianca Pedrina	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho/ Saúde	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/trabalhadoras-da-saude-relatam-desafios-no-combate-ao-covid-19-nas-periferias/
Covid-19: professoras da periferia explicam por que a educação está em risco	05/05/2020	Jéssica Moreira	Gênero; Raça; Classe; Território	Educação/ Maternidade	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-professoras-da-periferia-explicam-por-que-a-educacao-esta-em-risco/
Covid-19 e o transporte público: ‘Essa semana eu me livrei e na próxima?’	13/05/2020	Semayat Oliveira	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/covid-19-e-o-transporte-publico-essa-semana-eu-me-livre-e-na-proxima/
Como é ser assistente social em SP durante a crise da Covid-19	26/05/2020	Mayara Penina	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/como-e-ser-assistente-social-em-sp-durante-a-crise-da-covid-19/
Por dentro do combate à violência doméstica: os desafios de quem atende mulheres	24/07/2020	Redação	Gênero; Raça; Classe; Território	Violência	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/por-dentro-do-combate-a-violencia-domestica-os-desafios-de-quem-atende-mulheres/

APÊNDICE A – REPORTAGENS DO NÓS, MULHERES DA PERIFERIA QUE APARECEM EM BUSCAS DE, NO MÍNIMO, QUATRO MARCADORES

(conclusão)

Amamentação em tempos de Covid-19: entenda a importância do aleitamento	14/08/2020	Mayara Penina	Gênero; Raça; Classe; Território	Maternidade	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/amamentacao-em-tempos-de-covid-19-entenda-a-importancia-de-manter-o-aleitamento/
Contra a fome, quilombolas põem comida na mesa da favela	07/04/2021	Redação	Gênero; Raça; Etnia; Classe; Território	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/contra-fome-e-covid-19-quilombolas-poem-comida-na-mesa-da-favela/
Desempregadas e sem renda, mulheres se ajudam no Quilombo da Parada	14/10/2021	Bianca Pedrina e Jéssica Moreira	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://nosmulheresdaperiferia.com.br/desempregadas-e-sem-renda-mulheres-se-ajudam-no-quilombo-da-parada/

APÊNDICE B – REPORTAGENS DA AMAZÔNIA REAL QUE APARECEM EM BUSCAS DE, NO MÍNIMO, QUATRO MARCADORES

Título	Data	Autoria	Aparece nas buscas por	Pauta/eixo temático	Link
Pandemia deixa população LGBTI mais vulnerável no Amazonas	18/05/2020	Izabel Santos	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://amazoniareal.com.br/pandemia-deixa-populacao-lgbti-mais-vulneravel-no-amazonas/
Indígenas do Médio Solimões denunciam falta de remédios e testes para Covid-19	21/05/2020	Izabel Santos	Gênero; Etnia; Classe; Território	Saúde	https://amazoniareal.com.br/indigenas-do-medio-solimoes-denunciam-falta-de-remedios-e-testes-para-covid-19/
Mulheres relatam os desafios dos três meses de pandemia em Manaus	12/06/2020	Izabel Santos	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://amazoniareal.com.br/mulheres-relatam-os-desafios-dos-tres-meses-de-pandemia-em-manaus/
Jovens indígenas se reinventam no trabalho e no estudo para enfrentar a quarentena da Covid-19	14/06/2020	Alicia Lobato	Gênero; Etnia; Classe; Território	Trabalho/ Educação	https://amazoniareal.com.br/jovens-indigenas-se-reinventam-no-trabalho-e-no-estudo-para-enfrentar-a-quarentena-a-da-covid-19/
No lockdown parcial, fome emerge nas ruas de Manaus	29/01/2021	Steffanie Schmidt	Gênero; Raça; Classe; Território	Trabalho	https://amazoniareal.com.br/no-lockdown-parcial-fome-emerge-nas-ruas-de-manaus/
Como os indígenas de Manaus foram apagados na pandemia	17/12/2021	Elaíze Farias	Gênero; Etnia; Classe; Território	Saúde	https://amazoniareal.com.br/como-os-indigenas-de-manaus-foram-apagados-na-pandemia/